



Universidade Estadual de Londrina

SANDRA MARIA ALMEIDA CORDEIRO

**A BUSCA POR MORADIA:
A TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS MORADORAS EM ÁREAS IRREGULARES NA
POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ**

LONDRINA
2006

SANDRA MARIA ALMEIDA CORDEIRO

**A BUSCA POR MORADIA:
A TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS MORADORAS EM ÁREAS IRREGULARES NA
POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social e Política Social, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cássia Maria Carloto

LONDRINA
2006

SANDRA MARIA ALMEIDA CORDEIRO

**A BUSCA POR MORADIA:
A TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS MORADORAS EM ÁREAS IRREGULARES NA
POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cássia Maria Carlotto

Prof^a. Dr^a. Rosângela dias Oliveira da Paz

Prof^a. Dr^a. Maria Ângela Silveira Paulilo

Londrina, ____, de _____ de 2006.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, razão da minha existência.

Ao meu esposo, companheiro de jornada.

Aos meus filhos, genro e neto.

A minha mãe, meu exemplo.

Agradeço a Professora Doutora Cássia pelos valerosos conselhos e ensinamentos que tornaram possível a conclusão deste projeto.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas, imprescindíveis nas situações em que sempre necessitamos de apoio.

CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. **A busca por moradia: a trajetória de famílias moradoras em áreas irregulares na Poligonal Turquino/Maracanã.** 2006. 222f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

RESUMO

O presente trabalho visa compreender e analisar a trajetória de vida das famílias remanejadas para a Poligonal Turquino/Maracanã na busca por uma moradia. Através de pesquisa quanti-qualitativa descreve-se e analisa-se a história de vida de quatro famílias que moravam em áreas de fundo de vale e institucional do João Turquino, que participaram do remanejamento proporcionado pelo Projeto Integrado Habitar Brasil BID, sempre na busca incessante pela moradia. Embora o Programa Habitar Brasil tenha tido sua eficácia para a população da Poligonal, ainda é muito pontual. A aplicação de uma política pública de inclusão social deveria ser mais efetiva, para garantir à população, residente nos assentamentos subnormais, a efetividade do direito social à moradia

Palavras-chaves: Moradia. Desenvolvimento Urbano. Desenvolvimento Sustentável. Assentamento Subnormais .

CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. **The search for housing:** the trajectory of families wich live in iirregular áreas in the nesting João Turquino/Londrina. 2006. 222f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

ABSTRACT

The present work aims at to understand and to analyze the trajectory of life of the families in the Polygon Turquino/Maracanã in the search for a housing. Through quanti-qualitative research it describes and analyzes the history of life of four families who liveed in deep and institucional valley areas alocated at Turquino João, who had participated of the proportionate modification for Integrated Project HBB, in the incessant search for a housing. Although the Program Habitar Brazil, has had its effectiveness for the population of the Polygon, it stills very prompt. The application of one public politic of social inclusion, would have to be more effective, to guarantee to the resident population in the subnormals nestings, the effectiveness of the social right to the housing.

Keywords: Housing Urban Development. Sustainable Development. Nesting Subnormals.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Reunião com Lideranças das Comunidades – 2002	102
Foto 2 – Ocupação em área de fundo de vale – 2002	112
Foto 3 – Imagens de Congelamento da Área em 2002	113
Foto 4 – Vista de uma das Ruas no Turquino em 2002	117
Foto 5 – Vista desta rua após realização do Projeto – 2005	117
Foto 6 – Unidade Básica de Saúde – Poligonal Turquino/Maracanã.....	118
Foto 7 – Início da ocupação – 1996 – cedidas pelo entrevistado	135
Foto 8 – Início da ocupação – 1996 – cedidas pelo entrevistador.....	136
Foto 9 – Início da ocupação – 1996 – cedidas pelo entrevistador	136
Foto 10 – Início da ocupação – 1996 – cedidas pelo entrevistador	137
Foto 11 – Início da ocupação – 1996 – cedidas pelo entrevistador	138
Foto 12 – Moradia do Sr. João antes do processo de remanejamento – 2004	143
Foto 13 – Moradia atual do Sr. João – pós remanejamento	147
Foto 14 – Moradia em área irregular – D. Rosa.....	154
Foto 15 – Moradia atual de D. Rosa – pós remanejamento	159
Foto 16 – Residência antiga de Rita e Carlos.....	168
Foto 17 – Moradia atual de Rita e Luís – pós remanejamento 2005	171
Foto 18 – Rua sem asfalto – 2004.....	179
Foto 19 – Moradia no Fundo de Vale de Sonia e Carlos – 2004	181
Foto 20 – Moradia de Sonia pós-remanejamento – 2006.....	185

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Poligonal Turquino/Maracanã	106
Mapa 2 – Áreas ocupadas por famílias em fundo de vale e institucionais	108
Mapa 3 – Famílias moradoras das áreas de fundo de vale e institucionais do assentamento João Turquino	111
Mapa 4 – Famílias remanejadas das áreas de fundo de vale e institucionais da Poligonal Turquino/Maracanã	116
Mapa 5 – Equipamentos sociais e públicos localizados na Poligonal	121
Mapa 6 – Equipamentos sociais públicos e particulares da Poligonal.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Ocupação em Lotes Parcelados e não Parcelados	112
Tabela 02 – Remanejamentos efetuados	115
Tabela 03 – Número de Pessoas por Residência	125
Tabela 04 – Distribuição da População por Sexo	125
Tabela 05 – Composição Familiar	126
Tabela 06 – Distribuição da População por Faixa Etária	127
Tabela 07 – Nível de Escolaridade das Pessoas	127
Tabela 08 – Renda Familiar Bruta	128
Tabela 09 – Profissões/Habilidades entre as Famílias	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CEM	Centro de Estudos Migratórios
CODEL	Companhia de Desenvolvimento de Londrina
COHAB/LD	Companhia Habitacional de Londrina
COHAB's	Companhias Habitacionais
COTS	Caderno de Orientação Técnico Social
CRAS	Centro Regional de Assistência Social
DI	Desenvolvimento Institucional
EC	Estatuto da Cidade
EESC/USP	Escola Engenharia de São Carlos – Universidade São Paulo
ESA	Educação Sanitária e Ambiental
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEAIN	Gerência Nacional de Acordos Internacionais e Gestão de Cidade
GECO A	Gerência Nacional de Controle e Acompanhamento
GIDUR	Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano
GTR	Geração de Trabalho e Renda
HBB	Habitar Brasil BID
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional
ITEDES	Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social
MBES	Ministério do Bem Estar Social
MC	Ministério das Cidades
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MOC	Mobilização e Organização Comunitária
OGU	Orçamento Geral da União

ONU	Organização das nações Unidas
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PEMAS	Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais
PIN	programa de Integração Nacional
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PHB	Política Habitacional Brasileira
PNH	Plano Nacional de Habitação
PPC	Projeto de Participação Comunitária
RO	Regulamento Operacional
SEDU/PR	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
TPC	Trabalho de Participação Comunitária
UAS	Urbanização de Assentamentos Subnormais
UEM	Unidade Executora Municipal
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DIREITO CIDADANIA E EXCLUSÃO SOCIAL	19
2.1 A EXPANSÃO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	19
2.2 DIREITOS E CIDADANIA	28
2.3 EXCLUSÃO SOCIAL	34
2.4 A QUESTÃO DO DIREITO E DA MORADIA	41
3 POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	49
3.1 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E MORADIA	49
3.2 O ESPAÇO URBANO E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	55
3.3 URBANIZAÇÃO E O PROCESSO DE MIGRAÇÕES	60
3.4 ASSENTAMENTOS E MORADIAS SUBNORMAIS	67
3.5 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A MORADIA	77
3.6 O PROGRAMA HABITAR BRASIL BID	83
3.7 A POLÍTICA DO BID PARA HABITAÇÃO	90
3.8 PROJETO INTEGRADO HABITAR BRASIL BID DA POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ.....	95
4 JOÃO TURQUINO: A BUSCA DAS FAMÍLIAS POR UMA MORADIA	106
4.1 POLIGONAL JOÃO TURQUINO/MARACANÃ: CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL E DOS MORADORES	106
4.1.1 Histórico do assentamento João Turquino1	109
4.2 PERFIL SÓCIOECONÔMICO DOS MORADORES DA POLIGONAL	123
4.3 AS HISTÓRIAS DAS FAMÍLIAS NA BUSCA POR UMA MORADIA.....	132
4.3.1 “Assim nasceu o Turquino” história do Sr. João.....	132
4.3.2 “A luta por uma moradia” história de D. Rosa	147
4.3.3 “Um pedaço de terreno no João Turquino” história de Rita e Luís	161
4.3.4 “O sonho da casa própria” história de Sonia e Carlos	173
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	187

REFERENCIAS	192
ANEXOS	205
Anexos A	206
Anexo A1 – Formulário aplicado nos moradores da Poligonal em 2002	207
Anexo A2 – Roteiro de entrevista com as famílias	210
Anexo B.....	211
Anexo B1 – Barracos de fachada são derrubados pela COHAB-LD.....	212
Anexo B2 – Bairro obedece à “Lei do Silêncio”	213
Anexo B3 – Bairros reivindicam terminal de ônibus	214
Anexo B4 – Estigma da Pobreza.....	215
Anexo B5 – Bairro de cara nova: João Turquino repaginado	216
Anexo B6 – Miséria atinge 160 mil londrinenses.....	217
Anexo B7 – A guerra dos meninos.....	218
Anexo B8 – Medo expulsa moradores do Maracanã.....	219
Anexo B9 – Morador de assentamento denuncia pedágio	220
Anexo B10 – P.M. mantém operação.....	221

1 INTRODUÇÃO

O acelerado processo de urbanização no Brasil, nas últimas décadas, acarretou um quadro de deficiência, no que diz respeito ao desenvolvimento urbano, com *déficit* elevado em habitação, saneamento, infraestrutura e com acesso precário aos equipamentos públicos e sociais, afetando principalmente a população menos desprovida de condições econômicas.

O padrão assumido pelo processo de urbanização, juntamente com a expansão e as transformações no espaço urbano, contribui para a baixa qualidade de vida de parcela significativa da população, criando nesse espaço formas diferentes de ocupação.

O período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990 reflete as consequências das mudanças que aconteceram em épocas anteriores, Mudanças estas que intensificaram os desequilíbrios sociais nas cidades e deram visibilidade à problemática e ao aumento do número de pessoas que vivem em áreas excluídas nos grandes e médios centros urbanos, principalmente no que se refere à questão habitacional. Mais precisamente na década de 1990, proliferaram os aglomerados subnormais¹, crescendo a ilegalidade e a violência em bairros pobres, o que reforçou e aumentou a exclusão dessa população.

Porém os grandes centros urbanos, ao longo do tempo, têm sido percebidos por essa população, como um lugar capaz de propiciar melhoria de qualidade de vida. Essa perspectiva e o grande número de pessoas em situação de extrema pobreza, sem acesso ao mercado formal de moradias, são algumas das causas das ocupações de áreas consideradas inadequadas para tal.

Segundo dados do IBGE, atualmente na cidade de Londrina, 38,24% da população ganha até três salários mínimos, existindo muitas moradias em situação de carência e precariedade de infra-estrutura. No município foram identificadas 9.532 famílias que vivem em assentamentos subnormais, 7.213 dos quais estão localizados em favelas “regulares”. Isso significa que há cadastro documental desses assentamentos na Prefeitura, sendo fornecido ao morador um

¹ Aglomerado subnormal: assentamento habitacional irregular — favela, mocambo, palafita e assemelhados, localizado em terreno de propriedade alheia, pública ou particular, ocupado de forma desordenada e densa, carente de serviços públicos essenciais, inclusive em área de risco ou legalmente protegida (COTS-2003). Tremo utilizado pelo Programa Habitar Brasil BID

endereço, independente de estar atendido ou não por infra-estrutura. As demais 2.319 famílias encontram-se em ocupações irregulares ou clandestinas.

Desde sua criação, Londrina apresentou um crescimento constante, consolidando-se atualmente como o quarto município do Sul do país e é conceituada como ponto de referência econômica, política e cultural do Norte do Estado do Paraná, exercendo grande influência no desenvolvimento regional, no que tange à fatores da modernização da agricultura, industrialização, comércio e serviços. Tais fatores são decorrentes da maneira como foi ocupada e colonizada. Além disso, apresenta uma dinâmica populacional expressiva em razão dos consecutivos processos migratórios, tanto em nível nacional como estadual, destacando-se, também, os deslocamentos intra-urbanos.

Pela sua prosperidade econômica, pelo seu crescimento nas atividades urbano-industriais e pelos excelentes recursos no setor de serviços, associados aos diversos ramos da economia voltados a suprir as necessidades diversas da população, Londrina continua atraindo contingente populacional de vários pontos deste imenso país. São pessoas e/ou famílias que buscam, na maioria das vezes, melhores condições de vida (emprego e moradia) e acabam, diante da impossibilidade de realizar seus sonhos, experimentando a degradação socioeconômica.

Frente a esse quadro, o objetivo geral deste trabalho é descrever e analisar a trajetória das famílias moradoras que ocupam áreas irregulares do assentamento João Turquino no município de Londrina, partindo da experiência profissional desta autora, como assistente social em projetos habitacionais.

Como objetivos específicos definimos:

- Refletir sobre a concepção de Direito e o Direito à Moradia;
- Investigar o processo de exclusão das famílias das camadas populares no espaço urbano, na busca por moradia;
- Conhecer a proposta de desenvolvimento urbano do programa Habitar Brasil BID;
- Identificar as propostas de políticas públicas do município relacionadas à moradia;
- Identificar os avanços e conquistas do Programa Habitar Brasil BID referentes ao acesso a espaço urbano na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que utiliza a abordagem sócio-histórica por entender, segundo Freitas (1996), os sujeitos como históricos, reais, marcados por uma cultura, criadores de idéias e dotados de consciência. Tais sujeitos ao produzirem e reproduzirem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela.

Segundo a autora acima citada, o pesquisador faz parte da própria situação de pesquisa. A neutralidade é impossível, portanto sua ação e também os efeitos que esta propicia constituem elementos de análise. Bakhtin (apud FREITAS,1996) fornece subsídios para essas idéias afirmando que o critério que se busca numa pesquisa não é a precisão do conhecimento, mas a profundidade do alcance e a participação ativa tanto do investigador quanto do investigado. Portanto o pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações assim como o pesquisado. Neste caso, o momento da história está acontecendo na vida das famílias e a pesquisadora contacta-se com elas profissional e tecnicamente.

Para alcance dos objetivos propostos neste trabalho, foi realizada pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa documental deu-se através da compilação de informações contidas no Projeto de Trabalho de Participação Comunitária² do Habitar Brasil BID da Poligonal³ Turquino/Maracanã, de documentos elaborados pela COHAB-LD para realização do convênio junto ao Ministério das Cidades; do levantamento de reportagens de jornais locais (Folha de Londrina e Jornal de Londrina), além do material fotográfico e do mapeamento do local.

Para melhor conhecer o universo da pesquisa foi elaborado o perfil dos moradores da Poligonal Turquino/Maracanã, através da utilização do levantamento censitário realizado em janeiro de 2002, utilizou-se formulários com questões estruturadas, aplicados através de entrevistas individuais a 1.178 famílias. Os dados foram coletados, tabulados e utilizados na época (2002) para compor o

² O Projeto de Trabalho de Participação Comunitária do HBB da Poligonal faz parte de um Projeto Integrado elaborado em 2002 e que está atualmente sendo executado na Poligonal Turquino/Maracanã, local onde residem as famílias que constituem o objeto desta dissertação.

³ O Assentamento João Turquino faz parte da Poligonal Turquino/Maracanã, assim definida para a intervenção do Poder Público. Chama-se Poligonal por constituir a junção de duas áreas que apresentam características semelhantes. Esta informação está contida no levantamento feito pela COHAB-LD para o Habitar Brasil.

diagnóstico integrado que contribuiu para elaboração do Projeto integrado Habitar Brasil BID da Poligonal Turquino/Maracanã.

O número de famílias atendidas pelo processo de remanejamento⁴ do Projeto Integrado Habitar Brasil BID, é 116. Em 1997 essas famílias edificaram suas moradias em áreas de fundo de vale⁵ e institucionais⁶, onde residiram até o ano de 2005. A partir desse ano, as 116 famílias foram remanejadas dessas áreas para lotes parcelados dentro da Poligonal Turquino/Maracanã. Destas selecionaram-se quatro para entrevista.

Para compreensão do processo de ocupação, e da busca dessas famílias por uma moradia, fez-se necessário, construir tal trajetória, através da “história de vida tópica”⁷ das quatro famílias selecionadas aleatoriamente entre as que tinham mais tempo de moradia no local e moravam no assentamento desde sua fundação. As entrevistas foram realizadas individualmente, autorizadas, gravadas e transcritas na sua íntegra. Foram previamente agendadas com as famílias, através de visitas sendo-lhes exposto o objetivo da pesquisa. Realizou-se um pré-teste para averiguação da confiabilidade e objetividade do estudo proposto. Utilizou-se um roteiro prévio. As famílias convidadas demonstraram satisfação em relembrar e descrever suas histórias. Uma entrevista ocorreu no Centro Comunitário da Poligonal e três nas moradias dos entrevistados. Também foi utilizada a observação, por ser este um importante instrumento para o pesquisador na dinâmica do cotidiano da vida das pessoas.

A análise das entrevistas faz-se a partir das trajetórias individuais, abordando cada uma em separado, com utilização de nomes fictícios. Em cada história procurou-se analisar aspectos relevantes da trajetória e do momento em que ocorreu a ocupação e que, no conjunto, possibilitou reflexões e análise da busca

⁴ Remoção temporária ou definitiva de famílias, com relocação na própria área, para permitir o desenvolvimento do projeto de urbanização (COTS – 2003).

⁵ Fundo de vale ou área de preservação permanente: Plano Diretor (1997) Art. 5º inciso VI reza que área de preservação ambiental são áreas destinadas a preservar o ambiente natural do terreno com a cobertura existente, complementando no seu inciso XIV define também que “áreas especiais de fundo de vale são áreas destinadas à proteção dos corpos d’água”.

⁶ Área institucional: área destinada a sistemas de circulação, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres de uso público, instituídas na aprovação de um loteamento.

⁷ A história de vida tópica, conforme Denzin (1973) “apresenta as experiências e as definições vividas por uma pessoa, um grupo, ou uma organização e como estes interpretam sua experiência”. O trabalho enfoca o período desde o momento em que essas famílias ocuparam essa área pública e como estas vivenciam o ato do remanejamento involuntário. A seguir: transcrevem-se as entrevistas na sua íntegra, analisando o conteúdo e utilizando suas fases para análise e interpretação. DENZIN (apud MINAYO, 1999)

pela moradia. Nesse sentido, em cada história foram enfatizados determinados aspectos.

Na primeira entrevista, os aspectos valorizados foram a história do assentamento, bem como o processo de ocupação das áreas irregulares e a luta dos moradores para dotar de infra estrutura mínima o local.

Na segunda entrevista o relevo esteve na história da família, na expulsão do campo, na migração para a cidade, na busca por um abrigo e nas dificuldades encontradas. Depois na nova moradia e no significado dela.

Na terceira entrevista são de importância a migração interna de cidade para cidade, o aluguel, a invasão, as condições urbanas, a violência, o remanejamento e o significado da nova moradia para a família.

Na quarta entrevista observa-se o processo de migração urbana para outro estado, outra cidade, as condições urbanas, as dificuldades encontradas, a questão do fundo de vale, a posse e titularidade, a mudança e o significado da moradia.

O principal eixo de análise apontada pelas entrevistas foi o processo de exclusão/inclusão, entendendo-se a busca por moradia no espaço urbano na perspectiva dos direitos sociais e da cidadania.

Dessa forma, buscou-se, no decorrer das entrevistas e com a permanência do pesquisador em campo, abordar questões que propiciem reflexões sobre a situação presenciada na realidade das famílias em estudo, tanto em sua dimensão mais concreta e visível, quanto em sua dimensão subjetiva, no intuito de apontar indícios de reversão dessa situação, com vistas à busca de soluções para os inúmeros problemas sociais encontrados no local.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo tem como proposta conhecer a perspectiva dos direitos sociais, a cidadania e a exclusão social, vendo a moradia como uma das necessidades básicas para o ser humano na luta pela sua sobrevivência.

O segundo capítulo é dedicado a mostrar o espaço urbano, a política nacional de desenvolvimento urbano, bem como o processo migratório e a formação dos “aglomerados subnormais” e “assentamentos urbanos” em Londrina, segundo classificações do IBGE e da COHAB-LD. Enfatiza-se, ainda, a intervenção do Poder Público Municipal, a começar pelas classificações e definições por ele empregadas. Aborda, brevemente, a trajetória e a gênese desses aglomerados subnormais

(assentamentos urbanos, favelas e ocupações irregulares). Destaca-se ainda, as estratégias do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com seus objetivos de desenvolvimento sustentável, de redução da pobreza e promoção da equidade, no desenvolvimento do Programa Habitar Brasil BID com seu processo de implementação no município de Londrina.

No terceiro capítulo descreve-se a história da Poligonal Turquino/Maracanã, apresentando as características gerais desse bairro, com um breve histórico de sua formação, as condições de infra-estrutura e o perfil socioeconômico dos moradores. Contempla ainda, no referido capítulo, aspectos da história de vida e dificuldades enfrentadas pelas famílias entrevistadas, através da trajetória em busca de uma moradia. Além disso, procura-se aprofundar a discussão acerca das relações entre processos de exclusão social e políticas públicas, como forma de reverter a situação dos moradores através da operacionalização do Projeto Integrado HBB.

2 DIREITO, CIDADANIA E EXCLUSÃO SOCIAL

2.1 A EXPANSÃO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Esse primeiro capítulo tem como proposta entender a questão dos direitos, fazendo um breve resgate histórico de seus fundamentos, e dos estudiosos que contribuíram para essa discussão. Neste contexto discutir-se a questão da moradia sob a perspectiva dos direitos sociais, da cidadania e da exclusão, entendendo-se a moradia como uma das necessidades básicas para o ser humano na luta pela sua sobrevivência.

Estamos diante de um cenário social que põe para as sociedades e, conseqüentemente, para os indivíduos questões complexas ligadas a sua condição de sobrevivência.

O conjunto de direitos humanos fundamentais visa:

[...] garantir ao ser humano, entre outros, o respeito ao seu direito, a vida, a liberdade. À igualdade, bem como ao pleno desenvolvimento da sua personalidade. Eles garantem a não ingerência ao estado na esfera individual e consagram a dignidade humana.

Segundo Bussinger (1997), os direitos do cidadão constituem-se como um dilema histórico, uma vez que sua resolução não encontrou ainda uma resposta definitiva. Sua configuração estimula lutas e tem por objetivo abolir ou instituir formas de relações sociais.

A autora, fundamentada em Marshall, Bobbio, Barbelet, Boaventura, e em outros, entende os direitos como formação e produtos históricos. São históricos:

[...] pois estão invariavelmente relacionados a certas circunstâncias e a determinada sociedade e também respondem as aspirações concretas do homem enquanto membro de determinada sociedade (BUSSINGER, 1997 pg.70).

Portanto, para autora, a concretização dos direitos desenvolve-se numa conjuntura de lutas em defesa de novas liberdades, ou contra velhas formulações de direitos e deveres que já caducaram no tempo.

Segundo Tavares (2002), a expressão direitos humanos fundamentais é a que melhor qualifica os direitos humanos:

Muitas têm sido as expressões utilizadas para denominar uma mesma realidade, no caso, a referente aos direitos fundamentais do homem. Sobre esse aspecto, Celso Albuquerque Mello indica ao menos uma das razões da confusão: 'Na verdade, a imprecisão terminológica não é uma característica do Direito Internacional dos Direitos do Homem, mas do Direito Internacional Geral que para obter uma aceitação necessita de uma imprecisão ou ambigüidade (*sic*). Esta é, muitas vezes, desejada, como ocorre nos direitos do homem' [...] Assim é que são indistintamente empregadas as seguintes expressões: direitos naturais, direitos humanos, direitos do homem, direitos individuais, direitos públicos subjetivos liberdades fundamentais, liberdades públicas e direitos fundamentais do homem (TAVARES, 2002, p.356).

Bonavides estabeleceu dois critérios formais para concretização dos direitos fundamentais:

Pelo primeiro, podem ser designados por direitos fundamentais todos os direitos ou garantias nomeados e especificados no instrumento constitucional.

Pelo segundo, tão formal como o primeiro os direitos fundamentais são aqueles direitos que receberam da Constituição um grau mais elevado de garantia ou de segurança; ou são imutáveis ou pelo menos de mudança dificultada, a saber direitos unicamente alteráveis mediante lei de emenda à Constituição (2000, pg. 520).

Para o autor, os direitos fundamentais, do ponto de vista material, irá variar conforme a ideologia, a modalidade de Estado, a espécie de valores e princípios com que a Constituição os consagra. Segundo ele, os direitos fundamentais, na sua essência, são os direitos do homem livre isolado, os direitos que ele possui em face do Estado. E acrescenta:

Numa acepção estrita são unicamente os direitos da liberdade, da pessoa, da pessoa particular, correspondendo de um lado ao conceito do Estado burguês de Direito, referente a uma liberdade, em princípio limitado, mensurável e controlável (BONAVIDES, 2000 p. 521).

Para Sugai (2004, p. 17) esta citação ilustra o entendimento de que os direitos fundamentais representam aspecto importante da organização estatal, porque a sua instituição implica correspondente limitação dos poderes do Estado, de tal forma que ao seu efetivo exercício pelo indivíduo corresponde a vigência de regime político democrático, que preserva os direitos individuais. Com efeito, onde não há respeito aos direitos fundamentais vigora o arbítrio, o abuso e a violação das liberdades.

Para compreender a idéia que iluminou o movimento de conquista dos direitos Couto (2004) elenca dois paradigmas que deverão ser observados; o primeiro defendido pelos jusnaturalistas⁸ que compreendem o exercício da cidadania como algo inerente à condição humana, fundada na lógica apriorística, em virtude da qual a natureza humana, por si só, é detentora de direitos. O segundo representado pela idéia de que os direitos são resultado do movimento histórico em que são debatidos, correspondendo ao homem concreto e às suas necessidades e delimitado pelas condições sociais econômicas e culturais determinadas pela sociedade (COUTO, 2004, p. 32).

Diz Bobbio:

Os direitos do homem são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem (1992, p. 32).

Segundo o autor, os direitos dos homens não são absolutos, nem abstratos, pois não estão colocados na “natureza” do ser humano, mas são construções históricas, que emergem dos embates das forças sociais presentes na sociedade, dependendo da forma como eles se relacionam entre si. Eles são:

⁸ Jusnaturalista – doutrina filosófica do jusnaturalismo defende a idéia dos direitos serem inerentes à condição humana.

[...] direitos históricos, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades, contra velhos poderes e nascidos de modo gradual, não todos de uma só vez e nem todos de uma vez por todos (BOBBIO, 1992, p. 5).

Segundo Marshall (1967), os direitos civis foram conquistas efetivadas no século XVIII, já os direitos políticos no século XIX, enquanto que os direitos sociais são conquistas realizadas no século XX.

Couto (2004) diz que a introdução dos direitos sociais como enunciadores da relação entre Estado e sociedade está vinculada a um Projeto de Estado Social que se constitui um novo patamar de compreensão dos enfrentamentos da “questão social” entendida por Lamamoto como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista moderna, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade e que incorpora-se às conquistas dos direitos civis e políticos (1998, p. 27).

É neste contexto que a história do surgimento e consolidação dos direitos fundamentais previstos nas constituições são referendados por grande parte dos constitucionalistas como “gerações” dos direitos fundamentais. Mas, segundo Tavares, o termo “gerações” pode levar ao cometimento do erro:

[...] na medida em que dela se deduz uma geração se substitui, naturalmente à outra, e assim sucessivamente, o que não ocorre, contudo, com as “dimensões” dos direitos fundamentais. Daí a razão da preferência pelo termo “dimensão” (2002, p. 357).

Bonavides (2000) arrola quatro grandes diferenciações de sentido e alcance dos direitos humanos, as quais operam em sucessivos períodos de formação, não uma em substituição à outra, mas sim, no Estado Social de direito com um fortalecimento contínuo em face das novas exigências das pessoas e das sociedades através de uma interpretação integrada, de acordo com a necessidade de harmonia e concordância prática.

Os direitos da primeira geração, conforme o autor, são os direitos da liberdade, os primeiros a constarem do instrumento normativo constitucional, a saber, os direitos civis, políticos, que em grande parte correspondem, por um prisma histórico, àquela fase inaugural do constitucionalismo do Ocidente. Complementando Couto (2004) diz que os direitos civis e políticos são exercidos pelos homens, individualmente, e têm como princípio opor-se à presença da intermediação do Estado para o seu exercício, pois é o homem, fundado na idéia da liberdade, que deve ser o titular dos direitos civis, exercendo-os contra o poder do Estado, ou, no caso dos direitos políticos, exercendo-os na esfera de intervenção do Estado. Enfim traduzem-se como faculdades e atributos da pessoa e ostentam uma subjetividade que é seu traço característico. São direitos de resistência ou de oposição ao Estado (COUTO, 2004, p. 34).

Bobbio declara-se convencido de que o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não é mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los. Segundo ele,

não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e o seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados (1992, p. 25).

O autor apresenta um avaliação positiva e otimista: para ele, a Declaração Universal dos Direitos do Homem solucionou o problema do fundamento dos direitos humanos e se constituiu como uma espécie de “certeza histórica” de que a humanidade como um todo “partilha alguns valores comuns”. Segundo ele, há um consenso geral em torno da validade e universalidade destes valores e este é um fato altamente significativo na história mundial contemporânea. Afirma ainda que com esta Declaração, pela primeira vez na história, um sistema de valores é universal, não em princípio, mas de fato, visto que o consenso sobre sua validade e sua capacidade para reger os destinos da comunidade futura de homens foi explicitamente declarado

[...] (assim), podemos, finalmente crer na universalidade dos valores, no único sentido em que tal crença é historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo dado objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo de homens (BOBBIO, 1992, p. 28).

Se os direitos civis dominaram os séculos passados, os direitos sociais, que são os de segunda geração, dominam o século XX. São eles, segundo Bonavides (2000), os direitos sociais, culturais e econômicos, assim como os direitos coletivos ou de coletividades, introduzidos no constitucionalismo das distintas formas de Estado Social, depois que germinaram por obra da ideologia e da reflexão antiliberal deste século. “Estão entrelaçados com o princípio da igualdade, do qual não se podem separar, pois fazê-lo equivaleria a desmembrá-los da razão de ser e os ampara” (BONAVIDES, 2000, p. 517).

Segundo o autor, os direitos sociais foram remetidos à esfera programática, em virtude de não conterem, para sua concretização, aquelas garantias habitualmente ministradas pelos instrumentos processuais de proteção aos direitos da liberdade. Atravessaram uma crise de observância e execução, e desde as Constituições, e aqui se inclui o Brasil, formularam o preceito da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais.

Para Bonavides:

Os Direitos Sociais fizeram nascer a consciência de que tão importante quanto salvaguardar o indivíduo, conforme ocorreria na concepção clássica dos direitos da liberdade, era proteger a instituição, uma realidade social muito mais rica e aberta à participação criativa e à valoração da personalidade que o quadro tradicional da solidão individualista, onde se formara o culto liberal do homem abstrato e insulado, sem a densidade dos valores existenciais, aqueles que unicamente o social proporciona em toda a plenitude (1999, p. 519).

Para Couto (2004), os direitos sociais são exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los. Os homens buscam o cumprimento dos direitos sociais no âmbito do Estado, embora muitas vezes ainda o façam de forma individual. Segundo ela, são direitos que se apóiam na idéia de igualdade, constituída em meta a ser alcançada, em vista da qual busca-se sempre

enfrentar ou minimizar as desigualdades sociais. Representam, segundo Bobbio (1992), poderes, que são entendidos como direitos de créditos do indivíduo em relação à coletividade. Expressam-se pelo direito à educação, à saúde, ao trabalho, à previdência, ao lazer, à segurança, à proteção à maternidade e à infância, à assistência, à habitação.

Couto (2004) ressalta que os direitos sociais possuem caráter redistributivo e buscam promover igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social.

Para Bobbio (1992), partem das aspirações ideais que, ao serem proclamadas, não dão garantias de seu usufruto, pois o direito reivindicado não se traduz necessariamente em direito reconhecido e protegido.

Já Bonavides (2000, p. 523) entende que os direitos sociais são dotados de altíssimo teor de humanismo e universalidade e tendem a cristalizar-se enquanto direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado. Tem por destinatário o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em relação à existencialidade concreta.

Segundo o autor, os que se enquadram nos direitos de terceira geração são os enunciados como direitos de desenvolvimento, paz, meio ambiente e auto-determinação dos povos, as que estão calcados na idéia da solidariedade e têm reflexos na atual Constituição. São de natureza coletiva e também difusa, pois não apenas os indivíduos assumem a titularidade, mas famílias, povos e nações que o requerem.

Complementa Couto (2004) que os direitos de terceira geração são entendidos como fruto da evolução das relações entre povos e, principalmente, como respostas a conflitos gerados por opressão política e ou econômica, que trazem conseqüências que devem ser assumidas coletivamente.

Bonavides (2000) observa que esse direito é apenas indicativo daqueles que se delinearão em contornos mais nítidos contemporaneamente; é possível que haja outros em fase de gestação, podendo o círculo alargar-se à medida que o processo universalista se for desenvolvendo.

Tratam de um tema ainda controvertido os direitos de quarta geração, conforme alguns autores, entre os quais Bonavides (2000) coloca que são relativos à democracia, à informação e ao pluralismo, deles dependendo a

concretização da sociedade aberta do futuro, em sua dimensão de máxima universalidade, para a qual parece o mundo inclinar-se no plano de todas as relações de convivência.

Couto elenca dois documentos que foram essenciais e centrais no processo de elaboração da garantia legal no campo dos direitos. São eles a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão pela Assembléia Nacional Constituinte Francesa em 1789 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU em 1948 (2004, p. 36).

Bonavides (2000, p. 527) destaca que a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, o humanismo político da liberdade, alcançou seu ponto mais alto no século XIX. Trata-se de um documento de convergência de anseios e esperanças, porquanto tem sido, desde sua promulgação, uma espécie de carta de alforria para os povos.

O autor conclui que a partir dessa interpretação se pode partir para a asserção de que os direitos da segunda, da terceira e da quarta gerações não se interpretam, concretizam-se, e é nesta concretização:

que reside a globalização política, o seu principio de legitimidade, a força incorporadora de seus valores de libertação. Muito se tem falado em globalização econômica, cultural, mas globalização política só se chega o silêncio e o subterfúgio neoliberal da reengenharia do Estado e da sociedade. Imagens de um futuro nebuloso onde o homem e sua liberdade; liberdade concreta parece haver ficado de todo esquecidos e postergados (BONAVIDES, 2000, p. 524).

A história dos direitos para Bonavides (2000) e as dos direitos fundamentais de três gerações sucessivas e cumulativas, a saber, direitos individuais, direitos sociais e direitos difusos; é a história da liberdade moderna, da separação e limitação de poderes, da criação de mecanismos que auxiliam o homem a concretizar valores cuja identidade jaz primeiro na sociedade, não nas esferas do poder estatal.

Assevera Bobbio:

direitos que vão se expandindo na medida em que determinada fatia da sociedade tem força e legitimidade para acessar, pois” são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (1992, p. 5).

Quando nos remetemos à realidade brasileira, podemos verificar que principalmente os direitos sociais foram positivados e ampliados com a Constituição Federal de 1988.

Somente na Constituição é que o acesso universal ao sistema de saúde é promulgado, a assistência reconhecida como componente da seguridade social, a gestão administrativa descentralizada inserindo-se o conceito de controle social, a transformação das creches em um serviço educacional, a gratuidade do ensino público em todos os níveis, e outros mais.

[...] importantes e significativos avanços foram construídos, acarretando novas configurações e novas concepções para a área dos direitos civis, políticos e sociais, expressas numa nova forma de organizar e gestar o sistema de seguridade social brasileiro, trazendo, para a área, a assistência social como uma política de natureza pública (COUTO, 2004, p.140).

Sem dúvida alguma, a Constituição de 1988, apelidada então de “*Constituição Cidadã*”, trouxe grandes avanços em relação aos direitos sociais, mas infelizmente a prescrição em lei nem sempre os garante na prática. Desse modo passa-se, então, a reivindicar não mais a concessão de direitos sociais, mas a qualidade no momento de sua provisão. Não basta existirem direitos sociais, se os mesmos não são prestados com qualidade e realmente não garantem integral atendimento às necessidades dos cidadãos, vindo a tornar-se medidas paliativas.

Dentro deste contexto, Couto (2004) destaca a importante questão dos direitos, que têm sido campo de lutas nas sociedades modernas, e referida a quem é portador dos mesmos. Um bom exemplo são as mulheres, os índios, as crianças e as minoras étnicas e religiosas que foram incorporados como portadores

de direitos somente a partir de grandes discussões, e suas inclusões deram-se em momentos diferentes, em sociedades distintas.

A autora destaca que com a consolidação do capitalismo, e na relação contraditória entre as demandas do capital e as dos trabalhadores, é que se criaram as condições objetivas para identificação das lutas das classes trabalhadoras para ver incluído nas suas pautas de reivindicações o acesso a esses direitos.

Aqui se ressalta a importância de compreender o direito como resultado de lutas sociais, efetivadas por indivíduos que conduzem, com suas ações, não e como seres abstratos e sim históricos. Esses indivíduos, históricos, quando se sentem ameaçados lutam para que o poder vigente intervenha nas relações sociais estabelecidas garantindo-lhes alguma proteção. Nesta contradição em que a sociedade vive atualmente, a questão do direito e das ações que visam a sua manutenção é polêmica e leva a maiores reflexões. É necessário entender que, esses direitos, apesar de serem universais, quando se faz referência a universalidade desses direitos, está-se mistificando as relações que estão por detrás desse debate, e que eles são sempre restritos a grupos particulares.

A partir desta breve apresentação do tema direitos humanos fundamentais, tecer-se-ão algumas considerações sobre direitos e cidadania, até porque o acesso aos direitos humanos é proporcional ao grau de cidadania alcançado por um grupo social.

2.2 DIREITOS E CIDADANIA

Bussinger (1997, p. 40) destaca que os séculos XVIII e XIX consagraram os direitos civis e políticos ao estendê-los a todos os indivíduos indistintamente e deram substância e concretude ao que se define como “estatuto da cidadania”. Complementa a autora que a partir desses direitos se pode estabelecer um plano de liberdade e de igualdade para todos os homens perante a lei; o que valia para um indivíduo passou a valer também para outro, se um pode alguma coisa, o outro passou a poder também. E assim estabelecida, a cidadania é um

atributo de todos os membros de uma sociedade, pois define uma “medida efetiva de igualdade”.

A cidadania, enquanto exercício de direitos universal, é orientado por princípios de igualdade, liberdade e justiça social, é uma invenção da sociedade moderna e da experiência democrática. Marshall (1967), primeiro teórico a tematizar igualdade versus desigualdade social na perspectiva dos direitos e de seu caráter universal, remonta à Inglaterra do século XVIII para desenvolver a idéia de que a cidadania é produto da história e das relações sociais, da conquista dos direitos civis e evolui progressivamente pela incorporação de novos direito político no século XIX, e sociais no século XX.

A Teoria da Cidadania de Marshall compreende a junção de direitos civis, políticos e sociais, sendo que para a obtenção de uma cidadania plena há necessariamente que se ter acesso às três categorias de direitos.

A conquista dos direitos não corresponde a uma evolução linear nem no tempo nem nos países. Bobbio (1992) e Coutinho (2000) apontam a importância do estudo de Marshall uma vez que o autor vincula a presença dos direitos na sociedade à questão da cidadania, considerada como: (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto, historicamente determinada (COUTINHO, 2000, p. 50).

Com essa noção ampliada de cidadania, Marshall e outros teóricos, como Rosanvallon (1981) e Ewald (1986), mostram como se foi desenhando a passagem da noção de responsabilidade individual, fundamento no Estado Moderno, para a noção de responsabilidade social, princípio ordenador das relações entre Estado e sociedade, a partir da constituição do Estado Social.

O século XX foi marcado, portanto, pela invenção do princípio da solidariedade que confere à sociedade e ao Estado a obrigação de cuidar da proteção e da segurança do indivíduo contra as incertezas e os riscos da vida moderna. Com esse estatuto, a noção de cidadania se amplia e se universaliza como medida de igualdade e justiça social, constituindo-se referência na

compreensão da trama que engendra as relações sociais e a democracia nas sociedades contemporâneas.

No que tange à experiência brasileira, o desenvolvimento da cidadania se construirá sob o princípio da estratificação, materializado através de legislação específica e de um aparato burocrático estatal e sindical apropriados ao controle da classe trabalhadora emergente. Tratava-se de uma engenharia montada para sustentar a nova ordem política e econômica construída no pós-30, que resultou, segundo Santos (1979), em uma cidadania regulada, sob a qual se constituíram as categorias de cidadãos e não-cidadãos.

O frágil enraizamento da cidadania nas práticas sociais evidencia que os direitos nunca fizeram parte das regras que organizam a vida social, senão como reserva de privilégio de poucos grupos. Por isso, mostra-se débil a noção de público, que, de fato, nem chegou a se efetivar como referência. Como afirma Oliveira (1988), historicamente o Estado brasileiro usurpou a representação das classes no seu interior, para inscrever no centro dos aparatos estatais os interesses da grande burguesia nacional e internacional, tornando tênues as diferenças entre público e privado, entre Estado e interesses privados.

O autor continua dizendo que nas contradições mesmas da estrutura social, as classes dominadas buscaram construir, ao longo da história, a experiência democrática e os direitos de cidadania. Para ele, os anos 80, tornaram-se emblemáticos no registro de acontecimentos e lutas da sociedade civil em torno da refundação da ordem democrática e da instituição de novas relações entre Estado e sociedade e trouxe inflexões importantes no que concerne à participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação e decisões sobre as políticas públicas.

Tal processo que culminou com a Constituição de 1988 ao pôr na agenda política temas como descentralização, controle social, universalização de direitos e participação popular, sinalizava com a instituição de um novo campo de referência da política, esta não mais restrita à esfera estatal, mas construída no cotidiano dos trabalhadores.

Segundo Couto (2004), ao tempo em que esse cenário trouxe possibilidades concretas de se realizarem as promessas de modernidade, a sociedade passou a experimentar o agravamento sem precedentes da “questão social”, expresso na deterioração crescente das condições de vida e de trabalho da

maioria da população. A despeito da implantação de um Estado de Direito, onde expressa viver formalmente em uma democracia, os direitos humanos mostram-se distantes da realidade da maioria da população brasileira.

A autora diz que as contradições entre o que se afirma formalmente como direito e a sua não efetivação na prática expõem as dificuldades concretas de construir nessa sociedade uma comunidade humana, em que os dramas individuais não sejam privatizados, mas digam respeito a algo tão caro ao mundo contemporâneo, que é a noção de espaço público, um lugar em que as pessoas possam se reconhecer pertencendo a um grupo social, possam exprimir seus dramas e interpelar a responsabilidade pública, pois, lembrando Arendt (1976), a privação fundamental dos direitos humanos reside na ausência de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz.

Apesar da cidadania ser um dos fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sua amplitude e delimitação não são unânimes, possuindo uma série de interpretações e ideologias embutidas, desde a afirmação de que a cidadania é sinônimo de igualdade quanto o é idéia de inexistência dela.

Uma das autoras que discute o tema é Dagnino (1994), que traz como cidadania a garantia de direitos, mas também o direito a ter direitos e reivindicação da ampliação de direitos, com a participação dos indivíduos na sociedade, complementando que há também o direito a diferença, à existência da possibilidade de optar pela igualdade ou pela diferença.

A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa simplesmente existir como tal, ao direito de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que tenha como conseqüência, o tratamento desigual, a discriminação. Não fora a desigualdade construída enquanto discriminação, ela não existiria como reivindicação de direito. Concebido nessa perspectiva, parece que o direito à diferença, específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade (DAGNINO, 1994, p. 114).

Outra concepção de cidadania apresentada é a de Demo (2001) que a trata como uma “qualidade social” de uma sociedade que se organiza a partir de direitos e deveres reconhecidos em sua maioria. Demo reforça ainda a idéia de direitos e deveres, como pré-definido na Grécia antiga, não excluindo o cidadão de

sua atuação. Percebe-se, em seu texto, que o cumprimento de deveres é essencial para que haja a cidadania.

Benevides (2003) concorda com Demo, porquanto, ao distinguir a cidadania em passiva e ativa, dá ênfase a segunda, a qual considera um princípio democrático e forma de realização concreta da soberania popular.

A cidadania ativa através da participação popular é aqui considerada um princípio democrático, e não um receituário político, que pode ser aplicado como medida ou propaganda de um governo, sem continuidade institucional. Não é “um favor” e, muito menos, uma imagem retórica. É a realização concreta da soberania popular (BENEVIDES, 2003, p.19).

Cidadania ativa, segundo Benevides (1992), é aquela que concebe o cidadão como portador de direitos e deveres, mas, essencialmente, criador de direitos para a ampliação de espaços de participação política. Já a cidadania passiva é aquela outorgada pelo Estado, com a idéia moral do favor e da tutela.

A concepção de cidadania ativa é confirmada pela concepção de “*participação cidadã*” de Teixeira (2001).

Segundo Teixeira, a participação cidadã é:

[...] processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Esse fortalecimento dá-se, por um lado, com a assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, com a criação e exercício de direitos. Implica também o controle social do Estado e do mercado, segundo parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos pelos diversos atores sociais e políticos (2001, p.30).

Quando se faz referência a dificuldades da concretização da cidadania, um fator dificultador do exercício de uma postura cidadã, que se pode citar entre outros, são com certeza os governos autoritários, nos quais a expressão dos indivíduos é barrada, embora muitas vezes de maneira sutil e camuflada, impedindo a reivindicação pelas condições integrais de cidadão.

[...] os esforços no sentido da incorporação dos trabalhadores à cidadania têm ficado a meio caminho, distorcidos pelo crescimento de um Estado autoritário que tudo pretende controlar e regular (WEFFORT, 1981, p.143).

Dessa forma a cidadania assume várias configurações, não sendo desvinculada, entretanto, do indivíduo, portador de direitos. “Isso leva-nos a refletir sobre como não se trata só do provimento dessas necessidades, mas de um dado importante, que é forma de atendimento das necessidades, ou seja, as condições políticas do atendimento” (COVRE, 1986, p. 163).

A partir de suas manifestações e existência, os movimentos sociais se tornam viabilizadores da construção de uma nova cidadania, elaborada a partir de carências inaceitáveis da população. Por meio de reivindicação, os cidadãos passam a pleitear a autoria do que julgam direitos necessários.

Mas, verificamos agora a ocorrência, entre nós, de um processo de construção coletiva de um conjunto de direitos que está sendo realizado pelos movimentos sociais. E isso não através de uma codificação completa e acabada de uma realidade existente, mas como o reverso de uma definição cumulativa de carências que são definidas como inaceitáveis. Isto é, parece que estamos vivendo um processo de construção coletiva de uma nova cidadania (DURHAM, 1984, p. 29).

Essa nova cidadania nada mais é do que o exercício dos direitos de cidadão e o fazer concretizar um governo do povo, significado da democracia. É a busca de uma participação efetiva na realidade social, com o objetivo de mudança social e construção de uma sociedade com igualdade de condições, fazendo-se com que soberania popular e cidadania deixem de ser meros fundamentos constitucionais e se tornem realidade.

Para Koga (2004), o território representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. Para a autora é nesse território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos e as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas. É neste sentido que se focar-se-á a seguir mais especificamente a exclusão social

2.3 EXCLUSÃO SOCIAL

A discussão aqui realizada sobre exclusão social não busca definir este conceito, mas sim contribuir para o debate atual sobre o tema. É um tema que se encontra em processo de construção e, além disso, segundo Veras (1999), considera-se que sua multidimensionalidade é um pressuposto importante; mas é um tema que traz dificuldades para a população que pode estar excluída de alguns direitos, e não o estar de outros.

Diz Dupas (2000), que a preocupação com o processo que se convencionou chamar de exclusão social surge no contexto complexo do fenômeno de globalização e de alteração nas atitudes tomadas pelo Estado. E ressalta, ainda, que esse processo envolve a falta de acesso aos bens e serviços públicos, como moradia, e o direito a segurança, justiça e cidadania, estando relacionada aos desequilíbrios políticos, econômicos, culturais e étnicos enfrentados pelo país em décadas anteriores.

Ao gerarem uma massa de pessoas supérfluas ao sistema, as recentes transformações socioeconômicas redirecionam o foco das discussões sobre os problemas sociais decorrentes. Se antes a grande preocupação era com as condições de exploração nas quais a inserção se dava, agora ela se transformou na dificuldade de encontrar formas de inserção, quaisquer que sejam elas (DUPAS, 2000, p. 19).

A exclusão social tornou-se, portanto, uma expressão comum para designar toda e qualquer forma de marginalização, discriminação e desqualificação. No Brasil, a exclusão social está relacionada com a desigualdade social e a pobreza, possuindo uma dimensão histórica particular, de certa forma responsável pelas dificuldades de constituição de um espaço de igualdade, uma vez que se trata da ausência de perspectivas de inclusão de parcelas da população que nunca chegou, de fato, a ser incluída. Essa abordagem incorpora também a questão da cidadania (NASCIMENTO, 2000).

Ao longo da história recente do Brasil, a década de 1980, caracterizada do ponto de vista político pela superação da ditadura militar,

socialmente foi marcada não pela redução da desigualdade, mas pela inversão do processo de diminuição do número de pobres, tornando estáveis as áreas consideradas como bolsões de pobreza. Na década de 1990, “o país deixou para trás as discussões em torno das desigualdades regionais ou sociais, e mesmo o interesse pelo estudo dos pobres e seus modos de vida, para se concentrar no entendimento de um fenômeno que parecia novo: o da exclusão social” (NASCIMENTO, 2000, p. 77).

Véras (1999), ao considerar a temática da exclusão social, também ressalta que a mesma não é um fenômeno novo no Brasil, porém, vem apresentando novos contornos no período contemporâneo, no qual as favelas, loteamentos clandestinos, entre outras habitações populares subnormais, entre as quais os assentamentos urbanos, aparecem como testemunhas dessa dinâmica excludente, o que pode gerar as mobilizações intra-urbanas. A exclusão abrangeria uma série de fatores que iriam além da pobreza, como valores culturais (identidade do lugar), abandono, perda de vínculos, entre outros, envolvendo não apenas a questão financeira e habitacional.

Para Koga (2003), nas áreas metropolitanas ocorrem situações de territórios que se apresentam, em si mesmos, como excluídos ou sinônimos de exclusão social. São os morros de favelas e periferias de grandes centros urbanos. Conforme a autora, trata-se de espaços criados à parte da cidade, estigmatizantes e excludentes na sua origem, produzidos por uma lógica urbanística perversa que segue o modelo da concentração econômica para o que é e o que não é cidade, ou quem são ou quem não são cidadãos.

Na caracterização do conceito de exclusão social feita por Bursztyn (2000), é necessário enfatizar o caráter permanente da *desnecessidade* apontado, ou seja, a grande novidade que o conceito de exclusão social expressa é a ausência de qualquer perspectiva de reincorporação de contingentes crescentes de população.

Como lembra Singer (1996), não se pode esquecer que o Brasil é considerado o país da desigualdade, devido ao elevado grau de disparidade entre ricos e pobres. Os excluídos, em relação à aquisição de renda, prestígio social ou direitos legais, são exatamente aqueles que obtêm menos desses recursos porque outros obtêm demais. Essa disparidade social é apresentada sob diferentes aspectos: pobreza como fonte de exclusão; área metropolitana – local de

perspectiva de vida, ou seja, ambiente propício para arrumar emprego e ter uma vida melhor, mas ao chegarem nesta área, os migrantes deparam-se com as realidades e dificuldades que terão de enfrentar e percebem que esse lugar, na maioria dos casos, leva à degradação social de suas famílias, que buscam outras alternativas de sobrevivência, e assim se incorporam ao bloco da exclusão.

As desigualdades sociais assumem dimensões cada vez maiores numa sociedade em que a exclusão socioeconômica e política não possibilitam a formação de uma base de participação da população nos diversos setores sociais. Diante disso, assiste-se:

[...] à precariedade das condições de habitação, alimentação, saúde, transporte, educação, etc. Ou seja, as demandas sociais não atendidas revelam que o Estado, uma das vertentes básicas desse modelo de acumulação (as outras duas são o capital estrangeiro e o capital nacional), não está voltado para a aplicação da riqueza social (captada através de impostos, taxas e tarifas diversas) naqueles setores que promoveram o bem-estar da maioria da população (REZENDE, 1993, p. 116).

Num sentido mais amplo, as discussões realizadas pelo grupo que elaborou o *Atlas da exclusão social no Brasil* (CAMPOS et al., 2003 e POCHMANN; AMORIM, 2003) vêm mostrar que a exclusão se constitui com base em um amplo processo histórico determinado que acompanha a evolução da humanidade, e pode ser identificada a partir da situação de *não ter*. Não ter acesso à terra para produzir o necessário, não ter trabalho, não ter renda suficiente para atender às necessidades básicas, não ter acesso a determinados equipamentos urbanos, e assim por diante, tornando-se uma população mais vulnerável ao sistema. “Em síntese as raízes da exclusão social encontram-se inseridas nos problemas gerais da sociedade” (CAMPOS et al, 2003, p. 29).

Além disso, entre as décadas de 1980 e 1990 a sociedade brasileira presenciou o redimensionamento de um fenômeno que ficaria conhecido como violência urbana, sendo o começo de uma escalada de crescimento do número de homicídios. Esse fenômeno vem contribuir para ampliar as noções de exclusão, já que as áreas consideradas violentas são aquelas em que predomina um conjunto de indicadores, como: níveis baixos de renda e escolaridade, maior desemprego, maior

número de moradores em favelas, piores condições de moradias (MARICATO, 2000).

Koga (2003) complementa e diz que o fenômeno da exclusão social parece gerar o máximo de efemeridade humana e quê, além desses indicadores citados acima, traz também a ausência de direitos mínimos de sobrevivência, segurança, proteção social, discriminação pela cor, raça, sexo, pela condição física, psicológica, partidária. A autora conclui que o grau de fragilidade a que a situação de exclusão social expõe o sujeito é tão grande que fere sua própria condição humana, sua condição de ser no mundo.

Rolnik (1997, p. 7) dá o nome a esses espaços criados à parte das cidades de “urbanismos de risco”, que são espaços marcados pela insegurança, do terreno, da posse, da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território, sem contar os riscos a que essas famílias estão submetidas como desabamentos, deslizamentos, inundações, além do quê, na maioria das vezes a saúde e a vida estão ameaçadas. No cotidiano, são horas perdidas no transporte, a incerteza quanto ao destino daquele lugar, o desconforto da casa e da rua.

A autora utiliza o conceito de “exclusão territorial”, segundo ela, foi construído para superar as dificuldades encontradas de lidar com índices tradicionais de cobertura de infra-estrutura e indicadores gerais de condições de domicílios que acabam não relevando a imagem fiel das diferenças encontradas entre condições urbanas dentro de um município.

Koga (2003, p. 74) diz quê, na literatura francesa, as novas políticas sociais são tratadas como políticas de “inserção social”. Outra expressão utilizada é “integração social”. No quadro analítico da exclusão social, a referência contrária se faz, portanto, à “inserção social” ou “integração social”.

A autora explica:

Comparativamente, uma questão inicial que se possa colocar entre a adoção da “inclusão social” sobre a realidade brasileira e a de “inserção social” na realidade européia/francesa poderia supor o fato de esta última já ter alcançado um patamar de direitos sociais ainda não assegurados pela sociedade brasileira. Assim o termo “inserção” sugeriria um sentido de reingresso em um sistema de seguridade social instituído, e o termo “inclusão” sugeriria mais um status de conquista de direitos sociais até então não adquiridos. (ibid, p. 75)

No Brasil, quanto ao fato da exclusão e inclusão serem consideradas intrinsecamente relacionadas, Roche, declara que elas são partes integrantes da mesma moeda. (ROCHE apud KOGA,2003)

Koga (2003) esclarece que a perspectiva da inclusão social é delineada por três pilares que são: diferenciação territorial, aspecto cultural e cidadania.

Parece impossível tratar da exclusão nos territórios da cidade sem tocar na cidadania, sem indagar as razões pelas quais cidadãos de um mesmo lugar possuem condições de vida tão desiguais. A relação da parte com o todo, ou a relação de um território com os demais amplia a visão do espaço vivido, quebrando a homogeneidade da imagem generalista da cidade. Este processo pode vir a contribuir para a quebra também da naturalização da exclusão social (KOGA, 2003, pg.76).

Para a autora, encarar a exclusão social como processo e não simplesmente como uma caracterização de diferentes situações de pobreza, vulnerabilidade, estigmatizações contribui para sua interdependência com a inclusão social. Segundo ela, essa dialética se faz necessária, além que irá considerar a referência da inclusão social como entendimento da própria exclusão social.

Neste sentido, Paugan (1999) desenvolve o conceito de "desqualificação social"

Primeiramente, o alto nível de desenvolvimento econômico do país, associado a uma forte degradação do mercado de trabalho, quando as pessoas se sentem humilhadas por necessitarem dos serviços de assistência, até porque já conheceram tempos muito melhores em suas vidas. O segundo fator, que permite entender a desqualificação social como uma forma básica de pobreza, é a forte deterioração dos vínculos sociais. Trata-se de um individualismo que vem acompanhado da degradação da solidariedade básica entre as pessoas. O processo de desqualificação social é uma diminuição dos vínculos sociais. O terceiro fator é a inadaptação aos modos de intervenção social. É a tentativa de buscar outras soluções para responder aos seus problemas (PAUGAN, apud KOGA, 2003 p. 79).

Já Castel (1998) trabalha com a noção de “desfiliação social”, para ele o cerne da problemática da exclusão social não está onde estão os excluídos.

Para ele:

Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção (CASTEL apud KOGA, 2003 p. 79).

Conforme o entender de Koga (2003), no campo da cidadania há déficit de lugares, o que faz com que suas longas franjas abriguem parcelas cada vez maiores de população consideradas inúteis para a sociedade regida pelas leis do mercado, sendo estes lugares de sofrimento, de desfiliação, de desqualificação (KOGA, 2004, p. 79). Para tanto

Os lugares de exclusão e pobreza revelam uma composição cada vez mais sólida, onde formam um verdadeiro mar de “déficit de cidadania”, em torno de algumas ilhas de inclusão e riqueza. Desse ponto de vista, não é admissível se falar de “bolsões de pobreza”. É esta convivência social, territorial, que marca o desenho das cidades brasileiras, onde o sofrimento não pode ser tratado como questão individual, mas genuinamente social (ibid., p. 80).

Segundo Koga (2003), há que se entender melhor as desigualdades que se mostram concretamente nas condições de vida das populações e necessita ser melhor compreendida, no seu processo histórico e político.

Os “déficits de lugares” são concretos e revelam a face dos lugares da cidadania, revelam que medidas socioterritoriais podem contribuir para um maior aprofundamento de análise desse processo em curso nas sociedades marcadas pelas desigualdades sociais, trazendo um novo aporte analítico para as condições reais de vida e para o território usado, do ponto de vista da cidadania e das políticas de redistribuição no enfrentamento das desigualdades sociais.

Em um país em que as desigualdades sociais crescem a cada dia e a concentração de renda aumenta promovendo mais exclusão social é de suma importância estabelecer políticas públicas que tenham como pressuposto a inclusão da parcela da população que se encontra excluída dos benefícios sociais (BUARQUE et al, 2001, p 129).

Martins (1997) aponta que não existe uma exclusão e sim uma inclusão tardia do indivíduo na sociedade, ou inclusão marginal. Observa ainda que ninguém está totalmente excluído da sociedade capitalista, mas sim inserido num processo de inclusão precária, podendo ser demorado o tempo entre a exclusão e (re)inclusão. Martins (1997) destaca

A sociedade moderna está criando uma massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato incluída nos padrões atuais de desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório (p. 33).

A situação de exclusão social, segundo Koga (2003, p. 48), em que vive a população brasileira, além de apresentar profundas desigualdades sociais, econômicas, políticas, entre as classes sociais, produz uma inversão interpretativa em relação às manifestações de resistência à mesma.

Oliveira (1998) diz que atualmente no Brasil a segregação social engendrada pela classe dominante tem-se realizado de forma a aumentar as desigualdades entre as classes.

Este processo de exclusão social não visa incluir ninguém ainda de forma excludente; pelo contrário trata-se de um processo que objetiva manter definitivamente e cada vez mais os excluídos enquanto tais. (OLIVEIRA, 1998,p.216)

A partir desse debate, é importante enfatizar a necessidade de insistir em abordar a exclusão sempre como um processo, em oposição à sua identificação com um estado, que se define como algo definitivo, desligado de

fatores anteriores, de desdobramentos posteriores e, sobretudo, ante o qual nada pode ser feito, tornando-se algo irreversível.

Nas áreas metropolitanas, não raramente consideradas com elevado padrão de qualidade de vida, Koga (2003), salienta que ocorrem situações de territórios que se apresentam, em si mesmos, como excluídos ou sinônimos de exclusão social. Exemplos são os morros do Rio de Janeiro, as periferias de São Paulo, os mangues de palafitas no Recife. Ela destaca que são espaços criados à parte da cidade, estigmatizantes e excludentes, produzidos por uma lógica urbanística perversa que segue o modelo da concentração econômica para definir o que é e o que não é cidade, ou quem são e quem não são cidadãos (Koga, 2003, p.72).

É impossível tratar exclusão social nos territórios das cidades sem tocar na cidadania, sem refletir razões pelas quais os cidadãos de um mesmo lugar possuem condições de vida tão desiguais. Para tanto, o próximo tema trará algumas reflexões acerca da questão do direito e da moradia que estão intimamente ligados ao processo de exclusão social da população carente.

2.4 A QUESTÃO DO DIREITO E DA MORADIA

Os últimos anos têm sido marcados pelo desmonte na estrutura responsável pela política habitacional brasileira, principalmente a de interesse social. Não obstante essa situação, acompanhamos um forte empobrecimento da população, com aumento do desemprego, a informalização do trabalho, a ampliação significativa do número de famílias submetidas a moradias inadequadas. A desigualdades e a exclusão socioeconômica exercem um impacto direto na moradia (ESTATUTO DA CIDADE, p. 21).

A imensa e rápida urbanização pela qual passou a sociedade brasileira foi uma das principais questões sociais experimentadas no país no século XX. Enquanto em 1960, a população urbana representava 44,7% da população total; contra 55,3% da população rural; dez anos depois essa relação se invertera, com números quase idênticos: 55,9% da população urbana e 44,1% de população rural. No ano de 2000, 81,2% da população brasileira vivia em cidades. Essa transformação revela também o crescimento populacional do país como um todo;

nos 36 anos entre 1960 e 1996, a população urbana aumenta de 31 milhões para 137 milhões, ou seja, as cidades recebem 106 milhões de novos moradores no período (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 23).

Com uma população total, em 2000⁹, de 169,6 milhões de habitantes, um crescente grau de urbanização e uma elevada concentração de renda, o Brasil enfrenta graves problemas sociais. Na última década, o percentual da população que vivia em áreas urbanas passou de 75% para 81%. Quanto à distribuição da renda, observa-se que o desequilíbrio manteve-se praticamente inalterado nesse período. Em 1992, o rendimento dos 50% mais pobres correspondia a 14% dos rendimentos totais, enquanto apenas 1% dos mais ricos concentrava o equivalente a 13%, perdurando esta distribuição até 1999. No mesmo período, a proporção da renda média familiar dos 10% mais ricos que era 57 vezes maior que a dos 10% mais pobres diminuiu um pouco, passando para 53 vezes. Ou, conforme Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial, de 1995, o Brasil se destaca como o país de maior desigualdade no mundo, onde 10% da população concentra 51,3% da renda, cabendo apenas 2,1% dela aos 20% mais pobres.

A urbanização vertiginosa, coincidindo com o fim de um período de acelerada expansão da economia brasileira, introduziu no território das cidades um novo e dramático significado: mais do que evocar progresso ou desenvolvimento, elas passam a retratar e reproduzir de forma paradigmática as injustiças e desigualdades da sociedade (IBAM, 2001, p. 7).

Tais desigualdades apresentam-se no território sob várias formas, todas conhecidas como imensas diferenças entre as áreas centrais e as periféricas dos grandes centros urbanos: na ocupação precária do mangue em contraposição à alta qualidade dos bairros da orla nas cidades de estuário; na eterna linha divisória do morro e do asfalto e em muitas outras variantes dessa cisão, presentes em cidades de diferentes tamanhos, de diferentes perfis econômicos e de regiões diversas (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 23).

As desigualdades e exclusão socioeconômicas também exercem um impacto direto na moradia e na terra. As estatísticas mostram que o déficit habitacional afeta 83,2% das famílias de baixa renda que recebem três salários mínimos ou menos; apenas 2% das famílias que recebem mais de 10 salários

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Censo demográfico, 2000.

mínimos ou mais não são afetadas. O alto déficit habitacional também é um reflexo do alto número de famílias de baixa renda que vivem em assentamentos informais e coabitações familiares, onde os familiares vivem juntos no mesmo quarteirão em moradias improvisadas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de domicílios particulares permanentes, nas áreas urbanas, em 2000, é de 37,3 milhões de unidades. A necessidade de reposição e incremento deste estoque de domicílios foi calculada em 5,4 milhões de unidades¹⁰, cálculo este elaborado pela Fundação João Pinheiro, o que representa um déficit habitacional urbano do país, correspondente a 14,5%.

E esta mesma pesquisa apura que, no período de 1991/2000, houve um aumento de 41,5% no déficit habitacional, correspondendo a uma taxa de 3,9% a.a. Além do déficit, constata-se a existência de inúmeras moradias que apresentam diferentes tipos de inadequações e/ou que necessitam de melhorias. Observa-se que, dos 36,6 milhões de domicílios duráveis existentes nas áreas urbanas, 5,5% apresentam adensamento excessivo; 28% têm alguma carência de infra-estrutura básica; 4% não dispõem de instalação sanitária; e 2% apresentam problemas de depreciação. Estima-se, ainda, que 1,5 milhão de casas e cômodos urbanos – o que representa quase 5% do total existente – encontram-se em situação de irregularidade fundiária.

Ao problema do déficit e das inadequações haveria necessidade de ser acrescentada a demanda demográfica, a qual não foi, todavia, incluída na atualização do estudo acima citado.

Apesar de alguns investimentos terem sido desenvolvidos para minimizar esta situação, ainda está longe de resolvê-la. Por outro lado, a população mais carente, mais afetada pela grave crise econômica do país, não tem acesso a financiamentos habitacionais, ou se o tem é restrito a poucos. Os governos

¹⁰ Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil 2000. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2001. In Banco Mundial. *Política Nacional para o Brasil. Mantendo o Momentum da Reforma*. Brasília: Relatório interno. 2002, p.1. O déficit levantado subdivide-se nas seguintes categorias: i) habitação precária: 808 mil; ii) coabitação familiar: 3,3 milhões; iii) reposição por depreciação: 117 mil; e iv) ônus- excessivo com aluguel: 1,2 milhão. Estes últimos são domicílios ocupados por população com renda de até 3 salários mínimos, que despendam mais de 30% de sua renda com aluguel. Com relação às faixas de renda da população, observa-se que 84% do déficit correspondem a famílias com rendimentos inferiores a 3 salários mínimos, sem capacidade, portanto, de conseguir uma solução para o seu problema de moradia, dentro da regularidade. Na faixa de renda de 3 a 5 salários mínimos o percentual do déficit é de 8,4%, e de 5,4% na de 5 a 10 salários mínimos. Tem-se, assim, uma concentração de 97,8% do déficit na faixa de até 10 salários mínimos.

municipais e estaduais estavam comprometidos com outras políticas públicas que não a de garantir uma condição digna de habitabilidade aos cidadãos, com saneamento básico, saúde, educação, segurança, atividades culturais e de lazer voltados à população. Os assentamentos subnormais, que serão melhor definidos e detalhados no presente trabalho, nada mais são do que o reflexo dessa situação e do descaso das autoridades governamentais, nos três níveis da Federação, com a dignidade da pessoa humana, com os direitos fundamentais do homem, com os direitos sociais dessa população carente em todas as formas, que, por falta de opção, acaba residindo nas condições mais precárias, muitas delas muito abaixo do mínimo tolerável ao ser humano (POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2004, p. 18).

Silva (1995) faz um breve histórico da questão da moradia:

O problema habitacional se tornou agudo com a urbanização da humanidade. Enquanto predominava a vida rural, o problema não se punha, porque cada qual cuidava de organizar a sua própria moradia segundo suas condições econômicas, utilizando para isso terrenos públicos ou particulares, ainda que a população pobre morasse sempre em condições precárias (SILVA; 1995 p.19).

Por outro lado, Osório e Manegassi (2002), apontam como causa da impossibilidade da maioria da população ter acesso à terra e à moradia urbana residente nos grandes centros urbanos do país: a ocupação desordenada e de forma predatória de áreas inadequadas, acrescida de um transporte urbano de baixo padrão de eficiência e acessibilidade, a carência na abrangência e na qualidade dos serviços públicos de infra-estrutura; e os conflitos sociais e fundiários de difícil solução.

As ações públicas desenvolvidas pelo setor moradia contribuem para reprodução da propriedade privada da terra urbana e os financiamentos concedidos atendem a lógica do sistema bancário, agravando assim o perfil da exclusão.

A solução do problema moradia ganha contornos diferenciados, conforme os segmentos humanos que, de maneira desigual, participam da vida social.

No Brasil há um conjunto de alternativas, aluguel, compra no mercado formal, alternativas que também ocorrem no mercado informal, o que não consegue responder à crescente demanda social por habitações.

A somatória desses problemas, além de outros, acabou gerando grandes contingentes populacionais que tiveram na ilegalidade a alternativa para assentar-se. São as ocupações espontâneas, vilas, favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, aliados à autoconstrução da casa .

O reflexo mais claro, segundo Osório (2002, p. 57), é que [...] em diversas capitais, a partir de 1980, o crescimento da população favelada passa a ser maior do que o total da população da respectiva cidade.

Sugai (2004) diz quê, além de ser de vital importância analisar a questão da habitação humana como um fato decorrente do processo histórico, é o também compreendê-la no contexto de cada época bem como de sua evolução, é importante ao Estado assegurar, por exemplo, que os recursos articulados pelo Poder Público sejam instrumentos fundamentais para o enfrentamento da questão da moradia, e principalmente que a prática de programas integrados do Estado promovam a inclusão social.

O direito à moradia também é reconhecido como um direito humano, demonstrado em diversas declarações e tratados internacionais de direitos humanos, nos quais o Estado brasileiro participa. Entre os documentos destacam-se os seguintes:

- Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 (artigo XXV, item 1);
- Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (artigo 11);
- Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher de 1979 (artigo 14.2, item h);
- Convenção de Direitos da Criança de 1989 (artigo 21, item 1);
- Declaração sobre assentamentos humanos de Vancouver, de 1976 (seção III (8)) e capítulo II (A .3);
- Agenda 21 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (capítulo 7, item 6).

Por meio da emenda constitucional 26, o direito à moradia está previsto expressamente no artigo 6º da Constituição, que dispõe sobre os direitos sociais. O direito à moradia como integrante da categoria dos direitos sociais, para

ter eficácia jurídica e social, pressupõe a ação positiva do Estado por meio da execução das políticas públicas, no caso, especialmente da promoção da política urbana e habitacional.

Dois aspectos se destacam nessa obrigação;

- O primeiro é o de caráter imediato e visa impedir a regressividade do direito a moradia. Visa também o impedimento de medidas e ações que igualmente dificultem ou impossibilitem o exercício do direito à moradia, como, por exemplo, um sistema e uma política habitacional que acarretem a exclusão ou medidas discriminatórias de impedimento de acesso ao direito à moradia para uma grande parcela da população (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 26);
- O segundo visa promover e proteger o direito à moradia e refere-se à intervenção e regulamentação das atividades do setor privado sobre a política habitacional, como a regulamentação do uso e acesso à propriedade imobiliária, em especial a urbana, de modo a atender à sua função social, regulamentar o mercado de terra, dispor sobre sistemas de financiamento de habitação de interesse social e promover programas de urbanização e regularização fundiária nos assentamentos informais. Neste caso contribui para a integração social e territorial das comunidades carentes que vivem em assentamentos (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 26).

O direito à moradia e o direito a cidades sustentáveis, reconhecidos como direitos humanos pelos sistemas internacional e nacional de proteção dos direitos humanos, são os fundamentos para a promoção de uma política urbana que prioriza a urbanização e regularização dos assentamentos precários, visando melhorar as condições de vida, tanto no aspecto da moradia como no aspecto ambiental. Essa política urbana deve ter como meta a regularização fundiária, visando conferir a segurança jurídica à população moradora dos assentamentos.

Os pressupostos para constituição de uma nova ordem legal urbana, destinadas a legalizar e urbanizar as áreas consolidadas e ocupadas pela população de baixa renda que tem o direito à moradia como elemento essencial, são os seguintes:

- O direito a cidades sustentáveis; entendido como o direito aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação. Inclui também o direito à liberdade de organização, o respeito às minorias e a pluralidade étnica, social e

cultural, o respeito aos imigrantes e o reconhecimento de sua plena cidadania;

- O desenvolvimento urbano ambiental sustentável voltado a garantir a articulação das dimensões ambiental e social, e a sua integração ao conjunto das políticas e planos para a cidade, assegurando o acesso democrático aos recursos ambientais e paisagísticos e promovendo uma efetiva melhoria da qualidade de vida;
- A gestão democrática da cidade entendida como forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades e povoados, garantindo o acesso à informação, a participação, o controle social sobre os processos decisórios em vários campos e o fortalecimento do poder local;
- A garantia das funções sociais da cidade e da propriedade entendida como de interesse comum sobre o direito individual de propriedade aqui entendida, como o uso socialmente justo do espaço urbano para que os cidadãos se apropriem do território, democratizando seus espaços de poder, de produção e de cultura dentro dos parâmetros de justiça social e de criação de condições ambientalmente sustentáveis .

Quando nos referimos ao direito à moradia, que visa a proteção de outros direitos independentes e irrenunciáveis, percebemos que ele tem uma relação direta com a função social da propriedade.

Enquanto alguns lucram especulativamente com a terra segundo Martins (2003), nas periferias do outro lado da cidade, as favelas vão crescendo; alastram-se os assentamentos urbanos carentes de infra-estrutura básica, decorrentes do processo informal de ocupações coletivas; os cortiços, proliferam; os conjuntos habitacionais são ocupados de modo irregular, fazem-se loteamentos clandestinos periféricos sem equipamentos e infra-estrutura urbana invadindo-se áreas de preservação ambiental. Tudo isso é reflexo do não-cumprimento da função social da propriedade, situações em que poucos e seletos “donos-de-terra”, intencionalmente acabam provocando os chamados “vazios urbanos”, que desocupados e inabitados constituem reserva de valor pelos respectivos proprietários. Assim, com a retenção de glebas vazias, esses especuladores acabam

se beneficiando dos investimentos públicos realizados na cidade, enquanto isso a camada da população mais carente “se vira” como pode para morar (MARTINS, 2003,p.59).

Para tanto o Estado brasileiro tem a obrigação de adotar as políticas, ações e demais medidas compreendidas e extraídas do texto constitucional para assegurar e tornar efetivo esse direito, atendendo especialmente aos que se encontram em estado de pobreza e miséria nas cidades brasileiras

Pensar no direito à moradia é pensá-lo como um direito de todo cidadão de ter acesso, manter um lar, protegido, vivendo com dignidade e para garantir essa efetividade há necessidade emergencial de impulsionar a Política Nacional de Habitação sobre a qual se tecerão alguns comentários a seguir.

3 POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

3.1 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E MORADIA

As considerações aqui apontadas sobre a Política Habitacional referem-se ao período pós-BNH, ou seja mais precisamente após a Constituição de 1988.

Paz (2002) define habitação como um bem de mercado, que movimenta o setor da construção civil e imobiliário, mas antes de tudo, é uma necessidade humana, básica, de abrigo, proteção, segurança, privacidade, saúde, conforto, portanto, um direito social. Porém, moradia teve sentido muito mais amplo do que o de um teto para abrigar; envolve bens e serviços habitacionais que devem satisfazer estas necessidades humanas, e também o acesso a serviços urbanos e sociais.

Conforme a autora, o ato de morar implica na articulação de diferentes processos de vida das pessoas e de suas famílias, como a inclusão no mundo do trabalho, seja ele formal ou informal, a sociabilidade, o acesso a serviços e ao lazer, criando-se e recriando-se novas formas de consumo. O lugar da moradia, a possibilidade de morar decentemente, influencia nos aspectos da vida, no trabalho, escola, saúde, família, enfim nas relações sociais (PAZ, 2002, p. 71).

Este conceito deve ser pensado no tempo e no espaço, em uma determinada configuração cultural e espacial, em um meio ambiente e uma sociedade determinada. Para a autora, a moradia está ligada à cidade e de modo integral, com o hábitat e, implica em atributos urbanos como solo, meio ambiente, infra estrutura, unidade habitacional, equipamentos sociais, transporte, serviços e privados (PAZ, 2002, p. 72).

Morar com dignidade é um direito reconhecido no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e ratificado no Tratado dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e na Agenda Habitat da ONU:

Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde, bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais, indispensáveis, e direito a segurança em caso de desemprego, doença [...].

Moradia é uma das principais reivindicações da população de baixa renda nas cidades brasileiras. Di Sarno (2004), ressalta importantes mudanças que ocorreram nos últimos anos, destaca-se á mobilização de movimentos sociais em torno da moradia, nas quais passa do âmbito político pragmático para o plano dos direitos, sejam eles considerados direitos sociais, direito à cidade ou direito à moradia. Esta mobilização resultou em novas práticas sociais e fortaleceu importantes setores da sociedade civil como agentes e parceiros de uma nova Política Nacional de Habitação. Nascem duas importantes articulações nacionais de movimentos de moradia, o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), formado em 1990 e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), criada em 1994 (DI SARNO, 2004, p. 21).

O quadro de carência habitacional, principalmente para população de baixa renda, faz com que a habitação, segundo Paz (2002), seja uma política social voltada prioritariamente para essas populações, principalmente aquelas concentradas nos grandes centros urbanos, o que não diminui a importância da atuação do governo sobre o segmento do mercado do setor habitacional, já que este setor é parte significativa da atividade econômica e responsável por um grande número de empregos no país (PAZ, 2002, p. 75).

Nos anos 90, o quadro de crise na área de habitação se agravou. Santos (1999) destaca que o período foi marcado pela desvinculação dos programas habitacionais, dos destinados ao saneamento e ao desenvolvimento urbano, dada a ausência de controle sobre a qualidade das moradias construídas e a irresponsabilidade na gestão dos recursos do FGTS, contrariando o consenso entre especialistas segundo o qual a integração destes programas produz resultados socialmente eficientes. (SANTOS, apud PAZ, 2002,p.21)

O governo Collor lançou em maio de 1990 um Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) quê, segundo Paz (2002), surgiu como uma medida emergencial para financiar habitações em 180 dias, mas seu objetivo não foi alcançado. A proposta do PAIH envolveu o programa de moradias populares, o

programa de lotes urbanizados e o programa de ação municipal para habitações populares.

O relatório da Secretaria da Habitação do Ministério do Bem-Estar Social (1994) expõe com clareza a crise do período e conclui:

O FGTS teve, no biênio 1990/1991, seus objetivos conspurcados pela atuação de poderosos interesses. O resultado foi o colapso do segmento habitacionais patrocinado por fontes oficiais. Excesso de contratações, sobre-preços nos orçamentos, negligência para com a lei, ordem e justiça, retiraram o fôlego financeiro do FGTS que se viu, no início de 1993, com quase 300 mil unidades habitacionais praticamente paralisadas por carência de recursos desde fevereiro de 1992, os desembolsos vinham sofrendo sensíveis reduções em relação ao contratado, chegando praticamente ao nível zero em 1993 (apud PAZ,2002,p.80).

O governo seguinte assumiu e deste quadro de total comprometimento dos recursos do FGTS, pouco fez no atendimento dessa demanda.

Quando assumiu o governo, Itamar Franco, reformulou os programas de habitação popular, que passa a ter maior controle social e transparência nos recursos. A principal contribuição desse período refere-se às novas diretrizes e pressupostos que passaram a nortear a política habitacional, resultado de um processo de debates com setores da sociedade civil, expressos em diversos documentos. O Relatório de Produto – P3 da equipe – EESC USP (1999) aponta:

As diretrizes da política apontavam para uma reformulação estrutural no setor, visando proporcionar um atendimento mais apropriado e mais amplo da demanda reprimida, reduzir substancialmente a migração de recursos para os custos agregados (custos de aprovações oficiais, seguros e intermediações financeiras) que praticamente duplicam o valor da habitação, viabilizar um maior aporte de recursos privados, ampliar o espaço de participação da sociedade, avançar na descentralização administrativa através da definição de prioridades e aprovação de financiamentos em nível local e incrementar o apoio à evolução tecnológica e gerencial.(apud PAZ,2002 p.81)

Partindo destes pressupostos e diretrizes, Paz (2002) relata quê, na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, avaliou-se que o modelo da política habitacional baseado no SFH estava esgotado, era insuficiente em face das necessidades da população brasileira, eram no também chamados programas alternativos, condenando-se a má utilização dos recursos, a centralização da gestão e a falta de controle social dos investimentos realizados.

Os princípios de gestão democrática e integração com as políticas afins representavam um grande avanço na concepção geral da política pública, mas pouco se concretizou, dados os entraves históricos da máquina estatal como também a ausência de mecanismos democráticos e de articulação das diversas políticas sociais.

Nasce então um novo modelo de Política Habitacional que tem como objetivos gerais quatro pontos importantes: a universalização do acesso a moradia; a articulação das ações de governo com a sociedade civil, incluindo-se aí tanto o setor privado como a população beneficiada, a democratização da gestão dos programas e a promoção de um ambiente de eficiência e eficácia no setor.

Segundo Fernandes (2001), a definição de uma Política Habitacional deveria ter como parâmetro as demandas da sociedade, bem como as características da cultura e da organização social.

Portanto, a Política Nacional de Habitação do segundo mandato de FHC teve como uma das premissas, a estruturação de um sistema financeiro que desse efetivamente suporte à provisão da moradia, no seu conceito mais amplo, sem se atribuir primazia ao financiamento da produção imobiliária. Ao Estado coube assegurar que os recursos articulados pelo poder público fossem um instrumento fundamental de apoio à iniciativa e ao investimento do cidadão, no provimento de sua solução habitacional. Este investimento poderia ser representado tanto por contrapartidas financeiras quanto pela utilização de sua própria mão-de-obra, estimulando-se as soluções de construção por mutirão, autogestão ou autoconstrução (P.N.H., 2004, p. 11).

O governo federal manteve um sistema centralizado, com linhas de crédito sobre seu controle, sem uma política para incentivar e articular as ações dos estados e municípios no setor habitacional. O que se observa no período de 1996 até 2002 é a desarticulação institucional, em alguns casos com a extinção das Companhias de Habitação, as COHABs estaduais, e a dependência quase completa

dos recursos federais, verificando-se quase nenhuma priorização, por parte dos Estado, à questão habitacional (P.N.H., 2004, p. 12).

O governo de Luís Inácio da Silva, em 2003, inicia a implementação de mudanças nesse quadro, criando o Ministério das Cidades, que passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e dentro dela, pela Política Setorial. Integram o Ministério das Cidades: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (P.N.H., p. 12).

A Política de Habitação inscreve-se dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe à casa, mas incorpora além o direito à infra-estrutura, ao saneamento ambiental, à mobilidade e transporte coletivo, a equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade.

Dentro de um modelo participativo e democrático que reconhece a participação nas políticas públicas como direito dos cidadãos, o Ministério das Cidades, em 2003, articulou a realização das conferências municipais, regionais e estaduais das cidades, que contou com a participação de amplos segmentos da população, em cerca de 3.400 municípios. Nestas conferências foram debatida os problemas das cidades e apresentadas sugestões visando-se a elaboração das políticas adotadas pelo Ministério das Cidades. Em outubro de 2003 foi realizada a Conferencia Nacional das Cidades, da qual resultou a criação do Conselho das Cidades e a aprovação das diretrizes para a nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (P.N.H., p. 12).

Como fruto desse processo, a proposta da nova Política Nacional de Habitação é coerente com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, com o Estatuto da Cidade que estabelece a função social da propriedade e com as diretrizes do atual governo ,que preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática, visando:

Promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social (MINISTÉRIO das CIDADES, 2004).

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Habitação tem como componentes principais:

Integração Urbana de Assentamentos precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano, que definem as linhas mestras de sua atuação (MINISTÉRIO das CIDADES, 2004).

Os princípios que regem a Política Nacional de Habitação conforme documento do Ministério da Cidade (2004) sobre habitação são:

- Direito à moradia, como um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988. O direito à moradia deve ter destaque na elaboração dos planos, programas e ações, colocando-se os direitos humanos mais próximos do centro das preocupações de nossas cidades (M.C., 2004, p. 30);
- Moradia digna como direito vetor de inclusão social que garantia padrão mínimo de habitabilidade, infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais (M.C., 2004, p. 30);
- Função social da propriedade urbana que busque implementar instrumentos de reforma urbana a fim de possibilitar melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir acesso à terra urbanizada (M.C., 2004, p. 30);
- Questão habitacional como política de estado uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regulação de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e valha para mais de uma gestão;
- Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos (M.C., 2004, p. 31);

- Articulação das ações de habitação com a política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais (M.C., 2004, p. 31).

Conforme informação do Ministério da Cidade (2004), a política nacional de Habitação aprovada pelo Conselho das Cidades, deverá ser implementada de forma gradativa, exigindo um prazo relativamente longo para que se dê a implantação de todos os seus componentes e instrumentos.

A implantação do Sistema Nacional de Habitação e de seus programas exige um articulação com a política urbana, particularmente a fundiária que pode criar as condições de ampliação da oferta de terra urbanizada e ao barateamento dos imóveis e, conseqüentemente, facilitar à construção de novas moradias (P.N.H., 2004, p. 13).

A seguir discorrer-se-á sobre o espaço urbano e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, a qual deverá ser acompanhada pela PNH.

3.2 O ESPAÇO URBANO E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

A cidade é fruto do trabalho coletivo de uma sociedade; nela se materializa a história de um povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. Di Sarno (2004) destaca quê, ao longo do tempo, sua existência é determinada pela necessidade humana de se agregar, de se relacionar, de produzir e trocar bens e serviços, de criar cultura, arte, de manifestar sentimentos e anseios que só se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona. Todos buscamos uma cidade mais justa e democrática, que possa de alguma forma corresponder aos sonhos de seu povo (E.C., 2001, p. 9). A rápida e desenfreada urbanização foi certamente uma das principais questões sociais experimentadas no século XX.

A década de 1980 apresentou novidades referentes à gestão das cidades, principalmente com a aprovação da Constituição de 1988. A partir desse momento outros instrumentos passaram a fazer parte do processo de gestão dos

centros urbanos como o Estatuto da Cidade¹¹ que regulamenta os artigos 182 e 83 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais para a política urbana. A lei, delega aos municípios a incumbência de cumprir a função social em relação à propriedade urbana nas cidades. Um dos objetivos do texto é

Promover a aplicação do Estatuto da Cidade e de outros instrumentos de política urbana, garantindo a melhoria da gestão e controle do uso do solo na perspectiva do cumprimento da função social da cidade e da propriedade (E.C., 2001, p. 10).

A contradição permanente entre ordem urbanística e gestão exigem do poder público o planejamento por meio do Plano Diretor¹² e de zoneamentos, que virá estabelecer uma cidade virtual, que não se relaciona com as condições reais de produção da cidade pelo mercado, ignorando que a maior parte da população urbana tem baixíssima renda e nula capacidade de investimento numa mercadoria que é o espaço construído.

A política urbana deve ser compreendida em dois sentidos diferentes relacionados, porém um com o outro primeiro como estratégia de desenvolvimento da estrutura física da cidade e segundo como ação política na condução da vida urbana. Como estratégia de desenvolvimento da cidade, esta política orientada pelo poder público, seja ele federal, estadual ou municipal, com o fim de fazer a cidade crescer de maneira organizada. O estabelecimento da política urbana não é a ação, mas sim o preparo das condições em que o organismo governamental entrará em ação de maneira inteligentemente unificada (E.C., 2001, p. 12).

¹¹ Estatuto da Cidade aprovado em 10 de julho de 2001 – Lei nº 10.257.

¹² Plano Diretor – A Constituição, em seu artigo 174, considera que o Poder Público, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento; em seu capítulo II, Da Política Urbana, concede ao município a competência de estabelecer um Plano Diretor em virtude do qual lhe é incumbida a tarefa de estabelecer como normas imperativas aos particulares e agentes privados as metas e diretrizes da política urbana e os critérios para verificar se a propriedade atende a sua função social.

Como bem define Yoshida (2001, p. 67) , as funções sociais da cidade:

[...] não se restringem funções urbanas elementares (habitação, trabalho, recreação e circulação).

[...] Segundo Fiorillo e Abelha, a função social das cidades está ligada às normas constitucionais mencionadas [...], de forma que ‘o direito à vida com saúde, com lazer, com segurança, com infância, com a possibilidade de maternidade, com direito ao trabalho, com direito à propriedade, etc., devem ser condições *sine qua non* da própria existência finalística da cidade’

Desta forma a cidade, cumprindo suas funções sociais, estará buscando dar efetividade ao princípio da dignidade humana, fundamento do Estado Democrático de Direito [...], traduzido na ‘sadia qualidade de vida’, finalidade última da proteção [...] e no bem-estar dos habitantes da cidades [...], outro objetivo da política urbana.

Para a autora, o quadro de contraposição entre uma minoria da população qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias reflete a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais e da segregação espacial.

O ano de 2003 foi marcado pelo processo político de construção de diretrizes para elaboração de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, através de propostas dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil.

O Ministério das Cidades publicou um documento “Construindo uma política para as Cidades”, o qual resultou em um texto base que orientou a realização das Conferencias municipais, estaduais e nacional.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano a ser construída no governo federal se insere no esforço da materialização que visa a coordenação e articulação dos interesses públicos e privados no sentido de minimizar as desigualdades sociais e regionais, redistribuir renda, reduzir o desemprego, superar a escassez de financiamento, reduzir incertezas e elevar o investimento publico e privado (M.C., 2004).

O Ministério das Cidades terá como diretrizes, para suas ações a minimização da pobreza, das desigualdades sociais e regionais e a redistribuição de

renda, entre outros propósitos contidos no documento quê, em sua segunda parte, apresenta o Texto Para a Deliberação da 1ª Conferência Nacional das Cidades, indicando como missão desse momento,

Garantir o direito a cidade, promovendo a universalidade do acesso a terra urbanizado e a moradia digna, a água potável e ao ambiente saudável e assegurar o trânsito e a mobilidade urbana com segurança, por meio da gestão participativa (M.C., 2004)

Nesse sentido, é necessário identificar a compreensão que os gestores das cidades vêm tendo desse momento de revisão da situação atual dos problemas urbanos, ou seja, qual a concepção de cidade que irá nortear esse processo. Importante para esse processo é a definição do que vêm sendo entendido por cidade, compreendendo-se que é essa concepção que definirá a gestão da complexa dinâmica que envolve o espaço urbano atualmente.

Segundo Rolnik (1995), a lógica capitalista é que define as prioridades e os parâmetros de utilização da cidade, sendo essas prioridades administradas pelo Estado, que passa a transformar em mercado o espaço urbano e as relações estabelecidas entre seus habitantes.

[...] o poder urbano funcional na cidade capitalista como uma instância que controla os cidadãos, produz as condições de acumulação para o capital e intervém nas contradições e conflitos da cidade (ROLNIK, 1995, p. 70).

Silva (2004) destaca que o Estado tem participado diretamente na condução da cidade para o favorecimento do capitalismo através dos investimentos e intervenções realizadas no espaço urbano. As expressões da “questão social” no meio urbano reafirmam essa relação entre os problemas e a gestão dos mesmos pelo poder público, como áreas da cidade que são priorizadas em infra-estrutura, enquanto outras localidades não têm acesso aos serviços básicos como água encanada, calçamento e equipamentos urbanos essenciais ou seja, escolas, hospitais, transportes, dentre outros.

O poder de acesso define e gera a segregação espacial que se constitui pela desigualdade na utilização de serviços e equipamentos urbanos , sendo o espaço da cidade ocupado diferentemente constituindo uma sociedade fragmentada regida pelos interesses do sistema capitalista (SILVA, 2004, p.16).

Silva (2004) afirma ainda que a cidade enquanto espaço de produção e reprodução do sistema capitalista, vem sendo pensada atualmente de forma a viabilizar uma sociedade fundada na justiça social para enfrentar os problemas considerados fundamentais para a reorganização da vida urbana, como a concentração de renda, a exclusão social, desemprego, a violência entre outros. Afirma ainda que o desenvolvimento sustentável das cidades compõe uma das diretrizes que o Ministério das Cidades elaborou para viabilizar novas formas de gestão, sendo o Estatuto da Cidade o principal instrumento para a efetivação da proposta, com objetivo de privilegiar o interesse social na produção de infra-estrutura urbana.

Nesse sentido, torna-se instigante investigar como o discurso oficial do atual governo se coloca neste momento histórico, no que diz respeito à tentativa de construção de uma “nova” cidade baseada em princípios já citados anteriormente.

Diz Rolnik,

Hoje a imagem da cidade como centro de produção e consumo domina totalmente a cena urbana. Nas cidades contemporâneas não há praticamente nenhum espaço que não seja investido pelo mercado (ou pela produção para o mercado). [...] Sem dúvida é possível dizer que hoje o mercado domina a cidade (1995, p. 28).

O modelo de apropriação do espaço e a ausência de uma política de desenvolvimento urbano, diante do significativo crescimento da população que migrava para os grandes centros, provocaram a ocupação desordenada e irregular do espaço urbano. A seguir abordar-se-á a questão das migrações, pois entender este processo se faz necessário para entender as ocupações nos grandes centros urbanos.

3.3 URBANIZAÇÃO E O PROCESSO DE MIGRAÇÕES

Observamos as cidades como pontos de convergência de fluxos migratórios do campo para os centros urbanos mais prósperos e próximos em virtude da expansão e penetração do capitalismo no campo. No ano de 2000, 81,2% da população brasileira vivia em cidades. Esses dados demonstram a urbanização vertiginosa, coincidindo com o fim de um período de acelerada expansão da economia brasileira, que introduziu no território das cidades um novo e dramático significado: mais do que enfocar progresso ou desenvolvimento, elas passam a retratar e reproduzir, de forma paradigmática, as injustiças e desigualdades da sociedade.

Segundo Azevedo (1996), a busca de outras alternativas de sobrevivência nos centros urbanos, ou seja, a migração do campo para a cidade tem contribuído para o crescimento demográfico no contexto urbano.

No entanto, Gonçalves (1998, p. 74) ressalta que migrações e condições subnormais de moradias não se encontram diretamente relacionadas. Não é o fato de ser migrante que leva o indivíduo a ser morador de uma invasão ou favela, mas sim o seu empobrecimento crescente, em decorrência de uma situação econômica que a cada dia deteriora seu poder aquisitivo.

As transformações socioeconômicas no Brasil, principalmente o desenvolvimento industrial associado à modernização da agricultura, proporcionaram não apenas o progresso para o país, mas também provocaram o aumento da miséria dos trabalhadores desprovidos de seus meios de produção e que foram obrigados a se deslocar para outras áreas em busca de sobrevivência, contribuindo para a intensa urbanização. Esse fator leva ao crescimento e degradação dos centros urbanos, diante da demanda populacional. Assim, surgem as primeiras expressões da exclusão social, já que esta população torna-se vítima “de um sistema que impede a fixação do homem na terra e impede que este mesmo homem encontre condições dignas de trabalho, de moradia e de vida na cidade” (CEM, 1986, p. 11).

Mudanças estruturais na economia, presenciadas nos últimos anos, e que transformam as relações de trabalho, principalmente no setor agrícola, aconteceram de maneira muito repentina, atingindo milhares de pessoas, que

tiveram de abandonar suas terras e atividades e migrar para outras localidades (ALEGRE, 2002). Muitos dos migrantes, não só os que deixaram o campo, mas também que deixavam outras cidades e foram para outras áreas rurais, tiveram como alternativa dirigir-se para as cidades e sujeitar-se a morar nas periferias, na qualidade de bóia-fria, trabalhador informal e/ou desempregado, tornando-se, assim, marginalizados perante à sociedade em que se insere. A consequência desse deslocamento foi o aumento da dificuldade de integração social e isso levou as classes menos favorecidas a situações de extrema pobreza. A miséria seria, portanto, um dos resultados dessa nova “civilização moderna industrial” (RAMIRES e SANTOS, 2001).

Segundo o autor, considerando-se que as indústrias passaram a absorver cada vez menos mão-de-obra e que o setor terciário se modernizou de tal forma que passou a exigir empregados qualificados, a consequência é que a urbanização brasileira esteja caminhando lado a lado com o aumento da pobreza e a deterioração crescente das possibilidades de vida digna dos novos cidadãos urbanos.

Para ele a intensa urbanização brasileira, vista como consequência do processo migratório, associada a outros fatores, como a especulação imobiliária, acaba sendo acompanhada por diversos problemas sociais, entre os quais a carência de habitações dignas para a demanda populacional, o que vem multiplicando as habitações subnormais, como as ocupações irregulares, as favelas e os assentamentos urbanos, visto que a sub-moradia passou a ser a alternativa dos que chegam à cidade.

A população recém-chegada aloja-se nos centros urbanos, em locais inadequados (fundo de vales, áreas de preservação permanente, propriedades públicas e/ou privadas), buscando suas próprias soluções de sobrevivência, diante das condições que encontram, já que os governos federal, estadual e municipal não fornecem subsídios necessários para atender a toda essa demanda.

Maricato (1995) destaca que as cidades brasileiras, especialmente as médias e os grandes núcleos urbanos, concentram um número elevado de miserável segregado em pontos do seu território ou exilados nas periferias distantes da mesma. Além disso, considera que uma das faces mais centrais da sua experiência é sem dúvida a ilegalidade, principalmente na condição de moradia (favela, loteamento ilegal ou aluguel informal de cômodo) e na relação de trabalho.

Di Sarno (2004) chama atenção para outro fenômeno migratório, além da migração do campo para cidade ou da migração de cidade para cidade. A autora reforça que o desenvolvimento da tecnologia e o surgimento de pólos econômicos refletiram na organização das cidades e na motivação da população. As cidades que não conseguiram desenvolver um pólo econômico, garantindo empregos com aquecimento da economia local, tiveram perda econômica e ou populacional considerável. A sociedade de consumo fez com que muitas cidades entrassem em descompasso, pois, mesmo com a permanência dos habitantes, estes passaram a procurar outros centros para adquirir os bens desejados.

Alegre (2002) observa que o processo migratório no Brasil tem como pano de fundo as transformações da estrutura econômica e do ritmo de desenvolvimento das diferentes regiões do país, pois que o grande ápice do êxodo rural teve início nas regiões onde primeiramente ocorreu o processo de capitalização e mecanização do campo de forma mais intensa, ou seja, na região Sudeste do país.

Assim, a história das migrações internas no Brasil torna-se um fator importante para compreender a formação atual da sociedade brasileira, principalmente no âmbito socioeconômico.

Refletindo as mudanças ocorridas na agricultura brasileira, nota-se que o setor agrícola paranaense, a partir da década de 1970, começa a sofrer consecutivas transformações, como o processo de sua modernização, tida como parcial, conservadora e dolorosa. Segundo Moro (2001), parcial devido à limitação a algumas regiões e a alguns produtos específicos; conservadora por não romper totalmente com a tradicional concentração fundiária e dolorosa porque implicou a expropriação de milhares de trabalhadores ligados às atividades agropecuárias.

Segundo essa perspectiva, o Paraná passou, então, a sofrer as conseqüências socioespaciais dessa modernização. Emergiram, no cenário rural, os novos ramos industriais inseridos no setor agrícola e os de fornecimento de matérias-primas para as mesmas, fazendo-se sentir mudanças qualitativas e quantitativas na forma de produzir, através da especialização da produção e pela constituição das agroindústrias e, posteriormente, pela formação dos complexos agroindustriais.

Uma das alterações significativas foi a substituição de culturas perenes notadamente o café pelas culturas temporárias, como soja e trigo,

principalmente acompanhadas de grandes alterações na base técnica de produção, tornando-se inevitável a redução da mão-de-obra em atividades ligadas ao campo, modificando, dessa forma, a estrutura econômica, política e social do Estado e ocasionando os intensos fluxos migratórios.

A incorporação de novas tecnologias, o uso intensivo de maquinários e o desenvolvimento de pesquisas relacionadas às inovações biológicas e químicas das espécies, que acentuaram as modificações na estrutura econômica e social do Estado (SILVA, 2000; FRANCO, 2001; DELGADO, 1997), vieram a contribuir para a intensificação do processo de migração rural-urbana, porquanto a integração dos produtores ao complexo agroindustrial, a incorporação de insumos industrializados e a adaptação de seus produtos ao mercado, aceleraram o processo de diferenciação socioeconômica entre estes produtores. Os que não conseguiram manter as condições de adaptação às novas mudanças, possuindo terras para garantir o crédito rural e manter a escala de produção exigida por essa tecnologia e para atender a demanda do mercado, diferenciaram-se dos demais, tornando-se assalariados no campo ou na cidade.

Um fator importante que proporcionou o direcionamento dos fluxos migratórios a partir da década de 1970 foi a influência de políticas governamentais fiscais e creditícias, que propiciaram a implementação de um sistema de infraestrutura viária e energética na Amazônia, tendo como expressão o Programa de Integração Nacional (PIN), a abertura de rodovias (Transamazônica, Belém-Brasília e Cuiabá), com o objetivo de interligar as novas áreas de fronteira agrícola e demográfica com outras regiões do país (BECKER, 1997).

A migração interna, tanto pela busca de terras novas, quanto em direção aos centros urbanos, tem relação com aspectos econômicos importantes na História do Brasil: expansão da fronteira agrícola e industrialização. Na década de 1970, observa-se que esses movimentos sofrem um acréscimo, com a inserção da migração sazonal, decorrente da proletarização do homem no campo, ou seja, o trabalhador vê-se obrigado a migrar periodicamente em busca de safras agrícolas (VALIM, 1996).

A década de 1970 apresentou o maior êxodo rural já presenciado no país, devido ao descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e o crescimento da oferta de emprego no campo. Seriam aproximadamente 16 milhões de pessoas que deixaram o campo e destinaram-se aos centros urbanos.

Dessa forma, o êxodo rural afeta o crescimento da população do Paraná, posto que a consolidação da modernização da agricultura paranaense proporcionou profundas mudanças na estrutura agrária, na distribuição espacial de sua população, intensificando o processo de urbanização e elevando o grau de disparidade social e degradação das condições de vida e sobrevivência dessa população. No tocante aos deslocamentos internos dos migrantes no Estado do Paraná, parte significativa dos trabalhadores que saíram do campo deslocou-se para cidades como Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana e Ponta Grossa, apresentando também grande fluxo para a região metropolitana de Curitiba.

No Estado do Paraná, verificou-se, segundo Deschamps e Kleinke (1999), que o processo de migração tem se constituído em um fator de preocupação, tornando-se objeto de análise na área de estudos populacionais do Iparde, devido a sua forte influência na dinâmica da população do Estado. A distribuição espacial que configura extensas áreas de esvaziamento, em oposição à acentuada e crescente concentração populacional, evidencia a consolidação de centros urbanos em determinados pontos do Estado, como Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel.

A década de 1980 é particularmente caracterizada por conseqüências negativas desse modelo de desenvolvimento urbano-industrial, com o agravamento da questão da pobreza nas cidades, cuja conseqüência é a exclusão social. Bursztyn (2000) considera que a medida que seguimos por uma economia capaz de propiciar um notável incremento da produção, juntamente com uma grande redução do emprego de trabalho humano, nos deparamos com categorias de trabalhadores desempregados, que se tornam, *desnecessários* ao sistema econômico. Trata-se assim da ruptura dos laços de solidariedade e de pertencimento a uma mesma sociedade. Neste caso, os excluídos são indivíduos pobres e constituem um mundo à parte, compartilhando o mesmo universo espacial e temporal, mas não interagindo socialmente com os demais.

Numa perspectiva diferente da corrente representada por Bursztyn (2000), Maricato (2000) considera que o crescimento urbano sempre se deu juntamente com a exclusão social. No momento em que as cidades passam a ganhar novas dimensões, tem início a problemática habitacional. O modo de vida da maior parte da população que mora nas cidades e muitas vezes constrói suas

próprias casas em áreas irregulares, no período atual, leva a crer que não é possível dissociar esse urbano e essa moradia dessa sociedade e desse modelo de industrialização, modernização da agricultura e desenvolvimento econômico implementado no Brasil, que, por sua vez, influenciam consideravelmente no deslocamento populacional.

Com base em análise das migrações internas no Brasil, que abrange o estudo de seus diversos fatores, como as características da população que migra, as condições e os motivos dos deslocamentos e a sociedade na qual será inserida, o Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas apresentava como principal objetivo a criação de estímulos orientados para melhorar o nível de renda da camada da população carente, através do aumento das oportunidades socioeconômicas em espaços diferenciados.

Nas duas últimas décadas do século XX, os deslocamentos populacionais no Brasil apresentaram novas características. Durante a década de 1980, devido à crise (estagnação) econômica, multiplicaram-se os contingentes de trabalhadores desempregados e subempregados (deslocamentos intra-estadual, intramesorregional e interestadual), com declínio para as migrações inter-regionais.

Neste momento, iniciou-se a migração de retorno para a região Nordeste (KLEINKE et al., 1999).

No que se refere às trocas interestaduais realizadas no período correspondente a 1986/1991, o Paraná apresenta um movimento intenso com os estados de São Paulo e Santa Catarina, compreendendo 63% dos emigrantes e 54% dos imigrantes desse período. Alguns dos fluxos de longa distância são expressivos, embora em menor quantidade, como os das áreas de fronteira agropecuária recentes (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia) e com frentes tradicionais (Rio Grande do Sul e Minas Gerais), integrando no conjunto 31% dos emigrantes e 34% dos imigrantes (KLEINKE et al., 1999).

Em período mais recente (1999), as preocupações das análises populacionais do Paraná têm-se voltado para a intensidade da migração interna no Estado. No movimento intra-regional, entre 1986/91, sobressaem os fluxos migratórios de origem e destino urbano, representando 54,4% da trajetória dos migrantes. Esses deslocamentos convergem para as três mesorregiões mais urbanizadas do Estado (Metropolitana, Norte Central e Oeste Paranaense) que juntas recebem 70% dos imigrantes.

Quanto aos fluxos de origem rural e destino urbano, neste mesmo período, prevalecem as saídas das áreas rurais com destino às cidades, representando 24,7% dos deslocamentos. Os fluxos com destino às áreas rurais representam a menor parcela (19,9%) e são mais expressivos nas mesorregiões menos urbanizadas, com ênfase para nas de menor distância.

Com relação aos movimentos migratórios no Paraná, entre 1986 e 1991 verificou-se um intenso fluxo migratório intermesorregional, tendo como principais destinos a área metropolitana de Curitiba e a mesorregião Norte Central Paranaense, na qual está inserida a cidade de Londrina, recebendo quantidade significativa de população, como afirma Kleinke (1999) e Deschamps (2001) no trabalho realizado por Kleinke; Deschamps e Moura (1999).

Outro dado relevante é que a mesorregião Norte Central do Paraná, na qual se encontra a cidade de Londrina, é considerada uma das mais dinâmicas do Estado, devido a sua hegemonia de base agroindustrial, sustentando intensos movimentos de circularidade com saldos positivos. Em relação às trocas intermunicipais, esta região, com destaque dos municípios periféricos em relação a Londrina (Cambé e Ibiporã) e a Maringá (Sarandi e Paiçandu), concentram 48% dos imigrantes da própria mesorregião e 67% das demais (KLEINKE, et al., 1999).

Os fluxos migratórios ocorreram também no espaço interno da cidade, o que se convencionou chamar de migração intra-urbana, considerada aqui como o deslocamento da população de um bairro para outro. Essa migração é movida pela esperança que os migrantes carregam em si de encontrar em outro local, mesmo que em outro bairro, a solução para seus problemas socioeconômicos.

Embora a busca da cidade ainda reflita a ilusão de muitos migrantes de conseguir melhores condições de vida, principalmente de emprego, na realidade, sem qualquer grau de qualificação e deparando-se com uma situação de desemprego, acabam submetendo-se a subempregos ou vivendo de *bicos* e, conseqüentemente, transformam suas habitações provisórias em uma condição definitiva.

O modelo de apropriação do espaço e a ausência de uma política pública habitacional, diante do significativo crescimento populacional, provocaram a ocupação desordenada e irregular do espaço urbano com a expansão de moradias precárias, assentamentos informais e favelas.

Em vista dos problemas graves enfrentados pelo poder público nos dias atuais que são os assentamentos urbanos, discorrer-se-á a seguir mais especificamente sobre esse assunto.

3.4 ASSENTAMENTOS E MORADIAS SUBNORMAIS

Em vista dos problemas graves hoje enfrentados pelo poder público que é a falta de moradia, passar-se-á discorrer especificamente sobre os aglomerados subnormais e assentamentos urbanos nos quais mora a população pobre e especificamente as famílias objeto deste estudo.

A necessidade de construção de uma política habitacional com foco na integração urbana de assentamentos precários, especialmente na garantia de acesso a saneamento básico, à regularização fundiária e à moradia adequada, articulada a outras políticas sociais e de desenvolvimento econômico, é essencial a implementação de qualquer estratégia de combate à pobreza e perspectiva de sustentabilidade urbana. Nos dias atuais presenciamos cidades com vastas porções de seu território ocupadas por assentamentos precários que dificilmente podem ser sustentáveis do ponto de vista socioambiental, caso não se efetivarem intervenções que visem à inclusão sócio-espacial do expressivo contingente populacional que reside nesses assentamentos.

Para entendermos o direito à moradia e sua aplicabilidade, necessário se faz identificarmos as diversas formas de ocupação do solo para fins de moradia, recursos utilizados pela população de baixa renda e pelas famílias alvo desta dissertação.

Ensina Fernandes (2003, p. 47),

Uma dimensão de fundamental importância do Estatuto das Cidades diz respeito aos instrumentos jurídicos reconhecidos para a promoção pelos municípios de programas de regularização fundiária dos assentamentos informais, dentro da proposta mais ampla já introduzida na Constituição de 1988 de que cabe as políticas públicas municipais promover a democratização das formas de acesso ao solo urbano e a moradia.

O Estatuto da Cidade reconheceu, segundo Fernandes (2003) que a crise generalizada de moradia e a proliferação de formas de ilegalidade urbana no que diz respeito aos processos de acesso ao solo e a moradia, produzidas pela combinação da falta de políticas habitacionais adequadas com a ausência de opções suficientes e acessíveis oferecidas pelo mercado imobiliário são, ao mesmo tempo, resultado e causa de vários problemas urbanos enfrentados pelos municípios.

O autor destaca ainda que a proliferação de formas de ilegalidade nas cidades especialmente no contexto cada vez mais significativo da economia informal, é uma das maiores conseqüências do processo de exclusão social e segregação espacial que têm caracterizado o crescimento urbano intenso.

Existem varias formas de referir ao termo subnormalidade habitacional no Brasil. Essa diversidade de termos decorre das diferenças regionais e culturais e também do poder publico.

No primeiro recenseamento efetuado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) na década de 1950, a subnormalidade aparece com a variável aglomerado subnormal. Segundo Guimarães (2000) conceituados como subnormais eram aqueles aglomerados que possuíam as seguintes características:

- Proporções mínimas agrupamentos prediais ou residenciais formados com numero de unidades geralmente superior a 50;
- Tipo de habitação predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folhas de flandes, chapas zincadas ou materiais similares;
- Condições jurídica da ocupação construções sem licenciamento e fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
- Melhoramentos públicos ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
- Urbanização área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento (GUIMARÃES, 2000, p. 378).

Porém, Sorgi (2004) diz que a definição talvez adequada para a realidade da época e apropriada para os assentamentos dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e Salvador, onde os aglomerados tinham dimensões maiores em virtude do tipo de ocupação, nos dias de hoje não permite caracterizar completamente o problema habitacional.

Pouco se evoluiu no conceito da subnormalidade, pois no Censo de 1991, para o IBGE, aglomerado subnormal incluindo-se favelas e similares continuava sendo:

[...] um conjunto construído por, no mínimo cinqüenta (50) unidades habitacionais (barracos,casas...), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terrenos de propriedade alheia (publica ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria de serviços essenciais.

Para identificar os aglomerados subnormais, o IBGE segue o seguinte critério: ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (publica ou particular), no momento atual ou em período recente (obtenção de título de propriedade do terreno há mais de dez anos ou menos), e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes características:

- a) Urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não-regularizadas por órgãos públicos;
- b) Precariedade de serviços públicos essenciais.

Dessa forma, os aglomerados subnormais, segundo o IBGE, podem enquadrar-se em: invasão, loteamento irregular ou clandestino e áreas invadidas e loteamentos irregulares ou clandestinos regularizados em período recente. Portanto, o que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada, por ocasião de cuja implantação, não tenha havido posse da terra ou título de propriedade.

Em virtude de inúmeros conceitos e variáveis, o conceito do IBGE não pôde retratar efetivamente o que são as situações de subnormalidade. Desta questão controversa, foram levantadas com maior precisão nos relatórios do programa de urbanização das áreas subnormais do convênio internacional do Governo federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, as características e os conceitos de aglomerados subnormais, podendo assim ser classificadas:

- a) Quanto à irregularidade da titulação dominial ou entraves impostos por posturas municipais Ocupação de terrenos ou

edificações de terceiros, titulação incompleta, aquisição de imóveis de possuidores não-proprietários, não-adequação da edificação, do lote ou do assentamento as normas urbanísticas. Neste item podem incluir-se em: áreas com destinação de uso não residencial (viadutos, ruas, praças, equipamentos urbanos e comunitários, faixas de domínio e de servidão, entre outras); áreas com destinação de usos que vede a possibilidade de ocupação habitacional, como áreas de preservação ambiental, decorrentes de processo de ocupação de uma fração (do uso) do solo urbano, que gere padrões de parcelamento, circulação e edificação inferiores ao mínimo estabelecido na legislação para a zona em questão; imóveis ou conjunto de imóveis, áreas ou espaços abandonados e ou condenados, loteamentos que não tenham cumprido as exigências legais, a aprovação de projeto, licenciamento e aceite de aluguel cuja disposição de cômodos, dimensionamento e condições de salubridade e construção não atendam aos dispositivos estabelecidos pela legislação.

- b) Quanto não-conformidade a padrões mínimos de segurança e conforto das edificações ou à urbanização, como assentamentos em áreas de risco, utilização de materiais que não ofereçam segurança e salubridade, inexistência de infra-estrutura adequada;
- c) Quanto aos tipos de riscos, domicílios em situação de vulnerabilidade a acidentes naturais ou de origem humana, com risco de desabamento de encostas, de enchentes, incêndio, acidentes, ou domicílios em condição de insalubridade, nos quais haja vulnerabilidade a doenças de origem ambiental, risco de exposição a substâncias tóxicas;
- d) Quanto à nomenclatura usual, a subnormalidade habitacional. Quanto à estrutura física da moradia, são as edificações construídas com materiais improvisados e não-duráveis e denominadas de barracos, mocambos ou palafitas. Quanto ao local e à forma ilegal como se deu a ocupação, são comumente

chamados de baixadas, alagados, invasão, loteamento clandestino, favela e assentamentos populares.

Nesse crescente processo de urbanização, presenciado nas cidades de porte médio e médias, emergiram principalmente e de forma avassaladora as aglomerações subnormais, desprovidas de serviços urbanos e infraestrutura básica. Assim, as formas de moradia precárias surgem como alternativas a essa parcela da população desempregada, como também no caso de migrantes (provenientes tanto do meio urbano quanto rural), que buscam nas cidades maiores ou que apresentem perspectivas de crescimento, melhores condições de emprego e moradia. As aglomerações subnormais acabam, dessa forma, perpetuando as desigualdades sociais no espaço intra-urbano (P.N.H., 2004, p. 20).

Dores (2005) descreve a situação de Londrina no período posterior à década de 1970, salientando que as moradias irregulares, principalmente a favela, passaram a se constituir em um elemento de preocupação para a administração pública, dado o valor que os terrenos ocupados adquiriram no mercado imobiliário, por causa do crescimento da cidade. Segundo a autora as razões de seu surgimento, evidenciam as contradições do sistema capitalista, e as favelas passam a ser vistas, então, como *disfunção do sistema*, devendo assim ser erradicadas (IPPUL, 1996).

Segundo COHAB-LD (2002) diante da essa situação, criam-se neste período, no município, alguns programas que objetivam o enfrentamento da erradicação, seja urbanizando-se as favelas através da regularização das áreas onde estas se encontram, e instalando-se a infra-estrutura necessária, seja deslocando o problema, isto é, transferindo as famílias para uma outra área, nos casos em que essas não apresentem condições aptas para a regularização, constituindo os chamados conjuntos habitacionais (década de 1970) e, mais recentemente, os assentamentos urbanos (década de 1990).

Alves (1991) destaca que os conjuntos habitacionais situam-se, num primeiro momento, durante a década de 1970, numa política de erradicação das favelas na cidade de Londrina, bem como de amenização do problema habitacional de grande parcela da população carente.

O Poder Público local (município) busca simultaneamente neutralizar os problemas decorrentes da presença de favelas para o restante da cidade e suprir as necessidades dos moradores das favelas com o mínimo de organização (abertura

de ruas e divisão dos lotes), implantando infraestrutura básica (água e luz) no mesmo local da ocupação e/ou em outra área, dependendo da situação de legalidade da terra (propriedade). Esse processo envolve a regularização do terreno onde estão localizadas as favelas, ou a remoção das famílias que se encontram em situação de risco, para outras áreas da cidade – os assentamentos urbanos, áreas estas também pertencentes ao poder público, neste caso, a COHAB-LD (IPUL – 2001).

Segundo informações colhidas na COHAB-LD (2002), pode-se dizer que os assentamentos urbanos seriam uma alternativa para o processo de desfavelização, principalmente quando a população de gêneses diversas (rural/urbana) perde poder aquisitivo, não apresentando condições de pagar as prestações através de financiamento proposto pelo SFH – Sistema Financeiro de Habitação, vindo, então a se aglomerar em áreas de condições subumanas.

No caso de Londrina, cidade planejada na década de 1930, para atender um determinado número de habitantes (cerca de 20 mil), ocorreram inúmeras alterações no espaço urbano por conta da sua condição de pólo regional, apresentando ela crescimento no setor de comércio e serviços e exercendo, assim, um poder maior de atração populacional. Porém, foi nas décadas de 1950/1960 que surgiram os primeiros registros de favelas, localizadas nas áreas periféricas do centro histórico inicial, próximas à linha férrea (atual Avenida Leste-Oeste, próxima às ruas adjacentes do quadrilátero central) e a cidade passou a receber considerável contingente populacional em razão das atividades desenvolvidas para atender a demanda do sistema ferroviário, necessitando, dessa forma, readaptar seu planejamento urbano para conduzir a ordenação de sua ocupação pela população que chegava na cidade, proveniente tanto da zona rural como da urbana, que via em Londrina a imagem de uma cidade de progresso.

Na década de 1960 elaborou-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, visando-se organizar a ocupação espacial de Londrina, quando ela passa a ser considerada a segunda maior cidade do Estado do Paraná, pelo seu desenvolvimento industrial, comercial e de serviços, e pela significância no crescimento populacional.

Nas décadas subseqüentes, com uma população em torno de 400 mil habitantes, Londrina passa a ser vista como uma cidade que convive com situações urbanas problemáticas, principalmente nas questões sociais, tornando-se

exemplo de rápidas transformações na malha urbana. Tal característica permanece até os dias mais recentes, à qual se acrescenta um elevado grau de disparidades sociais associadas à questão da violência, o que evidencia um contingente populacional crescente que não consegue sequer atingir o nível de pobreza, sendo considerado como o mais miserável e excluído (D.I., 2002, p. 37).

Por esse quadro, verifica-se que a cidade de Londrina apresentou, nestes últimos dez anos, um crescimento significativo no número de habitações destinadas à população mais carente, principalmente para atender aquelas famílias que buscavam a cidade como forma de solucionar seus problemas, mas foram *forçadas* a ocupar terrenos públicos ou privados, por não conseguirem ingressar no mercado de trabalho, evidenciando o fenômeno das aglomerações subnormais.

O surgimento dos aglomerados subnormais, ocorrido com a constituição de favelas e ocupações irregulares e, recentemente, caracterizado pela formação dos assentamentos urbanos, deriva da impossibilidade de pagamento de aluguel, do desemprego, da desqualificação profissional, estando também associado aos problemas regionais referentes ao êxodo rural, atrelados à modernização da agricultura e ao processo de industrialização, tudo isso contribuindo para que esses migrantes, ao chegarem nesta cidade, vissem aumentando a problemática habitacional. Em face dos elevados custos dos aluguéis, se viram forçados a se deslocarem para as zonas periféricas e a se instalarem de forma precária e sub-humana.

Apresentaremos aqui a conceituação adotada pela COHAB-LD para assentamentos urbanos e aglomerados subnormais.

A expressão aglomerados subnormais é utilizada pela COHAB-LD como referência aos assentamentos urbanos, favelas e ocupações irregulares de Londrina. Para o IBGE, essa categoria foi usada para substituir o termo favela no Censo de 2000 e designa um conjunto de favelas e assemelhados constituídos por unidades habitacionais dispostas de forma desordenada e densa, carentes de serviços públicos essenciais (IBGE, 2000).

Segundo a definição produzida por Ferreira:

Os assentamentos urbanos representam locais, cujo histórico de vida de seus habitantes, também é marcado pela precariedade social e econômica. Representam a aglomeração de pessoas que se encontram à margem da capacidade de aquisição de uma moradia, seja através da compra direta ou pela forma de financiamento. Muitos assentamentos expressam o segundo estágio do processo de favelização. Tal fato se dá pela regulamentação posterior do processo de ocupação (invasão), bem como por representar, muitas vezes, o local para onde as famílias são transferidas, durante os processos de remoção de favelados (2001, p. 86).

Ao defini-los como umas formas de regularização de ocupações clandestinas e lugar para onde são destinadas famílias sem teto e favelados de outras localidades, relacionados, portanto, a processos de “desfavelização” ou “desfavelamento”, Ferreira (2001) também enfatiza a ação estatal, central na sua definição, que contempla ainda outros aspectos do bairro, em particular, a dinâmica da organização populacional.

Andrioli (2003) faz uma crítica à utilização dessa categoria assentamento urbano, pois ela considera mais coerente o conceito de ocupações urbanas, por contemplar o caráter da luta dos sujeitos sociais e das entidades que os defendem. Afirma a autora que se trata de uma conceituação simplista e carregada de preconceitos, utilizada de forma intencionalmente errônea pelo Poder Público, com o objetivo de esconder os reais problemas socioeconômicos presenciados na cidade. Para a mesma, a expressão assentamento urbano seria uma categoria utilizada pelo Estado, dividida em etapas para que ocorra e se dê a posse ou propriedade da terra, o que faz concluir que esta categoria vigora somente num determinado período, ou seja, no tempo necessário para a conclusão das referidas etapas, as quais são: levantamento da população, número de famílias que serão beneficiadas, escolha da área e transferência para a mesma, divisão e distribuição dos lotes, implantação da infra-estrutura básica (água, luz e ordenamento) e posteriormente mediante pagamento, a propriedade dos lotes (ANDRIOLI, 2003, p. 61).

Segundo Silva e Melchior (2002), a categoria assentamento urbano foi usada pela primeira vez em Londrina na gestão municipal de Antônio Casemiro Belinati (em seu terceiro mandato, iniciado em 1996), com vistas à propaganda

política. Esperava garantir a conquista de votos da população assentada, mesmo que as famílias fossem apenas removidas das áreas de ocupação ilegal e transferidas para estas áreas cedidas pela Prefeitura, sem qualquer infra-estrutura, assemelhando-se à das favelas.

Em vista dessa diversidade crescente da realidade presenciada em Londrina, os aglomerados subnormais foram divididos em categorias, embora, aparentemente, aos olhos de quem chega, a cidade não revele em seu espaço urbano, por exemplo, o que se convencionou classificar de favela, conforme definido pelo IBGE (apud RODRIGUES, 2001, p. 36), como “um aglomerado de pelo menos cinquenta domicílios – na maioria carentes de infra-estrutura – e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores”, conforme é visível em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente.

Assim, buscando-se compreender as distintas formas de moradias populares e organização espacial das mesmas na cidade de Londrina, faz-se necessário destacar a diferenciação entre ocupação, favela e assentamento urbano, visando-se também o entendimento da subnormalidade existente nesta cidade, do ponto de vista oficial. De acordo com a COHAB-LD (D.I., 2002, p. 32), tem-se a seguinte classificação: ocupações irregulares, favelas e assentamentos urbanos.

Ocupações irregulares são produto de ocupação de áreas legalmente impróprias de serem regularizadas, insalubres, de risco e de preservação permanente, como ruas, lixões, locais de alta declividade, solo instável e fundo de vales, bem como áreas destinadas à implantação de equipamentos comunitários. Podem ser áreas de domínio público ou privado.

Favelas seriam núcleos de gênese espontânea, produto de ocupação organizada ou desorganizada, gradativa, em áreas públicas ou privada; mas que já possuem infra-estrutura básica como demarcação de lotes, arruamento, implantação de sistema de abastecimento de água potável e energia elétrica, executada pela COHAB-LD, com vistas à futura regularização fundiária. A área onde está instalada pode ser ou não regularizada, conforme a situação legal da mesma. No primeiro caso, torna-se uma favela urbanizada. Os barracos ou similares geralmente não são objetos de intervenção, ocorrendo apenas a realocação dentro da mesma área. Em razão do adensamento inicial, quando é feita a demarcação dos lotes, surge um excedente de famílias que podem ser assentadas em outro local, dependendo de negociação entre a população atingida e o Poder Público.

Assentamentos urbanos seriam núcleos de gênese planejada pela COHAB-LD em área pública, normalmente é formada por ocupação na própria área, ou em outra. No primeiro caso, as famílias são retiradas para a implantação de infraestrutura básica, como demarcação de lotes, abertura de ruas, sistema de abastecimento de água e energia elétrica, em alguns casos pavimentação primária ou asfáltica, executada pela COHAB-LD. Na área, as famílias vão sendo assentadas de forma organizada podendo receber excedentes de outros núcleos ou famílias carentes dispersas pela cidade. No segundo caso, as famílias vão sendo remanejadas e assentadas conforme o término das obras. O objetivo ainda é a futura regularização fundiária, ou a evitação do agravamento da situação social, ambiental entre outros. A área pode ou não ser regularizada, dependendo da fase do processo legal de regularização. Nesta categoria as habitações são objetos de intervenção, dependendo da viabilização dos recursos, caso isso não seja possível, deixa-se a construção por conta das próprias famílias (D.I, 2002, p. 33).

Para o Poder Público londrinense, os assentamentos urbanos, as favelas e as ocupações irregulares não são sinônimos, embora tenham algumas características comuns, como a não regularização fundiária. Mais do que diferenciação entre o primeiro e os dois seguintes, pode-se identificar, sempre do ponto de vista oficial, uma oposição, demarcada exatamente pela intervenção do Poder Público.

Além disso, considera-se que as favelas são caracterizadas pelas construções de barracos em terrenos de propriedade pública ou particular, dispostos, na maioria, de forma desordenada e densa, carente de qualquer serviço público básico. Podem originar e evoluir como pontos excluídos e de modo diferenciado de um lugar para outro. Seu padrão de ocupação pode ser gradual, repentino, organizado, o que gera influencia, em sua evolução, necessidades e carências.

Dores (2005) observa que os assentamentos do município de Londrina sofrem com o crescimento populacional, acarretando sua expansão. Esse crescimento, juntamente com a falta de condições mínimas de sobrevivência, com moradias precárias, sem saneamento básico, acabam favorecendo as situações vinculadas à violência e discriminação, que influenciam as relações entre os moradores dessas áreas e os demais moradores da cidade.

Os diagnósticos evidenciam o agravamento dos problemas urbanos e ambientais das cidades, decorrentes de adensamentos desordenados, ausência de planejamento, carência de recursos e serviços, carência da infra-estrutura e de espaços construídos, decorrentes também de padrões atrasados de gestão e de agressões ao meio ambiente.

Os investimentos programados por eixos de desenvolvimento nas grandes metrópoles contribuem para redesenhar espaços dinâmicos, relegando-se áreas de baixo dinamismo ou estagnadas. Isso acentua a tendência de concentração da população urbana nas áreas metropolitanas e nas aglomerações urbanas que reforçando os desequilíbrios da rede de cidades e agudizando os problemas sociais, urbanos e ambientais dos grandes centros, também porque os investimentos feitos ou programados nesses eixos não levam em conta os danos ambientais decorrentes (BEZERRA, FERNANDES, 2000).

As diferentes cidades da rede urbana brasileira, tanto as regiões metropolitanas e cidades grandes como as médias e pequenas possuem desafios próprios no que concerne ao desenvolvimento sustentável, tema que será tratado a seguir.

3.5 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A MORADIA

Uma moradia adequada conforme definição estabelecida em Istambul é:

[...] uma moradia sadia, segura, acessível no aspecto físico, dotado de infra-estrutura básica como suprimento de água, energia e saneamento e com disponibilidade de uso de serviços públicos como saúde, educação, transporte coletivo, coleta de lixo". Além disso "Privacidade adequado espaço. [...] incluindo a garantia da posse, durabilidade estabilidade da estrutura física adequada iluminação, aquecimento e ventilação".

A Conferencia das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II) realizada em Istambul em 1996, celebra os objetivos universais

que são assegurar uma moradia adequada para todos e conseguir que os assentamentos humanos sejam mais seguros, saudáveis habitáveis, eqüitativos, sustentáveis e produtivos (BARBIERI, 2004).

Um evento mundial, em Estocolmo, em que se reuniram 70 países em Estocolmo¹³ criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que tinha como um dos objetivos estimular os governos a cuidar do meio ambiente. Segundo Barbieri (2004), o programa associou-se à UNESCO para promover a educação ambiental e contribuiu de maneira importante para um novo entendimento sobre o processo de desenvolvimento e sua relação com o meio ambiente, não sendo mais possível, a partir deste encontro falar em desenvolvimento sem considerar o meio ambiente.

Este programa ajudou a publicar a estratégia para a preservação do mundo, precursora da Agenda 21¹⁴. Segundo Hothausen (2000) esta estratégia ficou incompleta por deixar de privilegiar o equilíbrio entre proteção do meio ambiente e a suspensão econômica dos povos.

Em 1987 foi criada a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o desenvolvimento (ONU) em razão da situação acima citada. O relatório produzido por este encontro denominou-se “O nosso Futuro Comum”. Nele os governos se comprometiam a promover o desenvolvimento econômico e social em conformidade com a preservação ambiental. O documento apresentou os métodos para enfrentar a crise pela qual o mundo passava na definição oficial do conceito de desenvolvimento sustentável:

é aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (PEDROSO e SILVA, 2004, p 3-4).

¹³ Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (Suécia) em 1972.

¹⁴ Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas. Além da Agenda 21, resultaram desse mesmo processo quatro outros acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das florestas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas.

Segundo Holthausen (2000), em 1989, a ONU realizou a conferência sobre o meio ambiente e a partir dessa conferência foi elaborado um documento, assinado por governos, organizações não-governamentais e especialistas nascendo assim a Agenda 21, programa com recursos financeiros para o desenvolvimento e meio ambiente da terra, assinado por 179 países entre os quais o Brasil.

Pedroso e Silva classificam em três diferentes correntes o desenvolvimento sustentável:

A liberal que pretende apenas atribuir taxas, impostos ou bônus ao direito de poluir ou utilizar os recursos naturais. A culturista, que advoga a mudança de desenvolvimento vigente, e a estruturação de um novo sistema baseado em conteúdos culturais, para a promoção do homem. E, por último, a ecosocialista, que advoga que a defesa da sustentabilidade da natureza é basicamente ideológica, e por trás dela se encontra a defesa da sustentabilidade do capital, criticando as políticas do FMI e defendendo uma maior intervenção estatal na economia (PEDROSO e SILVA 2004, p.5).

No Documento do Ministério do Meio Ambiente, Gomes (1995) formula uma definição moderna e atual que combina desenvolvimento e sustentabilidade ecológica. Assim, desenvolvimento sustentável pressupõe a expansão econômica permanente, com melhorias nos indicadores sociais e a preservação ambiental. Em 1997 foi realizada a Rio+5¹⁵, um espaço não só para as autoridades locais prestarem contas das tarefas sobre meio ambiente e desenvolvimento tarefas que lhes eram confiadas desde o encontro de 1992, mas também servindo para revigorar a Agenda 21 e lembrar que ela é para ser cumprida.

Nesse encontro os países, estados e municípios, organizações que tinham como responsabilidade a implementação de políticas públicas, deviam se adiantar para possíveis exigências de captação de recursos em nível internacional, e dando apoio a implementação do desenvolvimento sustentável para que tornasse o padrão de produção e de consumo de cada localidade.

¹⁵ Rio+5 em 1997 aconteceu a conferência unida das nações no ambiente e no desenvolvimento (UNCED) produziu uma visão para guiar a comunidade do mundo para um futuro mais seguro, mais equitativo e sustentável. Essa visão e os acordos que resultaram dela, chamados para um compromisso global novo ao desenvolvimento sustentável – crescimento econômico que se encontra com necessidades humanas ao proteger a habilidade da natureza de se renovar.

Com isso o Brasil começou a dar o primeiro passo em 1997, com a criação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional, visando o novo padrão de desenvolvimento: cidades sustentáveis, agricultura sustentável, gestão dos recursos naturais, infra-estrutura e integração regional, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma os estados também despertaram para o novo paradigma de atuação de suas atividades produtivas, iniciando suas propostas de Agenda 21, o mesmo ocorrendo em inúmeros municípios brasileiros (HOLTHAUSEN, 2000).

A Agenda 21 consolidou a idéia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente devem constituir um binômio indissociável, que promova a ruptura do antigo padrão de crescimento econômico, tornando compatíveis duas grandes aspirações desse final de século: o direito ao desenvolvimento, sobretudo de países que permanecem em patamares insatisfatórios de renda e de desenvolvimento, e o direito ao usufruto da vida em ambiente saudável pelas futuras gerações (BEZERRA e BURSZTYN, 2000b, p. 13).

O desenvolvimento explicado pela Agenda 21 requer que se ajudem as pessoas a se tornarem mais aptas a ganhar seus subsídios de maneira satisfatória, trazendo a idéia de preservar o meio ambiente a qualquer custo, principalmente nos países pobres e em desenvolvimento. A proposta procura atender as necessidades do presente, da população que vive hoje, sem comprometer as futuras gerações. A Agenda 21 recomenda que as cidades fortaleçam os órgãos locais de governo para lidar eficazmente com os desafios do desenvolvimento e do meio ambiente, e se associem a práticas saudáveis de planejamento urbano. Nesse sentido, torna-se cada vez mais urgente que os municípios implementem políticas ambientais em uma perspectiva intersetorial, criando condições para uma gestão ambiental urbana efetivamente participativa e democrática (GROSTEIN 2001 e JACOBI, 2000).

Pedroso e Silva consideram:

O Desenvolvimento Sustentável é na sua essência um desenvolvimento humano, e as mais diversas formas de organização no mundo têm a responsabilidade de garantir que a qualidade de vida das pessoas melhore, especialmente daquelas menos favorecidas, para que elas tenham acesso à uma qualidade de vida melhor, ou seja, que as pessoas tenham perspectivas de alcançarem a felicidade (PEDROSO e SILVA, 2004, p. 7).

Nas estratégias do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o crescimento sustentável é um objetivo que coloca como fundamentais as ações de redução da pobreza, a promoção da equidade e o crescimento econômico sustentável.

Segundo o BID (2003o, p. 1), “alcanzar un crecimiento económico sustentable es necesario para reducir la pobreza”.

O objetivo da Estratégia de Crescimento Econômico Sustentável para o BID é:

contribuir a elevar las tasas de crecimiento del ingreso y el producto per cápita de los países de la región, en condiciones que conduzcan al mejoramiento de la calidad de vida de la población, a la reducción de la pobreza y a la preservación o mejoramiento de la base de recursos naturales (2003o, p.1).

Bezerra e Fernandes (2000) diz que as particularidades das cidades tanto regionais como locais, sofrem com problemas intra-urbanos que afetam sua sustentabilidade, particularmente os decorrentes de dificuldades de acesso à terra urbanizada, déficit de moradias adequadas, déficit de cobertura dos serviços de saneamento ambiental, baixa qualidade de transporte público, poluição ambiental, desemprego e falta emprego, violência, precariedade urbana e marginalização social. Além destes fatores também são apresentados alguns sinais positivos de desenvolvimento, tais como maior dinamismo econômico e social, articulação mais ampla entre governo e sociedade, democratização da esfera pública, fruto de experiências inovadoras e boas práticas de gestão local (BEZERRA, FERNANDES, 2000, p. 17).

Continuando, o autor ressalta que, para desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando à sustentabilidade urbana, faz-se necessária uma reformulação das políticas públicas de intervenção no território e nas áreas urbanas, dando-se importância ao planejamento do desenvolvimento regional, que deve ser o norteador das políticas voltadas para a transformação das cidades brasileiras em cidades sustentáveis. (BEZERRA, FERNANDES, 2000, p.18).

O desafio, segundo o autor, é imenso e nas regiões metropolitanas a sustentabilidade do desenvolvimento merece atenção quanto: a) às carências geradas pela urbanização dos locais ocupados ilegalmente com reassentamento da população nos casos de área de preservação e risco; b) à preservação das áreas verdes que ainda existem; c) à avaliação do adensamento entre frota de veículo e espaço de vias, a fim de evitar e diminuir os enormes congestionamentos no tráfego; d) à busca de soluções para o destino final do lixo, esgoto, concentração e esforços do setor público e do setor privado na recuperação de bairros; e) e ao aumento da segurança, reconquista dos espaços públicos que hoje estão cercados e transformados em terra de ninguém para a criação da solidariedade e civilidade urbana (BEZERRA e FERNANDES, 2000, p. 33).

Ele chama a atenção para a invasão de áreas públicas, principalmente ao longo dos rios, córregos e encostas. O cenário precário da população pobre já revela um problema que só tende a aumentar: a cidade ilegal ou informal, sem infra-estrutura e representando riscos de alagamento, deslizamento e proliferação de doenças.

A sustentabilidade do desenvolvimento, segundo o autor, é também dificultada pela migração, temporária ou permanente, de lavradores. Criam-se nas periferias bairros ilegais cuja população é apenas desruralizada e não propriamente urbanizada, desprovida de todos os direitos de cidadania (BEZERRA, FERNANDES, 2000, p.44).

Trata-se, portanto de um desafio a ser perseguido pelas três esferas do governo, fazendo-se necessário uma reformulação das políticas públicas de intervenção no território, principalmente nas áreas urbanas, para o que deva-se dar importância ao desenvolvimento regional, para que ele seja o norteador das políticas voltadas para a transformação das cidades brasileiras em cidades sustentáveis.

Dessa forma, o governo federal tem buscado assumir parcerias no intuito de concretizar esta proposta. Assim, no ano de 1998, através da parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cria o Programa Habitar Brasil BID, e este será o próximo assunto a ser tratado.

3.6 O PROGRAMA HABITAR BRASIL BID

Visando criar mecanismos de incentivo para induzir os municípios a resolver a problemática dos bairros “subnormais”, tanto nos seus efeitos como nas causas que os originam (SANTOS, 1998), o governo, no contexto da discussão ambiental e em razão das mudanças ocorridas nas formas de financiamento habitacional, implantou em 1998 o Programa Habitar Brasil BID. O objetivo central é estimular os municípios a destinar maiores recursos ao financiamento de projetos de regularização dos bairros subnormais e de atualização dos instrumentos e regulamentações relacionados com a gestão urbana, das quais foram as que originaram, em grande parte, a sua criação.

O Programa é realizado com recursos oriundos do BID, conforme contrato firmado entre a República Federativa do Brasil e este Banco, com contrapartida da União e do agente executor. Atualmente está em andamento na Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da CAIXA, e tem como objetivo:

contribuir para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias, predominantemente aquelas com renda mensal de até 3 salários mínimos, que residem em assentamentos subnormais, localizados em Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas, e capitais de Estados; estimular os governos municipais a desenvolver esforços para atenuar os problemas dessas áreas, tanto nos efeitos como nas causas, inclusive as institucionais, que os originam; e aprofundar o conhecimento setorial dos problemas de habitação e infra-estrutura urbana do país (CAIXA, 2003, p. 2).

Para implementação do Programa no Brasil, foi realizado estudo de impacto social, em que foram solicitadas informações básicas sobre os projetos da amostra, através de um documento chamado de Formulário de Apresentação dos

Projetos da Amostra. Foi realizada também análise das informações preliminares e, com base na definição da amostra, formada por 14 projetos das regiões sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e norte, proceder-se-á a avaliação dos aspectos sociais (CAIXA, 2003B, p. 5).

O estudo de impacto social teve como propósito analisar as ações do Programa do ponto de vista social e estabelecer uma metodologia de abordagem e participação comunitária, incluindo a preparação de planos de reassentamentos e remanejamentos, os critérios de elegibilidade sociais e os mecanismos institucionais para a sua implementação, além de cumprir com a política do Banco com respeito à participação da comunidade, bem como servir às municipalidades, demais executores de projetos e outros interessados com orientação sobre os procedimentos sociais do programa (SANTOS, apud MARCHI, 2004, p. 84).

Segundo o documento de contrato entre a República Federativa do Brasil e o BID (1999), para o alcance dos objetivos propostos foram criados estímulos necessários que coordenassem as iniciativas do Governo Federal com as dos governos municipais, onde se concentram as ações do Programa. Os municípios são incentivados a executar projetos integrados de melhoramentos de bairros e atualizar os instrumentos e normas referentes à gestão urbana, com o propósito de aumentar a sua eficiência, de acordo com o Regulamento Operacional do Programa (2000). Entende-se por projetos integrados propostas de intervenção com abrangência das diversas demandas identificadas na comunidade, ou seja, ações voltadas a aspectos sociais ambientais, econômicos, culturais, e de urbanização e regularização, entre outros.

Com bases nos dados obtidos das áreas de amostra, que apresentavam grande disparidade de renda nas diferentes regiões estudadas, o Programa incluiu um eixo específico para Geração de Trabalho e Renda com a proposta de garantir a sustentabilidade dos projetos.

O Programa HBB compreende um Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI) e um Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS), que deverão assegurar apoio monetário e técnico e contendo com a participação financeira de municípios e estados em sua execução.

A implantação do Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI) teve como finalidade capacitar os municípios, pois a grande maioria não dispunha de equipe atuante na área de desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, não conhecia e nem tinha condições de enfrentar o problema habitacional existente. A partir da solicitação de composição de uma Unidade Executora Municipal (UEM), as municipalidades passaram a institucionalizar secretarias responsáveis pela atuação dos segmentos de habitação e desenvolvimento urbano.

No Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI), os recursos deverão ser utilizados para elaborar o PEMAS¹⁶ e permitir aos municípios atingir as metas nele estabelecidas. Este Subprograma visa a ampliação e modernização da capacidade institucional dos municípios, a fim de atuarem na melhoria das condições habitacionais, prioritariamente das famílias de baixa renda, e do Ministério das Cidades, para fortalecimento da sua capacidade de formulação e gestão de políticas e normas na área habitacional e urbana, elaborando estudo setorial com análise da questão habitacional no país (Regulamento Operacional, 2004).

A formulação dos projetos contempla um processo participativo de gestão com os governos estaduais e municipais e com as comunidades, mediante o qual os recursos serão canalizados para a população visada. Para terem acesso aos recursos do Programa, os municípios comprometeram-se a definir, aprovar e implantar o Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais (PEMAS).

O PEMAS define e estabelece o processo de implantação de ações específicas que o município se compromete a realizar durante a execução do Programa, para melhorar as condições habitacionais das famílias de baixa renda. Com a implantação do Programa, procura-se viabilizar uma maior oferta de habitações de baixo custo, regularizar os bairros subnormais, implantar estratégias de controle e desestímulo à criação de novos bairros subnormais e compatibilizar a expansão urbana com a proteção ambiental (CAIXA, 2003B).

O Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS) compreende a execução de projetos integrados de urbanização de áreas

¹⁶ **PEMAS:** Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais. Documento base apresentado pelo Município ou Distrito Federal, para ingresso no Programa, que encerra análise de sua situação urbana e habitacional, bem como apresenta as estratégias para a requalificação do setor;

degradadas ou de risco, localizadas em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou capitais de estados, ocupadas por sub-habitações, predominantemente por famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos. Este Subprograma tem como objetivo a implantação, de forma coordenada, de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, que procuram a regularização fundiária e a implantação de infra-estrutura urbana e recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva mobilização e participação da comunidade na concepção e implantação dos projetos. (CAIXA, 2003B, p. 05).

Segundo o Manual de Orientação do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais da CAIXA (2003E), os itens de investimentos previstos são: aqueles aceitos exclusivamente como contrapartida do proponente como aquisição de terreno, regularização fundiária, despesas com remanejamento ou reassentamento de famílias, alojamento provisório, administração e gerenciamento das obras e serviços previstos no Projeto Integrado, apoio ao desenvolvimento comunitário, impostos, taxas e contribuições devidas sobre as obras e serviços contratados, vinculados ao Programa. Os itens com recursos de repasse pelo Programa compreendem: o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, sistema viário, iluminação pública, ligações intradomiciliares de eletricidade, coleta de resíduos sólidos, contenção e estabilização de encostas, recuperação de áreas degradadas, obras especiais, provisão de serviços sociais básicos, unidade habitacional básica, cesta básica de materiais de construção, módulo hidráulico, recuperação habitacional, melhoria habitacional e apoio ao desenvolvimento comunitário (CAIXA, 2003B).

Com estes recursos não poderão ser financiados gastos gerais e de administração dos estados e municípios, aquisição de imóveis, pagamento de dívidas ou compra de ações. Para o repasse destes recursos os órgãos executores, firmam, com o agente financeiro, convênio em que são previstas, em todos os contratos, as seguintes condições: compromisso do estado/município de que as obras e serviços financiados com os repasses serão adquiridos ou contratados de acordo com os procedimentos estabelecidos no contrato e serão utilizados exclusivamente na execução do respectivo Projeto. Também são condições para o repasse dos recursos: o direito do mutuário, do agente financeiro e do Banco de examinar os bens, os locais e as obras do respectivo projeto; a prestação de todas as informações que o órgão executor e o agente financeiro razoavelmente

solicitarem ao estado/município acerca do Projeto; o direito do agente financeiro de suspender os repasses do financiamento se o estado/município não cumprir suas obrigações contratuais e não adotar critérios de eficiência e economia na execução das obras, na contratação dos serviços e na aquisição de bens para o projeto (BID, 1999N).

Os municípios poderão apresentar ao programa, projetos integrados e planos de desenvolvimento institucional, para os quais pleitearão financiamento, procurando esboçar a solução cabível a realidade local da maneira mais conveniente, e atendendo aos impactos sociais, econômicos, financeiros e ambientais. Desta forma, o projeto integrado deverá ser composto com os projetos que cumpram os seguintes requisitos: dominial, urbanístico e de engenharia, social e ambiental.

O Programa Habitar Brasil BID, dispõe em seu subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais, de um trabalho social que visa garantir a participação popular da comunidade atendida. Trata-se de um trabalho desenvolvido por meio do Projeto de Participação Comunitária, que se desenvolve ao longo de todo o processo de implementação do Programa.

De acordo com o Manual de Orientação do Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais, o Trabalho de Participação Comunitária (TPC) necessita que a equipe técnica esteja definida na fase de concepção do Projeto Integrado¹⁷, pois nessa fase iniciam-se os primeiros contatos com a comunidade buscando-se conhecer as instituições existentes na área e as representações e lideranças formais e informais, mas também estabelecer parcerias com a comunidade e as instituições, assim como preparar os moradores para as primeiras discussões a respeito do projeto integrado e das mudanças sociais decorrentes, através de reuniões públicas que deverão contar com a presença dos demais componentes da equipe multidisciplinar, ou seja, da equipe social (Regulamento Operacional, 2004).

Sendo assim, na fase inicial do Projeto Integrado, toda a equipe multidisciplinar deverá estar desenvolvendo ações no intuito de preparar um diagnóstico integrado da área de intervenção e da população nela residente, bem

¹⁷ Projeto de urbanização que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida de populações de assentamentos urbanos carentes de infra-estrutura e serviços básicos. Sua formulação resulta de um

como desenvolver uma proposta inicial de intervenção, conforme definições estabelecidas no Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais.

Para garantir a viabilização deste Projeto, o órgão gestor municipal, como referido acima, tem como atribuição garantir uma Equipe Executora Municipal (UEM), que coordene a execução do programa, a implementação dos projetos e ações específicas, as quais serão financiadas pelos Subprogramas de Desenvolvimento Institucional e de Urbanização de Assentamentos Subnormais.

De acordo com o Regulamento Operacional do Programa Habitar Brasil BID (2004), o Projeto de Participação Comunitária tem a finalidade de:

promover a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental, a capacitação profissional e a implantação de atividades voltadas à geração de trabalho e renda para as famílias residentes na área do projeto (COTS 2003).

Para isto, o Projeto de Participação Comunitária contempla três macro-ações, as quais são:

- a) Mobilização e Organização Comunitária (MOC);
- b) Educação Sanitária e Ambiental (ESA);
- c) Geração de Trabalho e Renda (GTR) (R.O., 2004).

Os objetivos propostos pelo trabalho de participação comunitária deverão contemplar as três macro-ações, e são os seguintes:

- fomentar a manifestação dos beneficiários acerca do empreendimento em todo o seu processo (definição, implantação e pós-ocupação), a fim de adequá-lo às necessidades e disponibilidades dos grupos sociais;
- incentivar a mobilização da comunidade, potencializando a participação e a organização dos beneficiários finais;
- transferir conhecimentos e habilidades sobre administração e gestão comunitária, visando ao adequado emprego de recursos na resolução de eventuais conflitos sociais e/ou institucionais surgidos durante a implantação do projeto e na pós-ocupação;

- incentivar a criação de novos hábitos e atitudes diante da apropriação, utilização e manutenção dos benefícios implantados, especialmente quanto ao uso correto das instalações sanitárias;
- estimular a defesa dos espaços reorganizados inibindo iniciativas de invasão e garantindo a manutenção da qualidade de vida conquistada;
- fomentar a participação ativa das comunidades na recuperação, conservação, manejo e defesa do meio ambiente;
- incentivar ações adequadas à realidade socioeconômica dos beneficiários, que favoreçam a geração de trabalho e renda, promovendo a melhoria econômico-financeira da comunidade e sua conseqüente fixação na área (C.O.T.S. 2003, p. 8).

No decorrer da implantação do Projeto de Participação Comunitária, as ações desenvolvidas deverão passar por avaliações, que deverão ser desenvolvidas pela UEM, com acompanhamento da CAIXA, do Ministério das Cidades e do BID, enfatizando-se sempre o parecer da comunidade, através de seus grupos representativos. Para isso a equipe técnica levante indicadores de avaliação que possibilitem uma análise detalhada, de acordo com as exigências do Manual de Orientação de Urbanização de Assentamentos Subnormais.

As avaliações e prestações de contas referentes aos gastos feitos nos eventos e demais ações desenvolvidas pela equipe de Trabalho de Participação Comunitária deverão ser repassados em relatórios trimestral e semestral, mostrando-se a evolução das mudanças físicas e socioeconômicas ocorridas na área de atuação do projeto.

Após o término das obras previstas para o Projeto Integrado, a atuação do trabalho social junto à comunidade se estende por mais 12 meses, período no qual a equipe deverá:

assessorar o processo de adaptação dos moradores ao novo 'habitat'; a difusão do andamento do processo de regularização fundiária, priorizando a concessão de títulos às mulheres chefes de família, ou mesmo àquelas com situação civil regulamentar; o acompanhamento e assessoria para ampliação e ou melhoria das unidades habitacionais; a realização de eventos tais como seminários, encontros e atividades lúdicas que possibilitem aos moradores recontar sua história recente e fortalecer o seu processo de participação continuada na cidade, como parte de seu processo de avaliação do projeto (CAIXA, 2003B, p. 30).

O Programa Habitar Brasil BID, além de ter a habitação como um eixo de atuação essencial para atingir seus objetivos de melhoria da qualidade de vida da população residente em assentamentos subnormais, é um programa de urbanização, pois atende não só a provisão de moradias mas também trabalha, interligado a várias ações de urbanização de acordo com a realidade local a ser atendida.

Assim, a cidade brasileira do século XXI poderá ser palco de uma vida urbana melhor, desde que se operem as necessárias transformações dos padrões insustentáveis de produção e consumo que resultam na degradação dos recursos naturais e econômicos do país, afetando as condições de vida da população nas cidades.

No cenário apresentado até o momento, percebe-se que é crescente a preocupação com o problema da moradia. Neste contexto, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, houve uma crescente participação dos organismos internacionais no processo de melhoria das condições de moradia da população de baixa renda, e, como pode ser observado, houve também uma influência na condução da política habitacional brasileira.

3.7 A POLÍTICA DO BID PARA HABITAÇÃO

Os dois principais objetivos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como parte de sua estratégia institucional são: redução da pobreza, equidade social com crescimento sustentável do ponto de vista ambiental. Ele trabalha em quatro áreas prioritárias:

- Incentivo à competitividade mediante o apoio à políticas e programas que aumentam o potencial de desenvolvimento de um país numa economia aberta e globalizada;
- Modernização do Estado pelo fortalecimento da eficiência e transparência das instituições públicas;
- Investimento em programas sociais que expandam as oportunidades para os pobres;
- Promoção da integração regional com o estabelecimento de laços entre países que desenvolvem mercados para bens e serviços (BID, 2003E, p. 1).

Os projetos de desenvolvimento urbano do BID abordam quatro categorias principais:

- programas de desenvolvimento local e regional;
- desenvolvimento integrado de cidades maiores;
- investimento e reforma de políticas no setor da habitação e
- programas de investimento social. (BID, 2003F).

As políticas de desenvolvimento urbano adotadas pelo Banco são complementadas por outras políticas operacionais, em particular as de desenvolvimento industrial, transportes e infra-estrutura social, que contêm critérios específicos para orientar a sua ação nos setores mencionados

Com relação aos objetivos do BID no setor habitacional, estes enfatizam o melhoramento das condições de moradia das populações de baixa renda, ou em muitos casos melhorar as moradias existentes, fomentar a construção de moradias de aluguel e regularizar as ocupações irregulares.

Para o BID (1999), o objetivo principal da reforma do setor público, em matéria de moradia, deveria consistir em assegurar que suas metas estejam bem definidas, adotando-se medidas para cumpri-las de forma eficiente. O setor público deveria ajudar os mercados a conseguir uma maior eficiência na produção e maior rentabilidade, enquanto que a tarefa de construir moradias e oferecer crédito ao comprador deveria, em geral, ficar a cargo do setor privado.

Para resolver estes problemas segundo o BID (1999), muitas vezes é necessário que haja colaboração de instituições comunitárias e governamentais. Seria necessário também dar atenção prioritária aos grupos extremamente excluídos

e à adoção de medidas que contribuam para geração de emprego bem como para diminuir as dificuldades pelas quais passam as mulheres chefes de famílias na luta para resolver seus problemas de moradia.

Conforme o documento do BID sobre a “Política de Desarrollo Urbano y Vivienda” (1999), em 1985, o BID considerou conveniente restringir as ações direcionadas à habitação somente para financiamento de programas de lotes com serviços. Este tipo de intervenção provou não ser capaz de, por si só, melhorar a situação de habitabilidade das populações de mais baixa renda, induzindo a muitos países a considerar reformas nos sistemas de financiamento e provisão de habitação para facilitar o acesso dos mais pobres à moradia. O Banco orienta os governos a seguir políticas que mobilizem efetivamente os recursos públicos e privados para resolver seus problemas habitacionais.

A missão do BID consiste em prover o financiamento de programas e projetos que melhorem diretamente as condições de moradia da população de baixa renda, oferecendo soluções eficientes de moradia e o melhoramento de bairros e habitações existentes.

El Banco financia programas de subsidios para vivienda cuando se pueda demostrar que constituyen un medio eficiente y equitativo para estimular el mejoramiento de las condiciones de vivienda de la población de bajos ingresos (BID, 1999, p. 1).

Os projetos habitacionais financiados pelo BID, segundo o próprio documento da Política de Desenvolvimento Urbano (1999), devem levar em conta os fatores determinantes do desenvolvimento urbano nos mercados habitacionais e os efeitos da política habitacional sobre o crescimento das cidades.

A Política Habitacional, ainda conforme o documento, tem importantes efeitos sobre a velocidade e a orientação do desenvolvimento urbano. Seus efeitos sobre o comportamento das empresas construtoras e dos lugares podem determinar, primeiramente, a expansão horizontal das cidades ou fazer, nas grandes cidades, importantes atividades de renovação urbana. O entorno regulador dos mercados de moradia, incluídos as normas de uso do solo, as regulações dos serviços públicos e as normas de construção, podem constituir barreiras de entrada ao mercado ou impor restrições que impedem que a oferta responda, de forma

eficiente, à demanda. Neste sentido, o BID se dispõe a promover um enfoque integrado destes problemas e ajudar a coordenar as políticas de moradia com a urbanização a fim de tornar mais eficientes os mercados de moradia.

Quanto ao fortalecimento dos sistemas de financiamento para a moradia, o BID entende que as operações destes sistemas podem ajudar os governos a estabelecer normas adequadas e proporcionar o fortalecimento institucional necessário para que as entidades privadas cubram a demanda financeira, incluindo a gestão dos riscos (BID, 1999).

Em relação ao fomento para o melhoramento de “Bairros Subnormais”, o BID (1999) esclarece que a provisão de saneamento básico, infraestrutura e acesso a assentamentos deficientes tem grande repercussão sobre a qualidade de vida dos lugares.

Os programas de melhoramento de bairros, segundo o BID, podem ter grande importância na política dos governos, direciona prestação de serviços de moradia aos pobres.

Sendo o Brasil um país com grandes dimensões, a presença do Banco, segundo o BID (2000M), alcança relevância não pelo montante de seu financiamento mas pela focalização de suas ações, pelo efeito catalítico e caráter inovador. O BID está presente como contribuinte em ações prioritárias dos programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, que agrupam as estratégias centrais do governo brasileiro. Ao longo de sua colaboração com o Brasil, segundo o documento do próprio BID (2000M), ele tem direcionado suas ações para a infraestrutura produtiva, a infraestrutura de saneamento, os temas da cidade e da pobreza, os setores sociais, o trabalho com governos subnacionais e a reforma do estado.

Com relação ao desenvolvimento urbano e municipal, o BID (2000M) refere que o nível elevado de urbanização e o alto grau de descentralização obtidos pelo país fazem com que o setor urbano tenha uma importante função nas estratégias de desenvolvimento. De forma crescente os municípios se encarregam das funções sociais, responsabilizando-se, pela educação básica, saúde, assistência social e os programas de combate a pobreza, além de outros. Por outro lado, abrem mão dos investimentos em infraestrutura urbana, sendo que as ações dirigidas à melhora das condições de infraestrutura e moradia social têm um grande impacto sobre o bem-estar da população.

Devido à dinâmica econômica e demográfica, o país tem apresentado um grande desequilíbrio entre a demanda de moradia e a oferta de soluções mínimas para a população de baixa renda, o que resulta numa grande expansão de moradias subnormais (favelas, lotes irregulares, moradia coletiva). Com base neste diagnóstico o governo tem impulsionado as reformas dos sistemas de financiamento do setor. Estas, porém requerem ações específicas que levem os benefícios aos setores mais pobres, definindo subsídios focalizados e mecanismos que incentivem o esforço familiar e a participação do setor privado BID (2000M).

Quanto ao saneamento básico o BID, (2000M), tem exposto que a cobertura urbana dos serviços de água potável atinge a índices de 88% e o de esgoto 40%, caracterizando uma situação que afeta negativamente a saúde e bem-estar da população. Devido ao escasso tratamento de águas residuais (menos de 20% recebe tratamento), tem-se um aumento no nível de contaminação nos rios e baías. Segundo o BID, são necessários investimentos superiores a US\$ 2 milhões anuais para eliminar os déficits e atender o aumento da população esperado para 2010.

As ações do BID em matéria de meio ambiente estende-se através das áreas de ação prioritária e inclui a importante vertente do saneamento urbano que incorpora as ações mais tradicionais do BID em água, esgoto e tratamento de efluentes, com vistas a evitar a contaminação ambiental e os dejetos sólidos, bem como a temática de impacto ambiental das atividades produtivas orientando o manejo do patrimônio natural. Segundo o BID, estas ações contribuem, de forma importante para a implantação do Programa Brasil Preservado, sendo um dos componentes centrais do Plano Plurianual impulsionado pelo governo.

Em muitos dos programas para habitação saneamento e infraestrutura financiados pelo BID, assim como nos desenvolvidos pelo Ministério das Cidades em parceria com os estados e municípios, a Caixa Econômica Federal tem um papel fundamental no que se refere ao gerenciamento dos recursos.

A seguir detalhar-se-á operacionalização do programa Habitar Brasil BID no município de Londrina.

3.8 PROJETO INTEGRADO HABITAR BRASIL BID DA POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ

Neste capítulo será abordada a Política Habitacional de Londrina e mais especificamente o Projeto Integrado HBB da Poligonal Turquino/Maracanã¹⁸, que vem sendo desenvolvido no município.

Para se compreender melhor a Política Habitacional do município de Londrina, de início fala-se da urbanização que ocorreu de forma semelhante ao restante do país, porém com algumas particularidades.

Os dados constantes no Plano Diretor 95 dão conta de que, em 1950, Londrina, segundo os censos do IBGE (1950-60-70-80-01) e a estimativa do IPULL, já contava, na sua área urbana, com 34.230 habitantes o que representava 47,93% do total dos 71.412 habitantes do município.

Em 1995 a população urbana alcança a casa dos 431.578 habitantes, 94,89% do total que correspondia a 454.811 habitantes distribuídos pelas zonas urbana e rural (distritos). A realidade desses dados leva a considerar que a evolução urbana de Londrina se deu na proporção de quase 100.000(cem mil) habitantes por década.

O IPULL estimava, para o ano de 2000, uma população que extrapolaria a casa dos 500 mil habitantes, contudo o Perfil da Cidade de Londrina, elaborado em 2003, registra uma população de 467.332 habitantes. Uma última estimativa do IBGE realizada em julho de 2004 registra um total de 480.822 habitantes.

Londrina é o segundo município mais populoso do Estado, constituindo-se como cidade pólo da região metropolitana e centro político administrativo. Tem atraído um grande contingente populacional, a maior parte oriundas do interior do Estado.

Em virtude das grandes transformações na estrutura agrária, cuja principal consequência é o êxodo rural, o percentual da população urbana

¹⁸ O Assentamento João Turquino faz parte da Poligonal Turquino/Maracanã, assim definida para a intervenção do Poder Público. Chama-se Poligonal por constituir a junção de duas áreas que apresentam características semelhantes.

Esta informação está contida no levantamento feito pela Cohab-Ld para o Habitar Brasil.

aumentam a cada década, subindo para 57,40% em 1960, 71,69% em 1970, 88,48% em 1980, 94,94% em 1991, chegando a 96% no ano de 2000 (IBGE)

Sem acesso à compra de lotes urbanos ou sem condições de locação de moradia, estas famílias vêm ocupando irregularmente áreas públicas ou privadas, de que resulta o aumento do número e na proporção de favelas. Além disso, com baixo nível de escolaridade e com pouca ou nenhuma qualificação profissional, as encontram dificuldades para inserção no mercado de trabalho.

Em face dessa situação, criam-se neste período (1970), em Londrina, alguns programas que objetivam o enfrentamento da erradicação, seja urbanizando as favelas através da regularização das áreas onde elas se encontram e instalando a infra-estrutura necessária, seja deslocando o problema; isto é, transferindo as famílias para uma outra área, nos casos em que essas não apresentam condições para a regularização, constituindo os chamados conjuntos habitacionais (década de 1970).

Alves (1991) destaca que os conjuntos habitacionais inserem-se, num primeiro momento, durante a década de 1970, numa política de erradicação das favelas na cidade de Londrina, bem como de amenização do problema habitacional de grande parcela da população carente.

Conforme informações da COHAB-LD (2002), foram identificados em Londrina 57 aglomerados subnormais, divididos em 7 favelas urbanizadas, 22 assentamentos urbanos aptos à regularização, 22 ocupações irregulares em áreas públicas e 6 ocupações irregulares em áreas particulares, o que corresponde a cerca de 9.423 unidades habitacionais, que abrigam aproximadamente 47.115 pessoas, o equivalente a mais de 10% da população total e urbana de Londrina, constituindo os bolsões de pobreza¹⁹ (D.I., 2002, p. 32).

É de 27.787 o número de famílias que demandam domicílios, sendo 23.576 famílias com renda de até 3 salários mínimos. A estas somam-se mais 2.319 famílias cuja renda familiar não ultrapassa 3 salários mínimos com necessidade emergencial de relocação, pois estão ocupando áreas insalubres, de risco ou preservação permanente. Esta situação foi detectada em levantamento realizado no

¹⁹ No caso de Londrina, a expressão *bolsões de pobreza* foi utilizada para indicar um aglomerado de pessoas identificadas como de baixa renda e carentes, levando-se em conta alguns dos indicadores de pobreza (desnutrição, condições de saúde precária). Com isso, foram registrados em Londrina, em 1995 (FERREIRA, 1999), três grandes bolsões de pobreza (A, B, C).

ano de 2001 para a caracterização da subnormalidade habitacional, conforme quadro I.

Demanda	Freqüência
Demanda de domicílios para famílias com renda de até 3 salários mínimos	23.576
Número de domicílios com famílias em áreas insalubres, de risco e preservação permanente, de rendimento até 3 salários	2.319
Total	25.895

Fonte : COHAB/LD - 2002

Quadro I – Déficit habitacional no município para famílias com renda de até 3 salários mínimos

Considerando-se a população urbana do distrito sede do município de Londrina em 424.573, os dados acima aponta para um déficit habitacional de 6,54%. Desses, 5,55% representa as famílias com rendimento mensal de até 03 salários mínimos (D.I., 2002, p.42).

A Política Habitacional de Londrina e sua Lei Orgânica do município, promulgada em 5 de abril de 1989, e ainda posteriores alterações em seu título 5º - Da Ordem Econômica e Social, Capítulo 8º - Da Habitação artigos 200 a 2002, limitam-se a estabelecer diretrizes genéricas. Porém tais diretrizes não foram ainda consubstanciadas efetivamente em uma Política Habitacional Municipal. O artigos da Lei Orgânica que tratam da política habitacional são os reproduzidos a seguir:

Art.200 – A política Habitacional do Município, integrada à do Estado e à da União, objetivará a solução da carência habitacional de acordo com os seguintes princípios e critérios:

- 1º - oferta de lotes urbanizados;
- 2º - estímulo e incentivo a formação de cooperativas populares e de habitação;
- 3º - atendimento, prioritariamente, a família carente que resida no município a pelo menos 2 anos;
- 4º - formação de programas habitacionais, pelo sistema de mutirão e auto-construção;
- 5º - construção de moradias dentro de padrões de segurança, conforto, saúde e higiene.

§ único – fica assegurada a participação popular, na formulação e execução da política habitacional do município.

Art.201 – Na construção de casas populares, observar-se-á a proporcionalidade da área de construção, em relação ao número de pessoas, que a habitarão conforme a lei.

Art.202 – O município criará mecanismos de apoio à construção de moradias no meio rural, para pequenos produtores e trabalhadores rurais, através de recursos canalizados especificamente para este fim, sejam estes oriundos do próprio município, do estado ou da união (D.I., 2002, p. 49-50).

A COHAB-LD é o “braço” da organização municipal responsável pela implementação da política habitacional com ênfase social, apesar de atualmente não contar com nenhuma fonte de recurso orçamentário municipal, situação que se pretende mudar nos orçamentos futuros. Como detentora de mais de 99% do capital social da COHAB-LD, a Prefeitura tem realizado aumento de capital social, através de integralização, por meio de terrenos.

A Companhia ao longo de sua história, vem desenvolvendo alguns programas e projetos para amenizar o problema habitacional. Alguns foram desenvolvidos em parceria com a atividade privada ou através de outras formas. Alguns programas e ou projetos da área habitacional foram e alguns ainda o são, iniciativas do poder público local, implantados com o fim de tentar suprir parte das demandas existentes, tem em vista do preço social que a cidade paga pela aceleração da subnormalidade. Embora cada um dos programas tenha executado ações em uma área e em um momento específico, o efeito pontual de sua atuação é não integrado ao macro planejamento do município, nem tão-pouco à política de gestão habitacional, uma vez que a prioridade, em situações emergenciais, passa a ser socorrer, suprimindo uma demanda premente sem que se possa planejar uma solução a longo prazo.

Em 06 de setembro de 1993 foi editada a Lei n.º 5.526 que dispunha sobre a criação do Fundo Municipal de Habitação e constituição do Conselho Municipal de Habitação, com a intenção de propiciar apoio e suporte financeiro à implementação de Programas de Habitação, voltados à população de baixa renda.

No entanto, a iniciativa de criação do Fundo Municipal de Habitação e constituição do Conselho Municipal de Habitação foi frustrada, pois os recursos destinados ao fundo que se criou não chegaram a ser repassados. Em 15 de setembro de 1997 foi editada a Lei n.º 7.153 que extinguiu o Fundo Municipal de Habitação.

O município preocupado com a questão habitacional, principalmente a de interesse social, faz em 2002, uma parceria com o governo federal através do Programa Habitar Brasil BID.

Como parte das ações previstas no desenvolvimento do Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais (PEMAS), documento parte do Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI), foi realizado pelo poder público local, no período de 29/01/2001 a 28/02/2001, um levantamento da situação das áreas subnormais urbanas, representadas pelas favelas, assentamentos e ocupações irregulares.

A partir deste trabalho e com a “radiografia” da subnormalidade, foi elaborada a hierarquização das áreas subnormais, através de dados qualitativos e quantitativos, o que permitiu fazer uma avaliação das ações corretivas do Poder Público, bem como desenvolver um processo de congelamento e implantação de políticas de controle de novas invasões.

No processo de hierarquização, tendo-se por base modelos adotados em outros Municípios, e as emergências detectadas no levantamento, destacam-se as questões relativas a:

- Urgência em implantar medidas de contenção à expansão da ocupação sobre as nascentes e margens de mananciais de abastecimento (APP);
- Redução de risco social;
- Menor renda, respeitando a variação de 0 a 3 s.m., como população beneficiada;
- Necessidade de implantar medidas mitigadoras de impacto ambiental;
- Possibilidade de legalização fundiária;
- Engajamento da comunidade na discussão das questões coletivas, para facilitar as ações por parte do poder público (D.I., 2002, p.52).

Entendeu-se assim quê, atuando sobre tais pontos estruturais para o resgate da dignidade e da cidadania, estaria sendo promovida a socialização dos recursos e, conseqüentemente, sendo atendidas as diretrizes do Programa Habitar Brasil BIB.

Com os critérios estabelecidos e o levantamento qualitativo e quantitativo das 43 áreas, passou-se a dar “notas” de 1 a 43 para cada área, partindo-se das situações mais graves com nota 43 até as situações menos graves categorizadas com a nota 1. Nos casos em que o problema (critério adotado) não aparece, a nota atribuída foi 0 (zero), formou-se assim o seguinte quadro hierarquizado:

N.	Nome do Assentamento	Área de reserv. Perm. Invadida	Degradação Social	Contenção do Esp. Imediato	Degradação Ambiental	Facilidade de Regularização	Comunidade Organizada	Renda Familiar	Total	Classificação
39	Jardim João Turquino;	35	43	42	41	43	43	37	284	1
38	Jardim Maracanã I e II;	0	42	43	40	42	24	41	232	2
4	Jardim São Jorge	0	37	37	31	39	38	26	208	3
28	Jardim das Bananeiras (assentamento e ocupação);	42	39	28	7	6	42	43	207	4
9	Fundo de Vale do Jardim Paulista (Cantinho do Céu);	40	25	15	35	13	34	42	204	5
7	Fundo de Vale do Conj. Hab. Aquiles Stenghel / Maria Cecília/ Luiz de Sá;	32	26	23	36	12	40	27	196	6
6	Fundo da Rua Ana C. Piacentini (Conj. Hab. Maria Cecília);	33	27	40	38	11	4	39	192	7
29	Jardim Santa Fé (assentamento, fundo de vale e área do Centro Comunitário);	43	38	14	42	7	8	38	190	8
34	Terreno paralelo ao Novo Amparo;	0	40	39	30	5	36	40	190	9
13	Jardim Franciscato I e II;	0	24	34	28	34	39	23	182	10
18	Jardim São Marcos	0	33	22	34	41	26	24	180	11
43	Jóquei Clube;	0	35	16	29	16	35	32	163	12
30	Fundo do Conj. Pindorama;	0	28	13	39	4	37	36	157	13
17	Jardim Morar Melhor	0	32	5	33	14	32	35	151	14
5	Quati (assentamento e ocupação);	0	30	35	37	10	5	29	146	15
23	Jardim Cristal;	0	16	21	9	38	41	17	142	16
1	Jardim das Paineiras;	0	12	38	12	33	27	18	140	17
3	Remanescente do Conjunto Vivi Xavier;	0	19	41	2	36	23	19	140	18
8	Fundo de Vale do Conj. José Belinati;	41	4	24	13	32	19	4	137	19
11	Fundo de Vale do Jardim dos Campos;	36	22	25	11	2	1	34	131	20
37	Jardim Nossa Senhora da Paz/Conj. Hab. Paranoá;	0	41	17	5	3	28	33	127	21
25	Jardim Rosa Branca I e II;	0	31	3	32	1	30	30	127	22
36	Jardim Leste-Oeste/Favela Vila Rica;	0	41	17	5	3	28	33	127	23
15	Jardim Novo Perobal;	0	36	10	15	8	29	28	126	24

20	Fundo de Vale do Jardim Novo Perobal;	29	20	12	10	19	13	21	124	25
2	Jardim dos Campos;	0	18	36	1	35	18	15	123	26
33	Vila Ricardo – Escola;	0	15	1	26	40	25	13	120	27
24	Jardim Sérgio Antônio;	0	3	27	17	37	31	3	118	28
41	Favela Colosso;	0	7	29	19	26	21	16	118	29
21	Fundo de Vale da Rua Bélgica (próximo à CATIVA);	30	9	4	16	31	20	7	117	30
16	Jardim Kobayashi;	0	23	11	27	21	12	22	116	31
27	Jardim Santa Inês (favela e fundo de vale);	0	29	2	43	9	7	25	115	32
19	Jardim União da Vitória;	31	21	6	25	20	3	8	114	33
22	Fundo de Vale do Jardim Franciscato;	0	5	26	22	30	22	9	114	34
42	Rua Pantanal;	0	6	33	20	25	14	12	110	35
31	Jardim San Rafael (Lixão);	0	8	32	18	28	10	11	107	36
26	Jardim Santa Mônica (favela e ocupação);	34	1	20	8	29	11	1	104	37
10	Fundo de Vale do Residencial Santa Mônica (chácara);	39	10	9	14	24	2	5	103	38
14	Jardim Nova Conquista;	0	11	7	24	22	33	2	99	39
40	Cilo III (próximo ao polo de combustíveis);	0	13	30	3	17	15	20	98	40
32	Lixão Esquina (ao lado da Av. Teodoro Victorelli);	0	2	19	21	27	17	10	96	41
35	Monte Cristo;	0	14	18	6	18	16	14	86	42
12	Fundo da Fazenda Primavera;	0	17	8	23	23	6	6	83	43

Fonte: levantamento 2001.

Quadro 2 – Hierarquização das Áreas Subnormais da Área Urbana do Distrito Sede de Londrina

A Poligonal Turquino/Maracanã foi priorizada pela Prefeitura para intervenção através do Projeto Integrado Habitar Brasil Bid, por ser considerada área de ocupação consolidada, necessitando ser incorporada definitivamente ao entorno e à cidade como um todo. Implementar o Projeto em questão implicaria assegurar a permanência da população no local, proporcionando melhorias de qualidade de vida para os seus moradores.

Sendo assim, no início do ano de 2002, a COHAB/LD, com vistas à implantação do Projeto Integrado de Urbanização em Assentamentos Subnormais, pelo Programa Habitar Brasil BID, contratou o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Estadual de Londrina (ITEDES), para realizar um levantamento censitário do perfil socioeconômico dessa população, bem como apontar suas principais dificuldades e, por fim, elaborar um diagnóstico integrado, de acordo com as exigências contidas no Manual do Programa Habitar Brasil BID. O instrumento utilizado para realização do levantamento foi um formulário, trabalhado com as 1.178 famílias residentes na Poligonal.

Paralelamente à pesquisa, foram feitas reuniões com as principais lideranças, buscando-se identificar as principais dificuldades que a população enfrentava na época, na Poligonal, sempre com o acompanhamento dos técnicos sociais envolvidos na implementação do programa, formados pela UEM, assim como representantes da Caixa Econômica Federal e SEDU.



P.P.C. 2002

Foto 1 – Reunião com Lideranças das Comunidades-2002

Nessas ações foi realizado um diagnóstico integrado que serviu para apontar, à equipe de formulação do Projeto Integrado da Poligonal, as principais reivindicações e necessidades da população da Poligonal e assim transformá-las em ações.

Afinal, a participação dos beneficiários no projeto e na sua gestão deve ser considerado um fim em si mesmo, uma vez que “é impossível promover qualidade de vida, cidadania e desenvolvimento sem que haja efetivo envolvimento dos potenciais beneficiários da ação no curso do desenvolvimento do projeto” (P.P.C., 2002, p. 55).

Pelos dados apontados foram detectados 116 famílias do Assentamento João Turquino que se encontravam residindo em áreas consideradas “fundo de vale e “institucional, construídas portanto, em local inadequado de difícil regularização. Dessas, 13 foram objetos de indenização, pois as unidades habitacionais apresentavam padrão construtivo melhor. (P.P.C., 2002, p. 22).

Assim, uma das ações apontadas pelo Projeto Integrado foi o remanejamento das 116 famílias que se encontravam nestas áreas. As moradias deveriam ser demolidas, e as respectivas famílias remanejadas para lotes parcelados localizados dentro da Poligonal.

Outras ações foram ainda apontadas pela comunidade e avaliadas pela equipe de estudo como necessárias. São elas: erradicação de moradias subnormais; implantação de infra-estrutura como galeria de águas pluviais, asfalto; arborização e revitalização do “fundo de vale”, juntamente com educação sanitária ambiental; esgotamento sanitário, desenvolvimento de atividades comunitárias e áreas destinadas ao lazer; e a disponibilização de equipamentos comunitários como: uma unidade básica de saúde, quadra de esportes, centro comunitário e espaço destinado à realização de futuras atividades voltadas a trabalhos de geração de renda.

Para o desenvolvimento destas ações foi elaborado pela equipe técnica designada pela Unidade Executora Municipal o Projeto Integrado da Poligonal João Turquino/Maracaná. Este foi subdividido em 04 subprojetos: Projeto de Engenharia, Dominial, Ambiental e de Participação Comunitária, os quais estão sendo viabilizados pela liberação de recursos pelo Programa Habitar Brasil BID.

No ano de 2004, o Projeto Integrado Poligonal Turquino/Maracanã foi aprovado dando-se início às ações propostas. O valor do investimento liberado pelo BID monta a R\$ 6.634.999,63 milhões, com contrapartida da prefeitura calculada em R\$ 2.720.872,18 milhão, totalizando, R\$ 9.355.871,81 milhões em investimentos (COHAB-LD, 2005).

Como o Programa só previa a pavimentação das ruas e avenidas principais, obtiveram-se recursos do Programa Estadual Paraná Urbano para finalização da obra, sendo concretizada a pavimentação asfáltica de todas as ruas da Poligonal.

Contudo, apesar do Projeto Integrado englobar os 04 projetos acima citados, o presente delimita-se a abordar apenas o último que se encontra em desenvolvimento na Poligonal Turquino/Maracanã, por ele que acompanha o remanejamento das famílias moradoras em áreas ilegais, foco principal desta análise.

As exigências para remanejamento das famílias da Poligonal, estão explicitadas nas diretrizes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da seguinte forma:

Na impossibilidade de se manter as famílias no assentamento original, deverá ser preparado um plano de remanejamento que assegure que as famílias afetadas sejam indenizadas e remanejadas de maneira equitativa e adequada (C.O.T.S. , 2003, p. 30).

Também está explicitados, nos conceitos, os pressupostos, princípios e diretrizes da Política Nacional de Habitação (2003), que estabelecem:

O cidadão deve participar da escolha da melhor alternativa de produção e de acesso à moradia [...].

Nas ações envolvendo a necessidade de remoção de moradores de habitações ou áreas que apresentem impossibilidade de permanência dos habitantes no local, deve assegurar-se o respeito aos direitos humanos, tendo em conta que as pessoas sem moradia não devem ser penalizadas por sua condição [...].

As transferências devem compreender a disponibilidade de alternativas apropriadas para realocação em áreas próximas às moradias anteriores (C.T.O.S, 2003, p. 30).

O remanejamento das 116 famílias do Assentamento João Turquino, conforme diagnóstico apresentado pelo Projeto integrado, foi decidido porque estavam enquadradas em situações caracterizadas como: de riscos de incêndio, inundações, desabamentos, deslizamentos, em áreas de preservação permanente ou fundo de vale, em áreas imprescindíveis à regularização urbanística do bairro, para implantação de infra-estrutura e/ou sistema viário que são as institucionais. (P.P.C., 2002, p. 28).

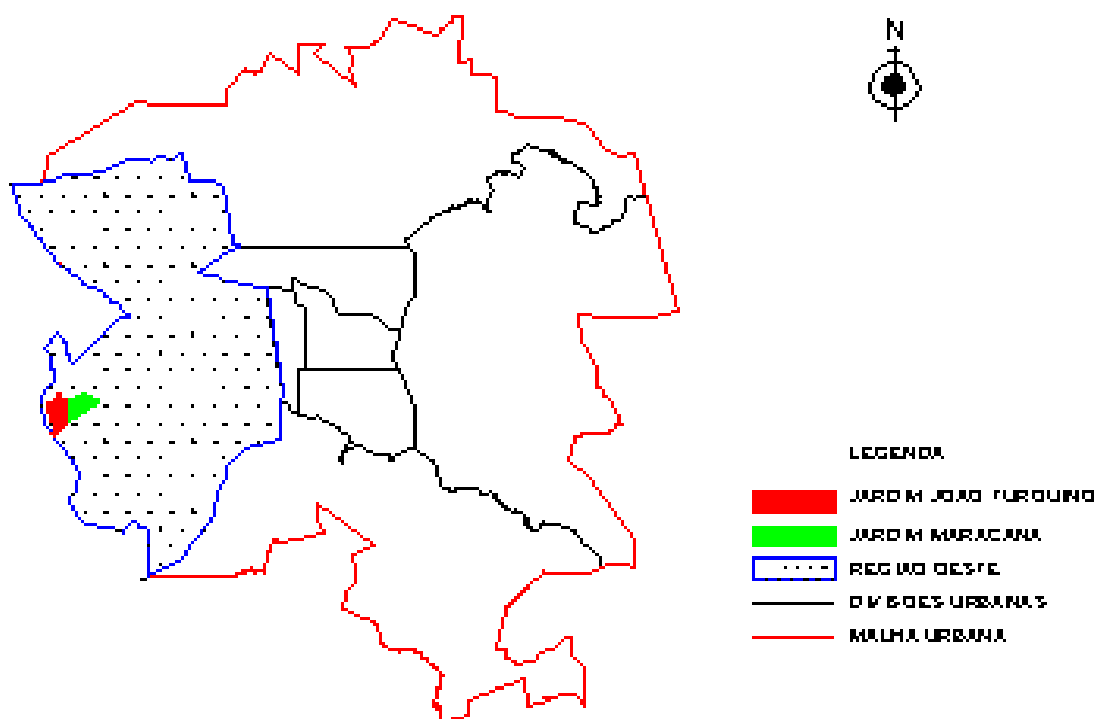
Durante o processo de remanejamento, a equipe técnica do Projeto de Participação Comunitária prestou atendimento específico a todas as famílias do remanejamento, levando às famílias afetadas informações claras e precisas a respeito de todo o processo, em tempo adequado, permitindo um grau de conhecimento e entendimento satisfatório para a tomada de decisões.

A seguir descrever-se-á a caracterização da Poligonal, bem como o perfil socioeconômico dos moradores.

4 JOÃO TURQUINO: A BUSCA DAS FAMÍLIAS POR UMA MORADIA

4.1 POLIGONAL JOÃO TURQUINO/MARACANÃ: CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL E DE SEUS MORADORES

A Poligonal Turquino/Maracanã é composta pelas comunidades João Turquino e Maracanã interseccionada pela Av. Maratona, que separa as duas comunidades. O assentamento João e Turquino e o Maracanã fazem parte da Poligonal Turquino/Maracanã, assim definida para a intervenção do Poder Público. Recebeu o nome de Poligonal por constituir a junção de duas áreas que apresentam características semelhantes. Está localizada na região Oeste da cidade de Londrina fazendo divisa com o município de Cambé e com uma propriedade rural cultivada com café. Os bairros em seu entorno são: Avelino Antonio Vieira, Jardim Olímpico e Parque Universidade (Mapa 01).



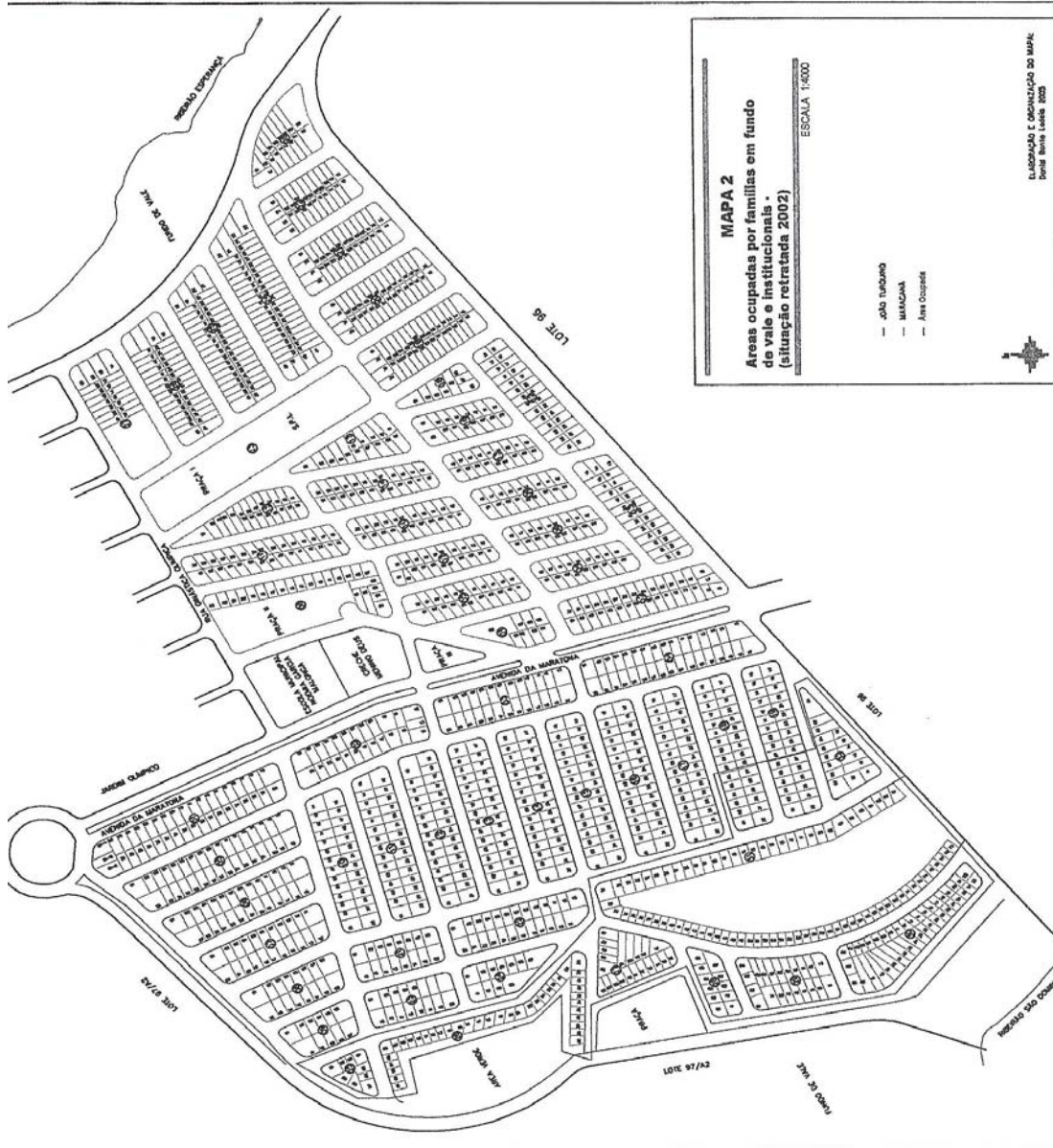
P.P.C. – 2002

Mapa 01 - Localização da Poligonal Turquino/Maracanã

As principais vias de acesso à Poligonal Turquino/Maracanã são pelo Jardim Olímpico, pelo Parque Universidade e Conjunto Avelino Antonio Vieira.

A área formada pela comunidade João Turquino é de 347,15 mil m², adquirida pela COHAB/LD em 11/06/1991, com 587 lotes oficiais. Além dos lotes regulares, 116 famílias ocuparam áreas de fundo de vale e institucionais.

A área na qual está inserido o Maracanã era de propriedade particular, quando foi ocupada, em 1997, por cerca de 100 famílias, das quais a maioria eram provenientes do fundo de vale do Conjunto João Turquino. Entre essas famílias estavam não apenas aquelas que buscavam um terreno, que, não obstante irregular, no início, pudesse vir a ser regularizado pelo poder público.



Mapa 2 – Áreas ocupadas por famílias em fundo de vale e institucionais.

Outras famílias do João Turquino, porém foram expulsas por enfrentarem problemas relacionados com o tráfico de drogas e a violência. Posteriormente, juntaram-se a elas famílias provindas de outros locais da cidade e de outros municípios. Tais dados mostram a presença não apenas da violência relacionada à dificuldade de acesso à moradia na origem da Poligonal João Turquino/Maracanã, mas também da violência relacionada ao tráfico de drogas.

4.1.1 Histórico do Assentamento João Turquino

Os registros de ocupação do assentamento João Turquino datam do ano de 1995, quando foi ocupada a área por 70 (setenta) famílias. A partir daí em razão do agravamento da situação socioeconômica da população que residia em bairros próximos da área e da região Norte do município, acelerou-se o processo de ocupação. Eram famílias que haviam adquirido imóveis da COHAB/LD pelo SFH no núcleo habitacional denominado Jardim Olímpico, bem próximo ao assentamento hoje denominado João Turquino. Essas famílias, com o decorrer do tempo, já não conseguiram pagar suas prestações e acabaram sendo expulsas, obrigadas a desocupar as moradias retomadas pela Companhia, aumentando o contingente de famílias sem alternativas de moradias, o que resultou no nascimento do assentamento Turquino. Boa parte das famílias que invadiram os lotes da área, foram as que estavam residindo em moradias alugadas ou cedidas. Com a crise econômica, essas famílias não podendo arcar com os encargos dos aluguéis, vislumbraram a possibilidade de ter um “terreninho” e casa própria. Por essa razão no final de 1995 houve a completa ocupação da área.

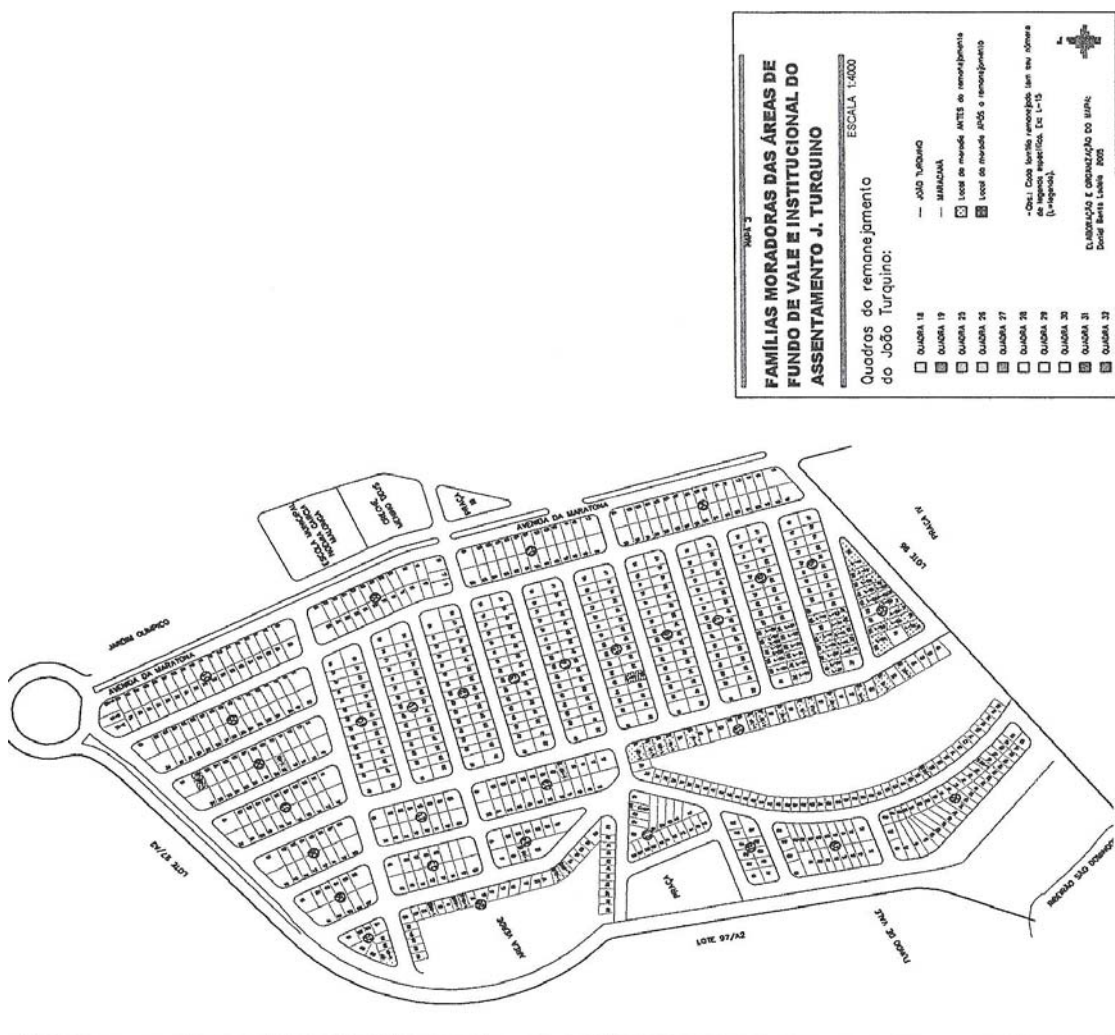
O Poder Público, diante do quadro apresentado por essas famílias em situação de necessidade e cujo último recurso, na ausência de outra perspectiva era a invasão, resolveu regularizar através da COHAB/LD a ocupação por meio da aquisição do terreno que era de propriedade particular. Efetivada a aquisição pela COHAB/LD em 1997, o processo de parcelamento da gleba em lotes e a demarcação ocorreu até o final de 1997. Somente no final do ano é que o município realizou oficialmente a abertura de ruas, as demarcações de lotes e a reserva legal.

A partir desta reivindicação de moradores e da entidade, foram realizados trabalhos de instalação de rede de água, alargamento e abertura de ruas, e instalação de posteamentos para iluminação pública .

Não obstante, a situação era cada vez mais difícil para a população que não tinha acesso a uma moradia digna no ano de 1997 iniciaram as primeiras ocupações em área institucional e de fundo de vale, sendo o poder público representado pela COHAB-LD, a própria incentivadora do processo (Mapa 3).

No ano seguinte (1998), a Companhia de Habitação de Londrina, avaliando a condição em que se encontravam algumas famílias moradoras do loteamento João Turquino; em situação de miserabilidade, morando em barracos sem as mínimas condições, buscou recursos junto ao Governo Federal, através do Programa Habitar Brasil²⁰, construindo 185 residências de 25,32 m². O empreendimento contou com a participação de voluntários pertencentes a Associação dos Funcionários da Sercomtel, companhia de rede telefônica da cidade, que auxiliaram nas construções.

²⁰ Programa Habitar Brasil BID – programa criado no governo de Itamar Franco. Apesar de ter o mesmo nome, não é o atual que está em vigor.



Mapa 3 – Famílias moradoras das áreas de fundo de vale e institucionais do assentamento jardim Turquino.

Em janeiro de 2002, através de levantamento constatou-se quê no assentamento João Turquino residiam 681 famílias, 116 das quais encontravam-se em áreas de fundo de vale e institucionais, situação retratada na tabela 1. A Poligonal conta atualmente com 1.178 famílias.

Tabela 01 – Ocupação em Lotes Parcelados e não Parcelados

COMUNIDADE	OCUPADOS	VAZIOS	EM EDIFICAÇÃO	TOTAL
João Turquino	565	22		587
João Turquino - área institucional	46			46
João Turquino - área de fundo de vale	70			70
Maracanã	497	94	49	639
TOTAL	1.178	*116	49	

fonte: COHAB/LD – pesquisa censitária jan/2002

*os lotes vazios foram ocupados pelo remanejamento das famílias que se encontravam em área institucional e de fundo de vale



P.P.C. – 2002

Foto 2 – Ocupação em área de fundo de vale – 2002

A partir deste levantamento, a COHAB/LD procedeu ao congelamento²¹ da área de atuação através de algumas medidas. Primeiro definiu que as moradias abandonadas e os lotes vagos seriam utilizados para o remanejamento das 116 famílias e não permitir a entrada de novas famílias, demolindo as moradias abandonadas conforme foto 03.

Outra medida foi a fixação do cartão de identificação nas moradias que responderam ao formulário, sendo este o documento a ser utilizado como trancamento da área e fonte de consulta para implantação das obras físicas previstas no Projeto Integrado. (Anexo B1)



P.P.C. 2002

Foto 3 – Imagens de Congelamento da Área em 2002

Em relação à dimensão ambiental, o assentamento estava entre os piores do município; era castigado pelo excessivo calor devido à inexistência de arborização urbana. Quanto a isso providenciou-se melhora com a arborização das ruas e revitalização do fundo de vale. A divisão do loteamento João Turquino em duas áreas distintas, parte alta e parte baixa permitiam identificar diferentes situações socioeconômicas e de infra-estrutura entre elas.

²¹ Congelamento- termo utilizado pelo poder público local (COHAB-LD) para sofrer uma intervenção, não podendo entrar na área mais famílias dos que as que lá estão.

Na parte baixa composta pelas áreas institucionais e de fundo de vale observaram-se moradias mais precárias, assim como ruas em péssimo estado de conservação e piores condições econômicas das famílias lá residentes.

As moradias localizadas em lotes parcelados da parte alta do João Turquino mostravam bom estado de conservação. Das 565 moradias, 555 foram consideradas boas: padrão convencional de tijolos, com telhado de barro, dotadas de 01 a 03 cômodos, com banheiro no interior, porém o esgotamento sanitário em muitas delas era recolhido em fossa rudimentar. Destas, 185 foram construídas pelo Programa Habitar Brasil no ano de 1997 e muitas ainda continuam como foram entregues aos seus proprietários. Foram consideradas moradias boas 370, edificadas por iniciativa dos próprios moradores, ou seja, pelo processo de autoconstrução. As 10 restantes possuíam padrão de habitabilidade precário, enquadradas como subnormal, construídas com pedaços de madeira tipo reaproveitável, latas e lonas velhas, sem cômodos internos e desprovidos de qualquer sistema de esgotamento sanitário. Algumas famílias faziam uso de “casinha” “privada” no fundo do quintal ou de valas negras a céu aberto.

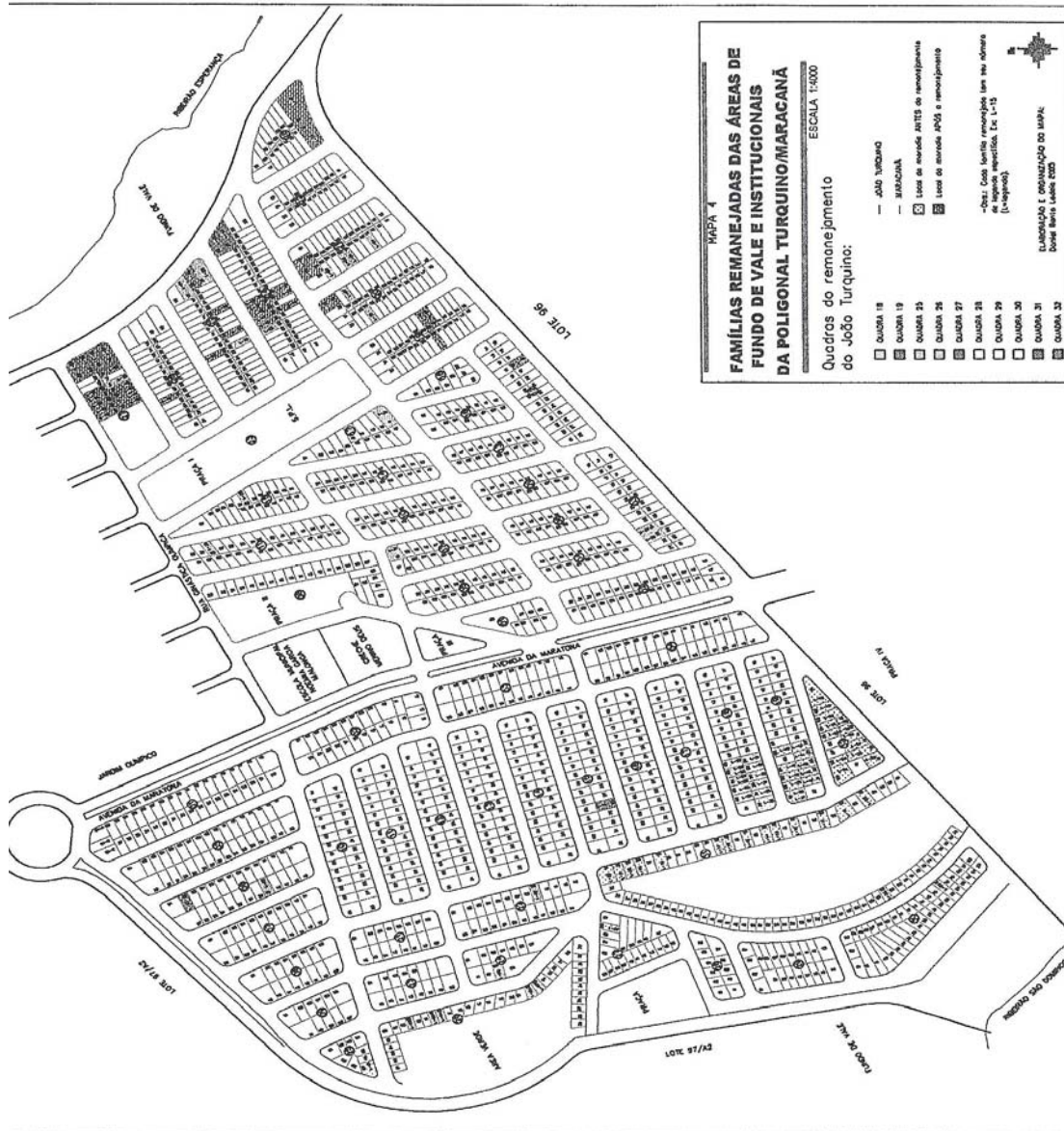
As 116 localizadas nas áreas de fundo de vale e institucionais, foram demolidas. As famílias foram remanejadas dentro da POLIGONAL, permanecendo, 22 delas no João Turquino em lotes regulares, disponibilizados para essa finalidade e 94 foram para o Maracanã conforme mostra a Tabela 02. Dessas 116 famílias, 13 foram objeto de indenização pela COHAB/LD, pois possuíam padrão construtivo de boa qualidade tanto em espaço e salubridade quanto em privacidade. A indenização foi paga através de critérios levantados por meio de avaliação técnica de engenharia e do serviço social.

Tabela 02 – Remanejamentos efetuados

COMUNIDADES	MORADIAS	MORADIAS	TOTAL
	REMANEJADAS	SUBSTITUÍDAS	
João Turquino	22	10	32
Maracanã	94	161	255
Total	116	171	287

fonte: COHAB/LD. Levantamento socioeconômico 2002.

Neste mesmo levantamento de 2002, foram identificados domicílios passíveis de risco epidemiológico, insalubres, e com deficiência de saneamento básico, possibilidade de desabamentos, precariedade de serviços de água e energia elétrica. Nos bolsões de insalubridade evidenciaram-se problemas diversos desde superadensamento nos domicílios e lotes irregulares e regulares, precariedade das moradias e de acessos a ruas, fossas rudimentares, muitas das quais cobertas por madeiras velhas, valas abertas nos quintais. Tudo isso eram fatores de risco para seus moradores, principalmente para as crianças. Esta situação está hoje resolvida, através da execução do Projeto Integrado HBB que concretizou a construção de 795 fossas sépticas para todas as famílias que não dispunham deste recurso e de 169 unidades habitacionais que substituíram as moradias subnormais.



Mapa 4 – Famílias remanejadas das áreas de fundo de vale e institucionais da Poligonal. Turquino/Maracanã.



P.P.C. 2002

Foto 4 – Vista de uma das Ruas no Turquino em 2002



P.P.C. 2005

Foto 5 - Vista desta rua após realização do Projeto-2005

Com relação aos equipamentos urbanos, disponíveis os moradores são servidos por telefones públicos, sendo três orelhões, que ficam em pontos

estratégicos e são tratados com cuidado pela população. Vinte e cinco por cento dos moradores possuem telefone fixo em suas residências e 4,7% aparelhos celulares.

A região do Turquino/Maracanã possui Unidade Básica de Saúde, instalada no Conjunto Antônio Avelino Vieira que fica aproximadamente a 2 km. de distância da Poligonal. Lá são oferecidos os serviços de clínica médica, ginecologia, pediatria, vacinação, pequenos curativos, injeções, coleta de exames (laboratório), odontologia e farmácia. Segundo dados da pesquisa de janeiro de 2002, 85% da população entrevistada utiliza os serviços de saúde desta Unidade Básica (Mapa 05).

Atualmente foi construída pelo Projeto Integrado HBB a Unidade Básica de Saúde no Maracanã, que atenderá a Poligonal e mais quatro bairros vizinhos. Esta foi, mais uma das conquistas dessa população de há muito vinha solicitando a construção deste equipamento público.



T.P.C. – 2005

Foto 6 – Unidade Básica de Saúde – Poligonal Turquino/Maracanã

A Secretaria de Saúde atua na área com o Programa do Governo Federal Saúde da Família que tem como objetivo definir estratégias para reverter a forma atual de prestação a assistência à saúde e resolver a maior parte dos problemas de saúde, atuando na promoção e prevenção de saúde, seguindo os princípios de SUS – Sistema Único de Saúde de universalização, integralidade, descentralização, hierarquização e participação popular. As ações são desenvolvidas por uma equipe formada por enfermeira, médico, auxiliar de enfermagem e agente comunitário. Na Poligonal o programa foi implantado em setembro de 2001 e atualmente desenvolve ações com grupos de hipertensos, diabéticos, planejamento familiar e puericultura além de terapia comunitária.

A Pastoral da Criança coordenada pela Paróquia Nossa Senhora dos Migrantes do Jardim Bandeirantes liderada pelas Irmãs Claretianas treinou lideranças na comunidade em 2002, e hoje acompanha a saúde física de crianças, pesando, entregando multimistura e remédios naturais. Atualmente são 09 moradoras da Poligonal que realizam este trabalho em parceria com a UBS.

A Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Município de Londrina atua nos Programas de Transferência de Renda e Apoio Sociofamiliar, sendo prioridade da política municipal o atendimento às famílias em condições de miserabilidade, desenvolvendo ações de atendimentos nas suas necessidades básicas.

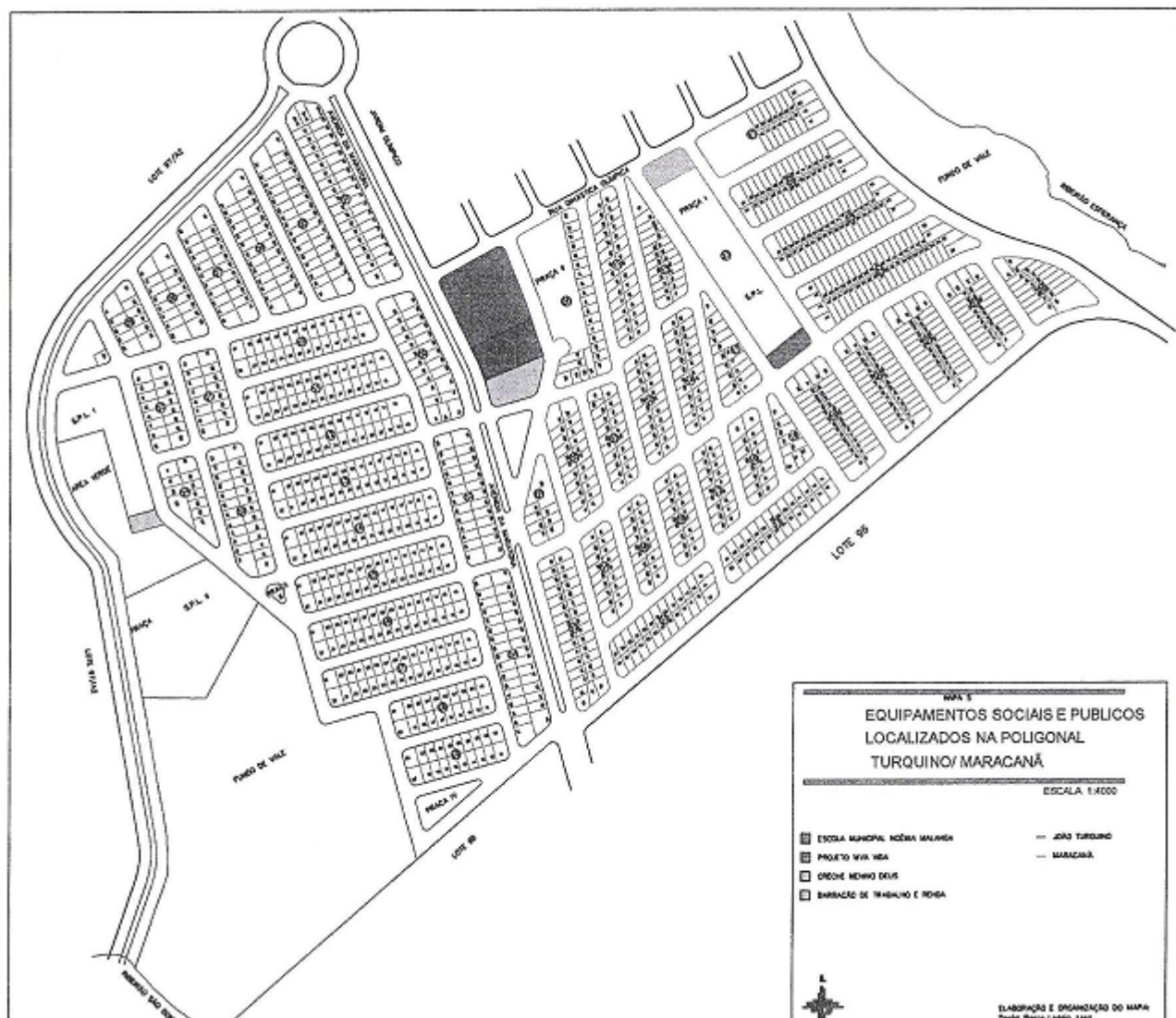
Em setembro de 2001 foi inaugurada a Creche Menino Deus construída por iniciativa de 12 empresários da cidade. Atualmente atende 180 crianças de 0 a 6 anos da Poligonal Turquino/Maracanã. Este atendimento necessita ser ampliado, pois existem muitas crianças nesta faixa etária ainda não atendidas.

Durante a realização da pesquisa verificou-se a permanência de muitos adolescentes nas ruas. O assentamento não dispunha de equipamento social para atendimento de contra-turno. Em 2004 a Secretaria de Assistência Social inaugurou o Projeto “Viva Vida” e atende atualmente 150 crianças e adolescentes de 07 a 12 anos em contra-turno escolar (Mapa 05).

Com relação à equipamentos educacionais há nas proximidades a Escola Municipal Noêmia Garcia Malanga localizada no Jardim Olímpico, bairro que faz divisa com o Maracanã. É um estabelecimento público municipal que mantém turmas de 1^a. a 8^a. séries do ensino fundamental. Dos matriculados, a maioria são moradores da POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ (Mapa 05).

A Escola Estadual Dr. Olavo Garcia Ferreira localiza-se no Conjunto Antônio Avelino Vieira, próximo à Poligonal. Lá são ofertados as modalidades de ensino fundamental (de 1ª a 8ª série) e ensino médio (de 1ª a 3ª série). Os moradores da POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ, após concluírem o ensino fundamental, procuraram essa escola para continuidade dos estudos.

Com relação aos equipamentos comunitários, quando se realizou a pesquisa, a Poligonal não possuía centro comunitário. Atualmente dispõe de um, localizado no Maracanã, juntamente com uma quadra poliesportiva em que se desenvolvem projetos de esportes com a população e um barracão de geração de renda localizado no João Turquino, no qual se desenvolvem cursos de capacitação para a população. Em consequência do baixo poder aquisitivo da região como um todo, a população tem poucas opções de comércio próximo ao local de suas moradias.



Mapa 5 – Equipamentos sociais e públicos localizados na Poligonal

Em relação a equipamentos de segurança, na POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ não existe nenhum específico para esse fim. Os moradores reivindicam ações que garantam a segurança. O 3º Distrito Policial que atende a POLIGONAL localiza-se no Jardim Bandeirantes, a aproximadamente 5 km.

O transporte coletivo é o meio mais utilizado pelos moradores. Das 1.023 famílias que responderam à pesquisa, 888 referiram que utilizam o transporte coletivo; apenas 135 famílias não o utilizam. As linhas de transporte coletivo que dão acesso à Poligonal Turquino/Maracanã são: 314 e 307. Os moradores que

trabalham nas diversas regiões da cidade levam mais de 50 minutos para chegar ao local, pois o trajeto percorrido pelo transporte coletivo é tortuoso, longo e demorado. Atualmente a comunidade reivindica linhas específicas para a Poligonal, com percursos que encurtem esse trajeto.

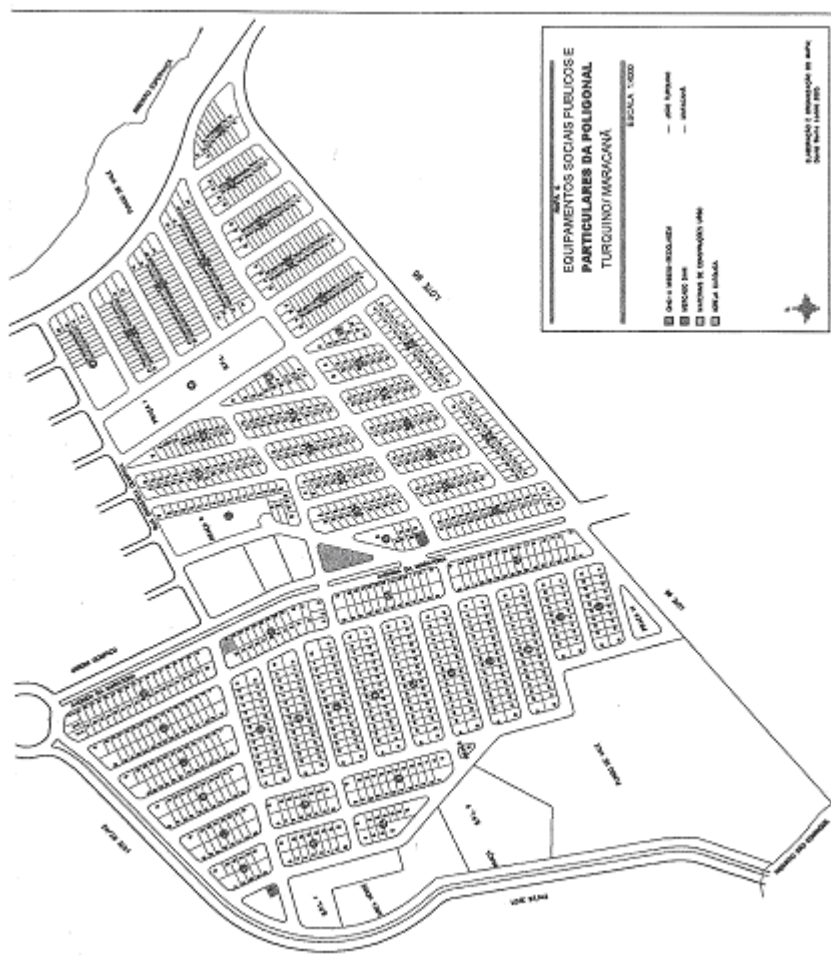
A união da população em torno dos problemas das comunidades é um reflexo da tomada de consciência a respeito das contradições entre as necessidades que têm e as possibilidades de satisfação das mesmas. As primeiras lutas, que a comunidade vivenciou para implantação de infra-estrutura básica no assentamento, propiciou a organização dessa população através da formação da entidade representativa que surgiu formalmente em 1997, denominada Associação de Moradores do João Turquino, entidade constituída sob CNPJ 00.360.580/0001-20, de utilidade pública municipal e estadual. O número de pessoas que participam das decisões e encaminhamentos dos problemas é pequeno. As eleições ocorrem de dois em dois anos. Atualmente a Associação também representa os moradores do Maracanã , estando em discussão o processo da unificação desta entidade

Atua também no assentamento a Associação Ecológica Ambiental, uma ONG fundada por pessoas atentas aos problemas ambientais. Parte de sua diretoria é formada por moradores do Turquino/Maracanã e outros são dos bairros vizinhos. Atualmente é feito um trabalho com pessoas da comunidade que auxiliam na reciclagem do lixo. É um trabalho árduo que nasceu de um sonho de um dos moradores, o presidente dessa Associação e também representante do Conselho Regional da Saúde da região Oeste. (Mapa 6)

No ano de 2000 um grupo de lideranças do João Turquino participou da construção do Plano Diretor regional da Região Oeste coordenados por lideranças dos bairros vizinhos e profissionais voluntários. Através de reuniões durante vários finais de semana especificaram as necessidades e prioridades. As mesmas lideranças estiveram presentes em 2001 nas reuniões da microrregião Oeste para a definição das prioridades a serem atendidas pelo Programa Orçamento Participativo do município de Londrina. Em 2002 participaram das reuniões em que foram levantadas as principais reivindicações norteadoras da construção do Projeto de Participação Comunitária HBB da Poligonal Turquino/Maracanã. Atualmente a participação dos moradores da Poligonal é maior, pois estão comprometidos com as atividades desenvolvidas pelo PPC.

4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES DA POLIGONAL

Para traçar o perfil socioeconômico dos moradores da POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ, foram utilizados os dados da pesquisa realizada em 2002



Mapa 6 – Equipamentos sociais públicos e particulares da Poligonal.

Também foram utilizadas as informações obtidas na POLIGONAL dos meses de janeiro a maio de 2002, as quais demonstraram que a população conviveu com sérios problemas de falta de segurança, de tráfico de drogas, assaltos, homicídios. Reportagens dos principais jornais da cidade, relataram que moradores denunciaram pagamento de “pedágio”, “lei do silêncio”(Anexo B2). No mês de abril de 2002 a presença de policiais foi constante, pois a Poligonal estava em alerta pelo

número de homicídios que foram registrados no local. Durante a realização do levantamento em 2002, foram vários os momentos em que a equipe se deparou com situações desta natureza.

O depoimento a seguir é um relato de uma criança de mais ou menos 06 anos (2002) feito à pesquisadora por ocasião do levantamento que estava sendo realizado na Poligonal:

o seu Santa Rosa saiu correndo para o mercado do Jurandir porque balearam o mercado, ele está no orelhão ligando para polícia, e deram um tiro no orelhão do Seu Santa Rosa, atiraram nele, se você quiser ver os buracos das balas ta no orelhão. Os bandidos chegaram e deram um monte de tiros no mercado, na minha casa, tem até buraco de bala no muro da vizinha, eles atiraram para matar o Jurandir. Os bandidos atiraram a gente teve que ficar todo deitado no chão, eu falei pro meu tio não levantar, mas ele quis ver e aí acertaram o tiro nele, no peito dele, e ele caiu mataram meu tio e os bandidos tentaram me matar, apontaram o revolver para minha cara, mas não me mataram, eu não tenho medo deles, ta pla nascer um cara que vai me matar. O Jurandir saiu correndo, fugido dos bandidos, ele encheu 3 caminhão de mercadoria do mercado e foi embora (J. M. A.)

A história que esta criança relata é o que ocorreu com seu tio quê, durante um assalto ao seu supermercado, foi morto por bandidos diante de seus familiares, inclusive desta criança quê, após o incidente, perambula pelas ruas do assentamento e diz ser segurança do principal mercado da Poligonal.

Eu sou segurança do mercado Turquino, é aquele mercado grande, ele tem até máquina de filme, lá o ladrão não entra. Não vai fazer o que fizeram no mercado do Tio Jurandir (J. M. A.).

As crianças e adolescentes convivem com essa realidade e isso foi confirmado pela reportagem da Folha de Londrina do dia 05 de maio de 2002 com o título “A guerra dos meninos”. (Anexo B3)

Atualmente, após a chegada do Projeto Integrado HBB, a situação não é mais a mesma, a violência diminuiu. As crianças e adolescentes estão participando de programas em contra-turnos e a realidade que eles vivem

atualmente na Poligonal é completamente diferente da que enfrentaram nos anos de 2002 a 2003, apesar de não estarem livres de problemas desta natureza.

Os dados levantados apontam um número médio de habitantes por domicílio de 3,53 moradores, constituindo uma população de 3.645 habitantes distribuídos em 1.178 domicílios de uso residencial (Tabela 03).

Tabela 03 – Número de Pessoas por Residência

Comunidades	Número de famílias que responderam	Número total de moradores	Média de pessoas por moradia
Turquino	633	2.303	3,44
Maracanã	390	1.342	3,63
Ausentes	155		
Total	1.178	3.645	

Fonte: COHAB/LD – Levantamento socioeconômico 2002.

Desta população, 49,70% é do sexo feminino e 50,30%, do sexo masculino, predominando a população masculina.

Tabela 04 – Distribuição da População por Sexo

	Freqüência	%
Feminino	1.815	49,70
Masculino	1.830	50,30
Total	3.645	100,00

Fonte: COHAB/LD – Levantamento socioeconômico 2002.

No tocante à composição familiar, os dados mostram que dos chefes de domicílio, 53% é do sexo masculino e 47%, do sexo feminino, caracterizando as famílias denominadas de monoparentais femininas, nas quais as mulheres assumem

a responsabilidade de provimento e administração da família, por causa da instabilidade das relações conjugais ou da ausência da figura masculina. Durante a pesquisa constatou-se que muitas mulheres são chefes do domicílio; apesar de não estarem trabalhando, elas assumem essa função. A Tabela 05 mostra a situação do indivíduo na família.

Tabela 05 – Composição Familiar

Situação do indivíduo na família	Poligonal Turquino / Maracanã	
	Freqüência	%
Chefe da família	1.023	28,07
Esposo(a)/Companheiro(a)	667	18,30
Filho(a)	1.692	46,42
2º grau(irmão/cunhado)	61	1,67
Genitor	33	0,90
Outros (sobrinho, enteado, neto, etc)	169	4,64
Total	3.645	100,00

Fonte: COHAB/LD – Levantamento socioeconômico 2002.

Dos 1.023 chefes de domicílios, 388 são casados, 361 vivem uma união estável, 31 são divorciados, 79 separados, 63 viúvos e 101 solteiros.

O levantamento demonstrou que das 3.645 pessoas cadastradas 18,24 % tem idade de 0 a 6 anos, 32,45% de 7 a 14 anos, 8,39 % de 15 a 18 anos, 33,96% são adultos na faixa de 19 a 40 anos, 6% tem de 41 a 60 anos e 0,96% é maior de 61 anos, o que confirma um quadro populacional extremamente jovem, em idade produtiva. No município, conforme o senso do IBGE, de 1999, 38,02% da população são crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. Na Poligonal Turquino/Maracanã as crianças e os adolescentes representam 59% dos moradores (Tabela 06). Essas informações demonstram que o número de crianças e adolescentes é bastante significativo e necessitava de projetos e programas que os atendam, tanto na proteção, como na prevenção, para terem, efetivamente, a

garantia de seu desenvolvimento e do exercício de sua cidadania. Atualmente programas estão sendo desenvolvidos na Poligonal, para atendimento desta faixa etária.

Tabela 06 - Distribuição da População por Faixa Etária

Faixa Etária	João Turquino / Maracanã	
	Freqüência	%
De 0 a 05 anos	665	18,24
De 06 a 14 anos	1.183	32,45
De 15 a 18 anos	306	8,39
De 19 a 40 anos	1.238	33,96
De 41 a 65 anos	219	6,00
Mais de 65 anos	34	0,96
Total	3.645	100,00

Fonte: COHAB/LD - Levantamento socioeconômico 2002.

Na dimensão cultural, o nível de escolaridade da população pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 07 – Nível de Escolaridade das Pessoas

Escolaridade	Turquino / Maracanã	
	Freqüência	%
Analfabetos	285	21,56
1º grau incompleto	859	64,44
1º grau completo	102	7,72
2º grau incompleto	45	3,40
2º grau completo	28	2,12
3º grau incompleto	02	0,15
3º grau completo	01	0,62
Total	1.322	100

Fonte: COHAB.LD – Levantamento socioeconômico 2.002.

Uma boa parcela da população 21,56% assina o nome, embora não saiba ler, e outra parcela não sabe nem assinar o nome.

O grau de escolaridade dessa população pode ser considerado baixo, pois 86% possui até o 1º grau incompleto, e, conforme relato das famílias, muitos não conseguiram completar a 4ª série do ensino fundamental. Atualmente foram implementados programas para atendimento desta necessidade.

No levantamento, foi identificado em torno de 180 pessoas que não possuem documentos pessoais (tais como a cédula de identidade (RG) e carteira do CPF), muitos os perderam e não conseguem tirar segunda via por falta de recursos financeiros.

A dimensão econômica coloca a Poligonal Turquino/Maracanã entre as piores localidades na questão de renda.

Londrina, quarta maior cidade do sul do país, apresenta índices crescentes de desenvolvimento humano (em 1970, o IDHM era de 0,551, passando a 0,729 em 1980 e 0,792 em 1991), porém, apesar desse crescimento, ainda são grandes e visíveis os contrastes sociais.

Os dados do censo demográfico do IBGE de 1991 mostram que das 108.014 famílias residentes no município, 20.903 (19,35 %) têm renda de até ½ salário mínimo, cerca de 41.974 (38,86 %) sobrevivem com renda de até 2 salários mínimos e 60.488 (56 %) com menos de 3 salários mínimos. Além disso, 1.681 famílias no município não possuem rendimentos (P.P.C., 2002, p. 38).

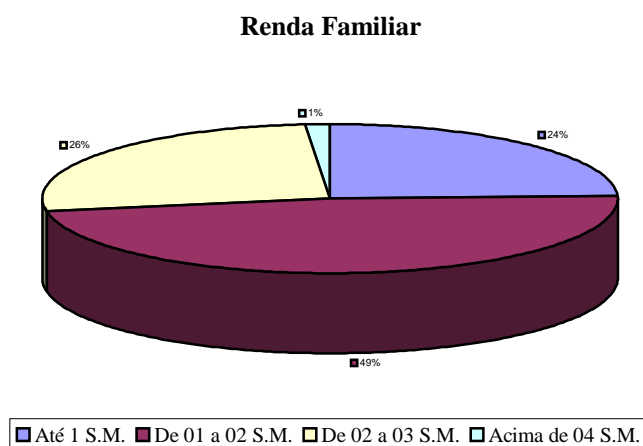
Tabela 08 – Renda Familiar Bruta

Renda Familiar	Turquino/Maracanã		Londrina	
	FREQ.	%	FREQ.	%
Inferior a 1 S.M.	249	24,33	20.903	16,94
1 S.M. a 2 S.M.	489	47,8	41.974	34,02
2 S.M. a 3 S.M.	270	26,4	60.488	49,04
Acima de 4 S.M	15	1,47		
Total	1.023	100	123.365	100

Fonte: COHAB/LD - Levantamento socioeconômico 2002.

Isso nos permite afirmar que Londrina tem mais da metade de sua população na linha da pobreza e que um grande número de famílias está na condição de miserabilidade. Dessa forma, os contrastes sociais se evidenciam e se agravam, possibilitando concluir que é alto o índice de população excluída em nosso município. São aproximadamente 160.354 pessoas em situação de risco pessoal e social, vivendo na linha de pobreza, com renda de até 2 salários mínimos.

O levantamento figurado na Tabela 08 apresenta o quadro da situação econômica das famílias da Poligonal Turquino/Maracanã: 249 famílias (24,33%) possuem renda inferior a 01 salário mínimo; 489 (47,8%) tem renda entre 01 a 02 salário mínimo; 270 famílias (26,4%) recebem de 02 a 03 SM e 15 famílias (1,47%) recebem acima de 04 salários (Gráfico 01).



Fonte: COHAB/LD- Levantamento socioeconômico 2002.

Gráfico 01 – Renda Familiar dos Moradores da Poligonal

Os dados da situação ocupacional dos responsáveis pelos domicílios mostram que 17,37% deles estão empregados com carteira assinada, 53,04% estão trabalhando como autônomos nas diferentes profissões, 25,15% estão desempregados, 4,44% são aposentados e pensionistas.

Respeito dessa situação, destaca-se que o maior número de desempregados é de homens, mas também é expressivo o número de mulheres que permanecem em casa realizando os afazeres domésticos. Existem, porém aquelas que, além dos trabalhos de casa, ainda fazem “bicos” fora, como domésticas,

diaristas e trabalhos esporádicos na própria moradia; como lavação de roupa. Também destaca-se que é grande o número de famílias que sobrevivem do Projeto Renda Mínima da PML.

Analisando a renda mensal dos moradores e suas respectivas ocupações, percebe-se que não possuem condições econômicas financeiras para se manter em outros locais e sem a interferência do poder público, são levados a fixar residência nos assentamentos, principalmente em locais irregulares. Pode-se, desta forma, entender o que expõe Jacobi (1982):

o acirramento nas condições de remuneração soma-se um alto grau de rotatividade no trabalho o que gradativamente inviabiliza qualquer possibilidade de inserção nas formas convencionais de moradia na cidade. Portanto salários baixos, desemprego, rotatividade e o desgaste a que está sujeito a força de trabalho, acrescidos do tempo de locação despendidas em transportes coletivos são causas direta ou indiretamente que levam a favelização (JACOBI, 1982, p. 53).

As profissões mais comuns entre os chefes de domicílio são ligadas ao setor terciário ou às que não demandam maior qualificação. Na pesquisa de 2002 foram referidas as principais: empregada doméstica, auxiliar de serviços gerais, pedreiros, serventes de pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitista, borracheiro.

Tabela 09 – Profissões/Habilidades entre as Famílias

Profissões/habilidades	Frequência
Pedreiro/servente de pedreiro/pintor	250
Serviços gerais/limpeza/jardinagem	50
Mecânica/borracheiro	25
Carpintaria	55
Eletrônica	22
Eletricidade	35
Serviços domésticos/cozinheiro	333
Cabeleireiro/manicure/pedicure	32
Sapateiro	01
Segurança	01
Babá	05
Motorista	01
Artesanato/bordado	68
Total	878

Fonte: COHAB/LD – Levantamento socioeconômico 2002.

Um dos problemas relevantes da população desse assentamento, assim como de outros, ou de favelas e vilas do município, diz respeito à renda, uma vez que em grande medida, elas se encontram em uma situação desfavorecida pela baixa escolaridade e, conseqüentemente, pela quase nenhuma qualificação profissional. Tais fatos interferem negativamente nas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e diminuem as alternativas de geração de renda. Neste sentido o Projeto de Participação Comunitária HBB da Poligonal iniciou, em junho de 2004, atividades com ênfase nas iniciativas da geração de trabalho e renda, e parcerias com o Poder Público e com entidades governamentais e não governamentais que atuam nessa área.

A população moradora desta área, como de tantas outras do município, procura meios de sobrevivência, e uma das formas encontradas é a ocupação irregular. Essas áreas possuem elementos da tão comumente discutida

“exclusão social” que aqui se vê caracterizada por diversos indicadores entre os quais: ilegalidade, informalidade, pobreza, escolaridade, domicílios insalubres.

A seguir contar-se-á a história de vida dos quatro entrevistados, moradores das áreas ilegais do assentamento João Turquino, que são objeto desta análise, com o objetivo de mostrar a busca destas famílias por uma moradia digna.

4.3 AS HISTÓRIAS DAS FAMÍLIAS NA BUSCA POR UMA MORADIA

4.3.1 “Assim Nasceu o Assentamento João Turquino” – a história do Sr. João

O relato dessa ocupação foi objeto da primeira entrevista realizada com Sr. João, um dos primeiros moradores do assentamento João Turquino. Sua moradia estava localizada em área institucional no assentamento João Turquino, portanto considerada inadequada para construção. Passou pelo processo de remanejamento e atualmente reside no assentamento Maracanã, moradia que recebeu do Projeto Integrado Habitar Brasil BID. Sr. João relata que já fez de tudo um pouco em matéria de profissão, foi metalúrgico, pedreiro, pintor e atualmente é reciclador, estudou até a 7ª série do ensino fundamental, apresenta um grau de conhecimento bom que não condiz com a sua escolaridade. Sempre envolvido com as questões sociais de seu território e engajado no encaminhamento das soluções das necessidades da comunidade. Atualmente é presidente de uma organização não governamental (ONG) ambientalista, faz parte da Associação de Moradores do Turquino e é representante da região Oeste no Conselho Municipal de Saúde.

A história do Sr. João teve seu início a partir da mudança da cidade de São Paulo para Londrina. Ele nos relatou que em São Paulo, morava com a família, mulher e três filhos, quando resolveu deixar a família e tentar uma vida nova na cidade que ele nascera. Até esse momento, disse ele que nunca tinha passado por dificuldades financeiras e nem tão pouco pela falta de moradia.

[...] eu morava em São Paulo, era pedreiro, trabalhava e vivia com uma companheira, tenho três filhos, dois em São Paulo e um em Maringá. Vim para Londrina [...] (João).

Quando aqui chegou, foi morar nas proximidades dos Cinco Conjuntos, região Norte do município, em área de fundo de vale no Conjunto Aquiles Stenguel. Ele e mais 58 famílias, sem condições de conseguir um abrigo, ocuparam essa área, pois foi a única solução que encontraram naquele momento. Iniciou assim a caminhada à sobrevivência, trabalhando como prestador de serviços na área da construção civil

[...] morava numa ocupação lá no Conjunto Aquiles Stenguel, aqui em Londrina, trabalhava de pintor, pedreiro, nunca me faltou nada, minha infância nunca passei fome, nunca fiquei sem calçado, até hoje nem sei andar descalço (João).

Sr. João faz questão de ressaltar que nunca passou fome na sua infância, porque a partir de um determinado momento de sua vida esta situação se tornou corriqueira. O contrato com a fome surgiu no momento que perdeu emprego e não teve um local, uma moradia para abrigá-lo.

Passado alguns meses, as famílias que ocuparam essa área, incluindo Sr. João, foram expulsas do local, a partir disso procuraram a COHAB-LD:

Eu e mais sessenta famílias morávamos numa ocupação lá no Aquiles Stenguel, a COHAB é que nos tirou de lá e nos colocou no João Turquino (João).

Ele nos relatou que a COHAB-LD, representando o poder público local, retirou as famílias dessa ocupação, reassentando-as nas terras que eram de propriedade dessa Companhia, localizadas na zona Oeste do município, que é hoje o assentamento João Turquino.

Foi no ano de 1996, quando a COHAB com um caminhão fez as mudanças. Começaram à noite, cheguei aqui era umas 10 horas da noite, a noite inteira teve mudança, as famílias ficaram debaixo de uma lona grande, lonas eram entregues para as pessoas construírem seus barracos (João).

O depoimento do Sr. João nos chama atenção pelo tratamento contínuo, o mesmo desrespeitado pelo poder público. Tratamento este, improvisado, realizado no período noturno, ou seja, famílias sendo levadas para um local sem estrutura física para atendê-los. Este fato narrado, demonstra o descaso e a falta de comprometimento do poder público com essa população.

Sr. João relata que foram alguns dias de muito trabalho para a acomodação das famílias, principalmente para as mulheres e crianças. O local estava abandonado, cercado por mato, pois na época era uma fazenda improdutivo, a COHAB-LD havia adquirido esta propriedade em 1991.

Aqui era um mato só, era uma fazenda de café (João).

O depoimento mostra como a ocupação tornou-se o único meio de sobrevivência dessas famílias que se submeteram à situação de privação e de necessidades, não encontrando outra alternativa para moradia. Neste relato, detectamos que o próprio poder foi o responsável por tal ocupação.

Carlos (2003) diz que são muitas as formas de irregularidade, dentre elas: favelas, ocupações, loteamentos clandestinos que se configuram de maneira distintas no país. O autor ressalta que até mesmo loteamentos e conjuntos promovidos pelo Estado fazem parte do universo de irregularidades.

No relato do Sr. João, verificamos algumas características que são apontadas por vários autores e que marcam as ocupações. São elas: ocorreram em bloco, com um certo número de famílias, no mesmo dia, com auxílio ou não do poder público, a construção dos barracos aconteceram em verdadeiros “mutirões”, com a ajuda de todos os envolvidos.

[...] as famílias iam atrás de madeiras, ganhamos muitas madeiras, madeirites, lonas para cobrir os barracos, assim foram construindo, todos se ajudando (João).

A partir do momento em que as famílias foram colocadas nesta área, iniciou-se um processo de escolha de lotes para a construção de seus “barracos”. Foram os próprios moradores que escolheram seus lotes e, como ressaltou Sr. João, com ajuda da COHAB-LD.

As famílias ergueram seus barracos, relata Sr. João, improvisadamente, com lonas cedidas pela COHAB-LD, madeiras velhas, papelão e outros materiais que conseguiam através de doações. Ele lembra que o processo da construção foi todo em conjunto, uns ajudando os outros, principalmente as mulheres sem a figura masculina na família.



Foto 7 – Início da ocupação – 1996 – cedidas pelo entrevistado

Sr. João relatou que, na época, se recuperava de um acidente que lhe causou alguns meses de repouso e foram outras pessoas que construíram seu barraco.

Uma das estratégias de sobrevivência desenvolvida por essa população, quando não vê suas necessidades satisfeitas, principalmente a da moradia, acaba sendo a ocupação e as moradias improvisadas, pois é preciso morar, da mesma forma que é preciso comer e vestir.

Em alguns dias as pessoas já estavam com seus barracos prontos para o abrigo das famílias. Com o passar do tempo foram melhorando, ampliando e

mudando o padrão construtivo das moradias, como ressaltava Sr. João, sempre com materiais reaproveitáveis.



Foto 8 – Início da ocupação – 1996 – cedidas pelo entrevistador



Foto 9 – Início da ocupação – 1996 – cedidas pelo entrevistador

Todos os dias pessoas procuravam o local em busca de uma moradia. Eram da região próxima ao assentamento, principalmente dos conjuntos habitacionais que fazem divisa com essa área. Conforme relato do Sr. João, em pouco tempo o local já estava totalmente ocupado, pois além da procura por parte de pessoas ligadas aos que já estavam no local, a COHAB-LD indicava tal espaço para famílias que procuravam por uma moradia.



Foto 10 – Início da ocupação – 1996 – cedidas pelo entrevistador

Passados os primeiros momentos de distribuição de lotes e de construção das moradias, iniciaram-se os primeiros dos muitos problemas que estavam por vir.

O local não possuía infra-estrutura básica para atendimento das necessidades das famílias que lá se alojaram. Sem água, sem luz, a população organizou-se e iniciou um caminho para encontrar resposta a suas reivindicações.

A descontinuidade de ações do poder público é percebida através deste relato, quando diz que por várias vezes encaminhou pedidos, mas que não encontrou respostas.

Londrina, conviveu por anos, com uma administração municipal²² de caráter populista e assistencialista, inclusive nos anos de 1996 a 1998 quando do início deste assentamento.

Essas famílias eram vistas, pelo poder público, como forma de conquistar votos, pois eram retiradas de áreas consideradas ilegais e levadas para áreas públicas, com um agravante, sem nenhuma estrutura física. Ele nos relatou que as famílias acreditavam na mudança de vida, mas com o tempo, perceberam que isso não ocorreu.

Rolnik (1997) faz considerações sobre os assentamentos precários que não são objeto de investimentos pela gestão pública cotidiana. Em alguns casos, a gestão pública incorpora lentamente essas áreas à cidade, regularizando, urbanizando, dotando de infra-estrutura mínima, mas não eliminando a precariedade e as marcas da diferença em relação as áreas que nasceram regularizadas. A autora diz que essa dinâmica tem alta rentabilidade política, pois desta forma o poder público estabelece uma base política popular, uma vez que os investimentos são levados às comunidades como “favores” do executivo.



Foto 11 – Início da ocupação – 1996 – cedidas pelo entrevistador

²² Antonio Cassemiro Belinatti – foi prefeito de Londrina de quatro mandatos, sendo que no último, iniciado em 1996, foi destituído do cargo por irregularidades administrativas e pela utilização da máquina do poder público municipal para fins de propaganda pessoal.

A partir da reivindicação dessas famílias, foi instalado, no final do ano de 1996, um cavalete coletivo de água, o que não era suficiente, pois a cada dia crescia o número de famílias que ali se instalava.

Sr. João relata que neste ano (1996), nasceu a Associação de Moradores do Turquino, da qual até o ano de 2006 faz parte da diretoria. Essa entidade surgiu a partir de problemas concretos como a falta de água e luz.

[...] aí formamos a Associação de Moradores, e outras pessoas, que se despontavam como lideranças foram importantes neste processo (João).

Esta organização foi uma forma de mostrar a eles mesmos e ao poder público o seu potencial de força e a capacidade de intervenção para minimizar a situação vivenciada pelas pessoas daquele assentamento.

Não foi fácil, essa conquista foi com muita luta, inclusive fomos a Brasília... (João).

O descaso do poder público, aqui retratado por Sr. João, foi o que essa comunidade vivenciou. Passaram dias nas ante-salas dos governantes e nem recebidos foram, além de terem sido discriminados, vistos como invasores, pessoas sem direito a voz.

[...] pois o poder público local nos via como marginais, ladrões, invasores, eles não davam ouvidos as nossas reivindicações, colocaram as famílias e abandonaram (João)

Através do relato, observamos que as lideranças procuraram o poder público local mas não encontraram respostas no encaminhamento das reivindicações para o atendimento das necessidades básicas, ou seja, a instalação da água encanada e de energia elétrica. Assim através de um representante do governo federal, viabilizou-se o encontro dessa liderança com o governo federal (1997). Sr. João afirma que o poder público local assentou as famílias e as abandonou.

[...] com a ajuda de um deputado, não recuamos, fomos até Brasília e Curitiba e pouco tempo depois a situação da água e da luz estava resolvido (João).

A partir deste encontro, foi em 1997, Sr. João relata que algumas semanas depois foram instalados as redes individuais de água, energia elétrica e iluminação pública.

A luta continuou, através da organização para o atendimento das necessidades básicas da comunidade. Juntos iniciaram a abertura de ruas e procederam o parcelamento da gleba em lotes. Isso ocorreu por iniciativa de um morador, reconhecido como “topógrafo”, embora não tivesse a formação técnica, realizou de forma satisfatória as demarcações, pois quando o poder público oficializou os lotes, encontrou poucas distorções.

Era muito mato, fomos abrindo ruas, os próprios moradores, demarcando seus lotes, tínhamos um morador que entendia de demarcação, aí ajudava na demarcação dos lotes para as famílias. Até então o fundo de vale não estava ocupado (João).

A situação continuou difícil para os moradores, pois a infra-estrutura ainda era precária, a coleta de lixo não acontecia, o transporte coletivo não atendia o local, as ruas encontravam-se em precárias condições de conservação. A situação tornava-se cada vez mais difícil de ser enfrentada.

Não obstante, todas as dificuldades vivenciadas por essa população, em 1997, iniciou-se o processo de ocupação das áreas de fundo de vale e institucionais. Essas ocupações ocorreram motivadas pelas entidades que representavam o assentamento (Associação de Moradores do Turquino e Federação dos Assentamentos) e principalmente com o consentimento da COHAB-LD.

Novamente, sem uma política para enfrentar o problema da moradia, com as invasões alastrando-se no município de Londrina, a COHAB-LD retira famílias que estavam ocupando as áreas próximas ao Cilos III (na época estavam sendo expulsas do local por um grupo de empresários). Essas famílias foram reassentadas nas áreas institucionais que eram as quadras 27, 28, 29 do Turquino. Tais áreas eram destinadas a aberturas de ruas, construção de equipamentos

públicos, bem como espaços para praça e lazer. Assim que essas famílias ocuparam tais áreas, Sr. João nos relata que foi de imediato a venda de terrenos localizados no fundo de vale pelas lideranças da época e a COHAB-LD não conseguiu impedir essa situação, até porque eram muitas as pessoas que se encontravam sem outra alternativa para abrigar suas famílias.

É aí que são as coisas que não concordo, a Federação dos Assentamentos na figura do seu presidente, juntamente com o presidente da Associação de Moradores daquela época, começaram a comercializar os lotes (João).

Sr. João diz que foi uma verdadeira especulação, venda de lotes dessas áreas que não poderiam ser comercializadas e muito menos para a construção de moradias, pois segundo ele (um ambientalista e defensor das questões do meio ambiente), era inadmissível o que estava ocorrendo e por vários vezes tentou denunciar, mas foi ameaçado por essa atitude.

Você nem sabe, era ameaça represália, medo, pressão, mas tudo era comercializado, vendendo os lotes no fundo de vale. [...] várias vezes denunciei, mas tive que ficar quieto, porque senão morreria (João).

Aqui detectamos, além da venda ilegal, a questão ambiental que implica em harmonizar a distribuição da população, das suas atividades econômicas, com a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais. O processo de urbanização desordenado e acelerado, sem diretrizes, vem ocasionando a ocupação desses espaços.

Sr. João possuía uma moradia localizada na Av. Maratona, principal rua que divide o assentamento João Turquino do Maracanã. Na época em 1998 um morador da quadra 29, considerada institucional, fez uma proposta de troca para Sr. João, pois ele necessitava de um lote que abrigasse seu negócio. Foi daí que Sr. João fez a troca e nos relatou que a moradia dele se encontrava em péssimas condições ao contrário daquela que estava recebendo, mas foi importante porque estava atendendo a necessidade de um morador. A troca resultou em uma situação

ilegal, pois o terreno em que estava edificada a moradia recebida era área institucional.

Ele diz que conforme os anos passaram e a administração pública foi se renovando, a atenção voltou-se para o assentamento, pois já eram mais de 500 famílias que moravam no local. A COHAB-LD, urbanizou, abriu ruas, solicitou instalação de telefones públicos, transporte coletivo (Anexo B4) e coleta de lixo três vezes na semana.

Ao final de três anos, Sr. João nos relatou que eram mais de 200 famílias que se encontravam nesta condição, ocupando as áreas irregulares do assentamento João Turquino.

O local adquiriu alguns aspectos que segundo Sr. João marcam essa comunidade. Um deles foi a solidariedade, até hoje uma marca forte da comunidade, e a violência que deixou marcas profundas na vida de alguns moradores.

A violência, a criminalidade atrelada ao tráfico de drogas, desenfreadamente tomou conta deste assentamento entre os anos de 1999 a 2002 e várias famílias foram expulsas do local, ocupando o terreno particular ao lado que hoje é o assentamento Maracanã.

Sr. João nos relatou que com o passar dos anos as famílias enfrentavam diversos problemas dentre eles: a violência, a falta de equipamentos públicos, as ruas sem asfalto. Ele nos contou que as pessoas adoeciam e necessitando de socorro médico durante a noite e muitas ficavam sem o atendimento, pois a ambulância não transitava, principalmente nos dias de chuva, nas ruas próximas ao fundo de vale. A ausência de atendimento chegava a gerar a morte de alguns moradores.

A precariedade e a discriminação que essa comunidade vivenciou nestes anos foram de conhecimento público, através da veiculação das notícias pelos órgãos da imprensa. O jornal a Folha de Londrina do dia 07 de julho de 2000, noticiou a seguinte reportagem: “Bairro sofre com a falta de esgoto e pavimentação”. As condições urbanísticas e ambientais, a precariedade a que eram submetidas aquelas famílias foi relatada nesta reportagem (Anexo B5).

Sr. João diz que a comunidade estava cansada da situação, o presidente da Associação deixou o local sem que ninguém ficasse sabendo, foi

então que aclamaram um novo representante e este logo nos primeiros dias, colheu assinaturas para reivindicar junto ao poder público melhorias no bairro.

Você acha que um presidente de uma Associação como era daqui, saiu escondido de noite com mudança, foi embora, ninguém sabe onde está, é porque boa coisa não tinha neste meio, não acha (João).

No ano de 2002, a comunidade tomou conhecimento da possibilidade da realização de um projeto que vinha ao encontro das necessidades daquelas famílias.

Sr. João, e algumas lideranças da época (2002) foram os primeiros a serem informados do projeto, auxiliando, desde então, a equipe técnica no encaminhamento da pesquisa censitária e das reuniões com a comunidade.

Nesse momento Sr. João tomou conhecimento que faria parte das 116 famílias que seriam retiradas das áreas onde se encontravam e seriam remanejadas para lotes parcelados dentro da Poligonal Turquino/Maracanã.

[...] reformei pouco minha casa, porque logo fiquei sabendo que a casa não poderia ficar naquela área (João).

A foto 12 mostra a casa em que Sr. João residia e que não havia sido ampliada em função da necessidade de sair do local.



T.P.C. – 2005

Foto 12 – Moradia do Sr. João antes do processo de remanejamento - 2004

Sr. João, a despeito de todas as privações pelas quais passou como ameaças de expulsão e represálias confessa o sentimento de pertencimento com relação ao local, não pretendendo sair da região por dinheiro nenhum.

Uma vez apareceu uma pessoa que me dava R\$ 10.000,00 pela minha casa, mas disse que só sairia daqui levado por quatro pessoas, me carregando, só morto saio daqui, gosto demais daqui (João).

Um fator importante nesta análise é o que representa a moradia para Sr. João. Pode-se considerar que o significado atribuído por ele foi socialmente estabelecido, de acordo com as condições sócio-históricas vivenciadas, isto é, a realidade social que permeou o seu cotidiano social e familiar.

De acordo com Rodrigues (2003), essa forma de morar constitui-se uma estratégia de sobrevivência. Uma saída, uma iniciativa, levanta o barraco de um dia para outro. A partir daí são estabelecidos os vínculos sociais, aumentando o sentimento de pertencimento ao local. Esse fato é comprovado pelo depoimento do Sr. João que por dinheiro nenhum vende seu barraco. Isto desmistifica o que é dito no senso comum, ou seja, que muitas vezes essa população, na primeira oportunidade comercializa sua moradia.

Em maio de 2004, um canteiro de obras foi instalado na Poligonal e teve início o programa de benfeitorias que essa comunidade ansiosamente esperava.

Sr. João participou como membro da Comissão de Acompanhamento de Obras – CAO formada com pessoas representantes da comunidade para acompanhar e fiscalizar as benfeitorias que o local receberia. Também participou de todas as reuniões sobre o processo de remanejamento, sempre procurando informações. Gostaria de permanecer em lote no assentamento Turquino, mas como não havia mais terrenos disponíveis escolheu no Maracanã.

[...] sei que tenho que sair , só que minha moradia é maior do que a que vou receber, tenho que receber esta diferença [...] (João).

Foi um dos moradores que acompanhou o processo de construção de sua nova moradia e recebeu uma indenização²³, pois sua unidade habitacional era maior do que a que ia receber do projeto.

Sr. João quando se refere a questão da regularização de seu lote e de sua moradia nos diz que acha:

Muito importante, pois vou dizer que tenho uma casa, tenho documento, porque aqui o que vale é o papel, então vou deixar para os meus filhos, tudo certinho, regularizado [...] (João).

Para ele, como para essas famílias, a posse jurídica, a legalização das moradias é de extrema importância, pois traz segurança, eliminando as ameaças de despejos e ou remoções, evitando a mobilidade e promovendo a fixação dessa população, principalmente quando a escolha do lote parte do morador, como é o caso do Sr. João.

Com a chegada do Projeto Integrado HBB da Poligonal Turquino/Maracanã (2004), tal comunidade pôde desfrutar de uma série de benfeitorias, segundo Sr. João:

[...] Muitas pessoas receberam uma casa e a maioria moravam em casas sem condições de abrigo, o projeto beneficiou 280 famílias, as que estavam em áreas invadidas e as que tinham suas casas muito precárias em seus lotes. Apesar de algumas pessoas que não gostaram, todos foram beneficiadas com asfalto, construções do Posto de Saúde, do Centro Comunitário. Outro ponto positivo é a desocupação do Fundo de Vale que por muitas vezes tentei denunciar, mas não fui ouvido, já plantei mais de mil árvores, vou plantar mais, quero ver esse fundo de vale com pomar e muitas frutas para abastecer e ajudar essa comunidade (João).

O João Turquino já não é o mesmo local de dois anos atrás, a urbanização e os equipamentos sociais construídos bem como as moradias, a

²³ O sistema de compensação e ou indenização às famílias afetadas por ações de remanejamento deverá estar claramente explicitado na fase de intenção e concepção do projeto integrado, possibilitando a adesão voluntária e formal dos participantes. Toda família que possuir uma unidade habitacional superior em tamanho ou padrão construtivo terá uma indenização para cobrir essas diferenças.

revitalização do local trouxeram um novo cenário urbanístico que permite a população ver e ser vista, através da execução de um programa que difere dos demais.

O jornal Folha de Londrina do dia 29 de janeiro de 2006 trouxe a seguinte manchete: "Bairro de cara nova: João Turquino repaginado":

Para os moradores da zona Oeste de Londrina, mais precisamente na Poligonal Turquino/Maracanã o lema "Ano Novo – Vida nova" começou a ser esboçado. Confuso? Não para quem já viveu sob o medo da violência desenfreada e também com os transtornos nos dias de chuva e hoje tem uma situação diferente (Jornal Folha de Londrina - Anexo B5).

Sr. João relatou a satisfação de ler reportagens que trazem a nova realidade do local, "*diferente dos anos anteriores que só relatavam as coisas ruins*".

Este é o resultado de um programa de urbanização em que a moradia é um dos componentes importantes do todo.

Constitucionalmente a habitação é responsabilidade comum da União, dos estados e municípios. Conforme salienta os documentos da UFRJ (2001) e IPPUR (2002) o que torna a moradia uma condição básica de existência humana é a função social do abrigo. A salubridade, definida a partir das condições de higiene da edificação e segurança como condição de confiabilidade estrutural da construção, é um aspecto que também deve ser relevante para se determinar a função social da moradia. A função de abrigo tem também um aspecto psicossocial que não deve ser deixado de lado. No desenvolvimento do indivíduo, a família tem uma função estruturante e a qualidade da moradia é uma das variáveis significativa em seu processo de desenvolvimento (IPPUR/UFRJ, 2001, p.19). Além disso, a moradia tem a característica que a distancia de outras necessidades básicas, ou seja o acesso à terra, sendo que a garantia da ocupação da terra sem ameaças de despejos ou remoções forçadas é elemento básico do direito à moradia. Essa perspectiva encontra respaldo no debate internacional sobre direitos humanos desde a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, até a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos de 1996 que reafirma o compromisso dos governos nacionais com a completa e progressiva realização do direito a moradia adequada e estabelece como objetivo universal que se assegure "abrigo adequado para todos e

que façam os assentamentos humanos mais seguros, mais saudáveis, mais agradáveis, eqüitativos, sustentáveis e produtivos”.



T.P.C. – 2006

Foto 13 – Moradia atual do Sr. João – pós remanejamento

4.3.2 A luta por uma moradia: história de D. Rosa

A segunda entrevista foi realizada com D. Rosa que residia em uma moradia no assentamento João Turquino, localizada em área institucional, portanto ilegal. Em 2005, D. Rosa recebeu uma unidade habitacional do projeto integrado H.B.B. em lote parcelado no assentamento Maracanã. D. Rosa é uma migrante que veio da zona rural para a cidade, viúva de 65 anos, analfabeta, disse nunca ter freqüentado uma escola, veio com 17 anos para Londrina, casou após dezoito dias de sua chegada, partindo para zona rural. Teve onze filhos, dos quais oito estão vivos, criou quatro netos, cujos pais se separaram. Trabalhou com seu esposo e filhos na Fazenda Água Nova no município de Uraí, os filhos casaram-se e ela ficou viúva. Logo a seguir seu filho mais novo morreu em um acidente na fazenda. Algum tempo depois os proprietários da fazenda a expulsam, pois já não podiam contar com a força de trabalho da família. Assim conta D. Rosa :

[...] meu marido tinha soja, tinha trigo para receber eles deixaram ir pra justiça e eu pobre, perdi tudo, tudo, fiquei na rua com as crianças, os gêmeos pequenos, daí tomaram todas as minhas terras, tomaram tudo o que eu tinha, eles diziam assim” eles perde a metade da fazenda pra um advogado, mas não perde pra um empregado”, como de fato aconteceu eu fiquei sem nada (Rosa).

D. Rosa recorreu à justiça para ter o direito pelo menos da safra que lhe era devido mas conta que perdeu tudo: a justiça a esqueceu. A entrevistada, relata muito emocionada sobre o momento em que o advogado pronunciou a sentença do juiz:

[...] o advogado de Londrina bateu na mesa com força e falou: tua causa está perdida, quem ganhou foi o dono da fazenda, aquilo o coração partiu pro meio, não sei se tava viva ou morta, porque os momentos que tava passando ali, eu queria um dinheiro pra comprar uma casa, não ficar abandonada (Rosa).

Percebe-se, na fala de D. Rosa, o sentimento de derrota por não ter condições de possuir uma casa, na qual abrigaria a família na tentativa de iniciar uma nova vida, depois de tantas perdas sofridas no campo, onde gozara de muita abundância.

Nós tinha uma fartura enorme, enorme na fazenda, não faltava nada a vida era um anjo [...] (Rosa).

Sabemos que a migração do campo para cidade trouxe conseqüências não só para as cidades como também para as famílias que eram expulsas e chegavam sempre sem nada, em busca de melhores condições de vida, como o caso da família de D. Rosa expoliada da vida de fartura que o campo lhe proporcionara.

O modo de vida urbana contemporânea envolve grandes massas humanas, que se deslocam para a cidade, gerando imensas concentrações populacionais. Os problemas manifestados em cidades são resultados do êxodo rural.

O Brasil passou por importantes e profundas transformações em seu contexto social econômico, em razão do amplo processo de modernização implantado no campo. Os trabalhadores rurais foram expulsos, desencadeando um intenso processo de êxodo rural em todo o país, inclusive no Norte do Estado do Paraná. A expulsão do campo leva D. Rosa juntamente com sua família a lutarem por uma moradia.

[...] se quisesse alguma coisa tinha que lutar, aí vim pra Londrina, fazendo essa loucura, tava jogada no mundo (Rosa).

Para Fresca (2002), Londrina, por exercer forte atratividade econômica, tornou-se um receptor dos principais pontos de convergência desse fluxo migratório.

Houve uma ampla e acelerada expansão urbana que ganhou grande impulso a partir de 1970 com a acentuação do êxodo rural, o que contribuiu significativamente para o crescimento físico-territorial da cidade, oferecendo condições para rápida incorporação, pelo sistema produtivo, de uma parcela da força de trabalho recém chegada.

D. Rosa relata que a situação em que se encontrava era desesperadora. Sem casa para morar, com mágoa, pois seu marido deixou a família desamparada:

[...] porque meu marido neste ponto foi muito cruel comigo, nós tinha casa, data em Londrina, em Primeiro de Maio, outra em Rancho Alegre e ele acabou com tudo, ele falava se eu quisesse alguma coisa eu tinha que trabalhar com os fios (Rosa).

D. Rosa passou por todo tipo de privações. A mulher que sempre ajudara o marido, trabalhando não só em casa como também na lavoura (contou que por diversas vezes passava veneno na soja, trigo, plantava feijão), que todos os dias acompanhava marido e filhos para “roça“, ajudando o companheiro a adquirir bens, viu-se completamente sozinha e com a responsabilidade da educação dos filhos e netos, sem uma moradia para abrigar a família. Como ela conta, o marido perdeu tudo o que tinham, antes de ficar viúva.

D. Rosa, assim como muitas outras mulheres, se vê na condição de chefe de família por abandono ou perda do companheiro, o que se tem tornado comum na realidade brasileira (SAFIOTTI, 1992).

[..]. se quisesse alguma coisa tinha que luta, aí vim pra Londrina, fazendo essa loucura, tava jogada no mundo, mas tava nas mãos de DEUS. Aí minha nora falou vem pra Londrina, seus filhos estão aqui, tão pegando terra pra fazer casa e a senhora pega, mas quando eu vim não tinha mais terra pra mim, já tava vendendo tudo (Rosa).

D. Rosa emociona-se quando relata que trabalhou desde os seis anos, quando ajudava sua mãe e depois o seu marido nas fazendas por onde passaram. Por meio de sua nora ficou sabendo da ocupação do João Turquino.

D. Rosa chegou em Londrina na busca de um abrigo para sua família, encontrou algumas pessoas do João Turquino, que lhe propuseram a venda de um terreno.

A população expulsa do campo que vem para a cidade é expressiva, assim como é expressivo o número de aglomerados que vão se formando, pois diante da falta de moradia, principalmente diante da especulação imobiliária, podemos observar como a entrevistada se vê obrigada a adquirir seu terreno em loteamento distante da cidade, cuja forma de aquisição acaba sendo uma transação ilegal.

D. Rosa refere-se ao processo de venda ilegal de lotes, relatado anteriormente por Sr. João, o que confirma essa prática não só neste assentamento como em outros.

[...] aí um morador do João Turquino, falo: eu arrumo uma data pra senhora, mais é R\$ 250,00 [...]. Quando ele falo que era esse valor, eu voltei pra casa do meu filho, não tinha sossego, não dormia, pensando na minha vida, nos meus filhos, nos netos que estavam comigo, eu achava que estava abandonada, mas tinha que luta, eu fui uma mulher lutadora por todos os momentos que fiquei sem marido, fui uma mulher de garra, de luta, eu trabalhei, sofri para atender essas crianças (Rosa).

Mais uma vez identificamos nesta fala uma mulher que assume para si as obrigações e responsabilidades pela família, sempre como uma guerreira. A

sua luta continua. Adquire o terreno com muita dificuldade mais não dispõe de condições financeiras para iniciar a construção, passando a sofrer pressões de vizinhos e lideranças da comunidade para ocupar logo o terreno, sob a ameaça poderia perdê-lo.

[...] eu já tava perdendo a minha data, aí o sofrimento aumentou e a mulher mentiu para mim, falo que era só dá o dinheiro que o documento tava na minha mão, como eu tava sem lugar pra mora, pensei eu do o dinheiro e ela passa o documento pra mim (Rosa).

D. Rosa foi enganada pelo marido e expulsa da zona rural, é novamente enganada quando comprou um terreno irregular quando procura se estabelecer na cidade. O terreno era considerado área institucional de acordo com a legislação que preconiza a reserva de terras para praças equipamentos sociais, ruas, entre outros. A pessoa que lhe havia vendido o terreno não cumpriu a promessa de entregar a documentação, nem podia fazê-lo, pois o terreno estava localizado em área considerada pelo município como institucional.

O ônus de loteamentos clandestinos, irregulares, tem recaído sobre os moradores que não possuem condições financeiras para a aquisição de um terreno regular, sendo assim, não terão a documentação jurídica de posse dessa propriedade.

Outra questão aqui detectada, além da aquisição ilegal de um terreno, é a pressão que se sofre para construção imediata de sua moradia, se não o fizesse poderia perde-lo, e os “oportunistas”, conforme D. Rosa relatou, venderiam para outra pessoa.

De posse do seu lote, D. Rosa e seus filhos, com muito sacrifício, iniciaram a construção da casa, contando com a cooperação da família, dos amigos e vizinhos, pelo longo e penoso processo da autoconstrução, uma situação vivenciada por muitas famílias pobres.

Todos os filhos vinha no sábado, domingo, feriado pra faze a casa, eu achava que em quinze dias fazia, mas teve muita chuva, levo mais de um ano, procurava uma estera ligava e não conseguia, isso aqui era tudo mato, colônia era pasto pra animal, eu carpia, tinha risco de perde a data que eles me vendeu. Eu trabalhava a semana inteira, no sábado minha fia fazia a comida pros irmão, os vizinho ajudava fazia o poço, eles tudo ajudando [...] (Rosa).

Sabemos que é principalmente através da autoconstrução que grande parte da população trabalhadora resolve seu problema de moradia. Trata-se de uma construção que se prolonga por muitos anos e absorve a maior parte do “tempo livre” da família. O ritmo da construção, além de depender do tempo livre, depende também do dinheiro da compra do material, que na maioria das vezes é financiado pelos depósitos de materiais de construção que se localizam no entorno.

[...] enquanto os outros ganhava R\$ 100,00 eu ganhava R\$ 90,00 todo mês eu chegava nos depósitos e comprava [...] daquele pouco que DEUS me dava eu fazia aquela compra e tirava o dinheiro pra paga os material da minha casa [...] (Rosa).

D. Rosa conta que levou dois longos anos na construção de sua casa, horas e horas de tempo livre que deveriam ser destinadas ao descanso para repor as energias, mas o que lhe coube foi “descansar trabalhando, carregando pedras”

Na autoconstrução, recai sobre as costas do trabalhador um sobre-trabalho, como é no caso da família de D. Rosa. Como o salário não permite ter moradia, utiliza um grande número de horas de trabalho extra para conseguir morar. Isso significa que o trabalho de 44 horas semanais não faculta um lugar para abrigo e há que se gastar muito mais horas de trabalho para ter direito de ver atendida uma necessidade básica.

Dessa forma, o tempo do trabalho para autoconstrução não é calculado monetariamente, não entra no cômputo do salário, mas faz parte do tempo de trabalho necessário para a garantia do abrigo, gerando o desgaste do trabalhador.

Aqui percebemos o paradoxo que é trabalhar para garantir o sustento e trabalhar durante o descanso para garantir uma das necessidades básicas de sobrevivência, a moradia, com o material financiado pelo trabalho. Portanto a autoconstrução reproduz, ao produzir casas em lugares sem infraestrutura e com um sobre trabalho individual, as condições gerais de reprodução do espaço urbano. Onde é possível morar e de que modo é possível morar, acaba definindo o lugar de cada um na cidade.

A luta continuou e D. Rosa mudou-se para sua moradia sem que esta estivesse pronta, pois a pressão e a ameaça de invasão da sua propriedade era concreta.

[...] a vizinha falava que eu ia perde a casa, e o presidente da federação falava a senhora tem que entra na casa eu coloquei os vidro, meu fio até vendeu o canário pra por os vidro na casa, minha patroa deu a porta da sala, gente muito boa que estendeu a mão e eu naquela força trabalhando, ganhando R\$ 90,00 e pedindo saúde, força, outras vizinha de olho gordo, porque morava em barraco e a minha era de material, elas falava todas vez pra mim, que a COHAB passava lá e que eu ia perde minha casa, eles vão da a outro se a senhora não entra. [...] logo cheguei aqui de manhã preparando pra entra, meu coração corto, quebraram todo os vidro, e coloquei tudo de novo e eu sei que tenho lutado, batalhado (Rosa).

Nesse momento D. Rosa ficou pensativa, emocionou-se, comentando que a COHAB-LD passava todos os dias para verificar se as pessoas estavam construindo, porque se não o fizessem, a Companhia oferecia este lote para outra pessoa.

Aí com medo da COHAB entrei nos puro tijolo, o chão tudo cavocado, chão batido, mudança tudo jogado, velho, daí minha fia eu entrei nessa casa pernelongo, fazia barulho, a água puxei com uma mangueira do vizinho, fiquei tempo assim (Rosa).

D. Rosa recebia recado da vizinha sobre as visitas da COHAB-LD e viu algumas vezes a Companhia doar os lotes de pessoas que demoravam no processo de construção. A ordem da COHAB-LD, segundo ela era: *ergam seus barracos o mais rápido possível, para demarcar seu lote, se não ficam sem ele.*

A pressão gerou sofrimento, não só os vizinhos pressionaram D. Rosa para entrar na casa, como o próprio poder público, embora admita haver esse universo de irregularidades, não possui mecanismos para conter a situação.

Desde momento em que D. Rosa entrou na moradia, já encontrou problemas, pois o vizinho, sem nenhuma orientação técnica fez retirada de terra, recortando o terreno próximo à localização da moradia de D. Rosa e isso lhe trouxe sérias dificuldades técnicas e financeiras.

[...] ele planeou a terra dele de lá em baixo, ele não poderia fazer aquilo, ele deixou no andaime em baixo no alicerce em baixo da minha casa, se desse um vento ou se fosse uma chuva muito forte a minha casa caía, tudo por outro lado, eu tinha até medo de por um guarda-roupa grande e pesado, tive que fazer correndo um muro beirando até na altura que dava onde estava esbarrancando minha casa, a gente arrodia, olhava por baixo e via o cimento da casa feita, que o buraco dava caída da terra, aí fiz esse muro com muito sacrifício (Rosa) .



T.P.C. 2005

Foto 14 – Moradia em área irregular – D. Rosa

A ilegalidade produz conseqüências que colocam em risco as famílias que habitam construções edificadas sem os padrões técnicos exigidos para enfrentar os desafios da natureza. No caso da entrevistada, a falta de conhecimento do vizinho traz prejuízos financeiros e problemas estruturais em sua moradia.

Assim, aos poucos D. Rosa foi arrumando sua casa, rebocando, colocando piso, construindo o muro; na busca por um abrigo na sua incessante luta pela sobrevivência. Essa luta, principalmente a dos mais pobres da busca por uma moradia é sempre marcada pela dinâmica da inclusão/exclusão. Há um movimento quase permanente de inclusão no espaço urbano e de exclusão, dinâmica que vai conformando o modo de vida nas cidades.

Koga (2003) diz que a manifestação das situações de exclusão social se dá em lugares e tempos específicos e com pessoas concretas. A autora complementa que se trata de um processo social em curso, focalizado muito além dos problemas conceituais de sua nomenclatura. Interessa-nos, aqui, perceber como ele se dá nas condições de vida das pessoas; muito mais do que conceituar, vale entender, procurar desvendar e evidenciar tal processo.

A autora diz ainda que a partir das profundas desigualdades vividas pelas populações de cidades brasileiras, que se desenvolve o processo de exclusão social.

O sofrimento traz formas de encarar a realidade e como vimos, é complexa a questão dos problemas urbanos e das condições vividas pelas famílias de baixa renda. Além de tudo o que tem de enfrentar para garantir uma moradia, D. Rosa passou por momentos delicados e traumáticos, quando seu neto envolveu-se com drogas e acabou perdendo a vida tragicamente.

Como se não bastassem as dificuldades, a violência tomava conta do local, como relatamos na entrevista anterior. Isso propiciou que o neto de D. Rosa se envolvesse com perigosas companhias.

A dimensão tomada pela exclusão social tem exigido esforços no sentido de dar conta da complexidade de um processo que assumiu novas características expressas, por exemplo, nos indicadores sociais que revelam a recente associação entre os homicídios e o tráfico de drogas, envolvendo sobretudo jovens, fato evidente na fala de nossa entrevistada.

O Professor de sociologia João Batista em reportagem a Folha de Londrina do dia 03 de junho de 2001 ressalta:

[...] a população marginalizada está chegando a um ponto de saturação. A pessoa busca apenas aquilo que é justo e natural, a sobrevivência. Se o filho – e são mais que um - está passando fome, se não consegue manter a família alimentada, morando dignamente, vestida e saudável com aquilo que ganha, tudo isto redundando em que? Em violência, roubos, homicídios, tráfico de drogas (JOÃO BATISTA, 2001) (B6).

Apesar de D. Rosa esforçar-se ao máximo, como ela nos relatou, mantendo a família unida e com laços afetivos bastante presentes, como pudemos

testemunhar através dos contatos estabelecidos com entrevistada desde o início do projeto, seu neto envolveu-se com as drogas e quando decidiu abandonar essa forma de vida foi vítima de uma emboscada fatal. D. Rosa sofreu muito quando nos relatou esse incidente que lhe deixou marcas profundas, mas em momento algum pensou em desistir do lugar onde mora.

No processo de inclusão-exclusão uma nova variável surgiu na vida de D. Rosa, podendo deixá-la sem moradia: a retirada das famílias da área onde está instalada sua unidade habitacional. Esta é considerada, pela legislação municipal, área institucional, pois de acordo com a lei que regulamenta e aprova os loteamentos, existe a reserva de áreas que servirão para aberturas de ruas, construção de equipamentos sociais e praças.

Quando D. Rosa adquiriu seu lote não teve essas informações, até porque na época da transação imobiliária, a população desconhecia o fato. Com a aprovação do Projeto Integrado Habitar Brasil BID para o local, a casa de D. Rosa estava localizada exatamente onde seria aberta uma rua. D. Rosa que praticamente tinha terminado a construção de sua moradia, passa novamente por momentos de insegurança e desespero.

A família ficou sabendo do remanejamento na primeira reunião realizada pela equipe técnica do Projeto de Participação Comunitária do Programa Habitar Brasil BID, ficou surpresa e o sentimento de tristeza tomou conta de sua vida.

Foi no dia que teve a reunião lá em cima, o dia que eles falaram que não era pra ter casa mais aqui, naquele momento eu fiquei desesperada, falei puxa a vida pra onde eu vou? Não tenho mais dinheiro pra gastar, eu gastei tudo aqui. Chorei muito, como vou fazer sem casa pra morar, aí vieram voce e falaram que nos vamo sair daqui, to esperando em Deus que toque o coração dos representantes da COHAB e dos outros governo, de prefeito, de quem quer que seja que não deixe o povo desamparado, porque eles tem prédio, eles tem casa boa, eles pode ter mansão pra morar, mas no não temos(Rosa).

Aqui nos remetemos ao comentário de Koga (2003) quando se refere ao território como chão concreto das políticas, a raiz dos números e da realidade da vida coletiva. A autora refere-se ao território que também representa o chão do exercício da cidadania, pois a cidadania significa vida ativa no território, no

qual se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciados (KOGA, 2003, p. 33).

D. Rosa nos relatou “que sua vida dá um livro”. Quando analisamos sua trajetória de vida nos deparamos a todo momento com as fragilidades com as quais a família passou e passa no lugar onde, não por opção, escolhe para viver, mas por obrigação gerada pela falta de acesso a uma moradia digna.

Santos²⁴ (1987) quando escreve sobre a urbanização, chama a atenção para o peso do “lugar”, do território, e para a questão da cidadania. Conforme o autor cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Reafirma ainda que o componente espacial da pobreza resolver-se-ia pelo direito à mobilidade, e a acessibilidade seria condição de cidadania.

Percebemos que D. Rosa não conseguiu entender a proposta do remanejamento. Seria necessário que a partir do momento em que o poder público tem uma proposta para melhoria de uma comunidade, esta deveria ser discutida, debatida, ampliada, para que famílias como a de D. Rosa participassem ativamente do processo, com suas opiniões, sugestões. Aqui percebemos que D. Rosa teve acesso a informações bem mais tarde do que Sr. João.

O direito de permanecer no lugar, no seu território identitário, o direito a seu espaço de memória está relacionada à cidadania. Como podemos falar em cidadania, se o povo está a margem do processo de planejamento de um projeto que chegará e mudará o local onde as pessoas estão inseridas?

Depois de muita luta D. Rosa, pensando estar com sua moradia pronta, recebe a notícia de um remanejamento, e este se efetiva não onde está morando, no local em que fatos importantes marcaram a trajetória da família. Ela será transferida para outro bairro próximo do local, devendo iniciar todo um processo de descobrimento, de estabelecimento de vínculos sociais no novo endereço. Para D. Rosa entender tal processo faz-se necessário um tempo, pois em todas as etapas de sua vida passou por mãos de enganadores, que a deixaram desconfiada e

²⁴ Há em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa onde mora, isto é, para mudar de bairro e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos.

aborrecida. Mas como demonstrou no relato parecia pronta para encarar mais este desafio.

Eu vou esperando o dia que a assistente social chegar com a chave e falar: D. Rosa sua casa está pronta, com aumento e seu caso foi resolvido, sua casa foi aumentada, eu não faço guerra, eu não vou briga, eu só coloco nas mãos de Deus, do representante da COHAB, do meu patrão que tem me ajudado (Rosa).

D. Rosa tem em sua fala não uma perspectiva de direito e cidadã, mas a cultura da auto-ajuda, da solidariedade e que delega para os outros o seu destino, talvez porque a vida tenha sido cruel e não tenham havido a justiça e as garantias de ver seus direitos básicos efetivados.

A ausência de outras alternativas para habitação popular acabou empurrando algumas famílias como é o caso de D. Rosa, para essas áreas ambientalmente mais frágeis. Percebemos, nessa situação, a remoção pura e simples das famílias para atender ao estabelecido na lei, se mostra socialmente insustentável, ao mesmo tempo em que a regularização das ocupações não têm como atender aos parâmetros legais. É um quadro extremamente delicado devido às dimensões da exclusão habitacional e à incapacidade poder público de enfrentá-la.

D. Rosa tem uma atitude de confiança e fé, mas não percebe que tem direitos, talvez pelas injustiças que ocorreram em sua trajetória, não se vê como uma cidadã de direitos e prefere falar que não vai “brigar” demonstrando confiança nas pessoas que representam o poder público, que deverão dar a solução para um problema que não souberam enfrentar no início das ocupações.

Aqui percebemos o total desconhecimento de D. Rosa sobre leis, dentre elas o Estatuto da Cidade que em sua ordem jurídica reconhece o direito social dos ocupantes de assentamentos informais.

Wanderley (1999) ressalta que a desigualdade acaba por se misturar à exclusão, ocorrendo socialmente uma “naturalização do fenômeno da exclusão”. E ainda diante da total fragilidade e desproteção social do indivíduo, as ações até então promovidas, acabam subentendidas, tanto no âmbito social, como pelo próprio indivíduo excluído, em expressões dadas pelo conformismo.

D. Rosa comentou em sua entrevista que a regularização ou a posse jurídica de seu lote, ou seja, a documentação que deverá receber, trará uma segurança que há muito tempo não tinha e que ninguém irá ameaçá-la.

[...] é muito importante pra mim esse documento. O dia que receber a chave, a minha casa com os documentos na mão vou sentir muito feliz, uma pessoa orgulhosa pela força que tenho em Deus, na garra que sempre lutei. O dia que tiver com o documento na mão vou ser muito feliz e ninguém irá me tira deste lugar (Rosa).

A regularização, no caso de D. Rosa, será em dois sentidos, primeiro o bairro está recebendo um programa de urbanização, através da implementação de infra-estrutura urbana e de prestação de serviços públicos; e segundo será usado um instrumento jurídico para legalização fundiária de seu lote. São duas as dimensões dessa regularização, a urbanística e a jurídica. Através do Programa Habitar Brasil BID a regularização será concreta para a população que sempre esteve à margem da cidade.



T.P.C. – 2006

Foto 15 – Moradia atual de D. Rosa – pós remanejamento

Toda a trajetória e história do período em que D. Rosa entrou na comunidade do João Turquino são marcadas pela busca por uma moradia que assegurasse para sua família condições de sobrevivência. As desigualdades sociais assumem dimensões cada vez maiores numa sociedade em que a exclusão socioeconômica e política não possibilitam a participação e o acesso de populações, principalmente as dos aglomerados urbanos.

Martins (1997)²⁵ destaca que não existe exclusão e sim uma inclusão tardia do indivíduo na sociedade, ou exclusão marginal. Observa, corretamente, que ninguém está totalmente excluído da sociedade capitalista, mas sim inserido num processo de inclusão precária, cujo intervalo de tempo entre a exclusão e a (re)inclusão pode ser demorado.

A partir dessas reflexões, é importante insistir em abordar a exclusão como um processo, em oposição à sua identificação como um estado, que se define como algo definitivo, desligado de fatores anteriores, de desdobramentos posteriores, frente os quais nada pode se fazer, tornando-se algo irreversível.

Compreender a realidade das famílias do assentamento João Turquino, mas especificamente da nossa entrevistada, é importante para desvendar que o local apresenta características marcantes das diferentes qualidades e dimensões da exclusão, ressaltando a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão do sofrimento. Segundo Sawaia (2002) aqui está centrada a dualidade e a contraditoriedade que constitui a exclusão. Destaca a autora que a sociedade exclui para incluir e tal transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, desdobradas para fora do econômico.

Fernandes (2003) diz que os assentamentos informais e a conseqüente falta de segurança na posse, a vulnerabilidade política e a baixa qualidade de vida dos ocupantes resultam do padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento, legislação e gestão de áreas urbanas. Mercados de terras especulativos, sistemas políticos clientelistas e regimes jurídicos elitistas não têm oferecido condições suficientes e adequadas de acesso à terra urbana e à moradia para os pobres, provocando assim a ocupação irregular e desordenada.

Verificamos que esse comportamento não é exclusivo dos agentes do mercado informal, mas também do próprio poder público, que muitas vezes tem

²⁵ A sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais de desenvolvimento econômico. Em poucas palavras, o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório (MARTINS, 1997, p. 33).

reforçado os mecanismos de expulsão dos pobres das áreas bem localizadas, procurando os terrenos mais baratos e periféricos para a construção de grandes e desoladores conjuntos habitacionais. Dessa forma, os mais pobres são empurrados para as áreas mais frágeis ou de preservação ambiental caracterizadas por uma urbanização selvagem e de alto risco.

Felizmente esta história acabou com um final feliz, o que não é realidade para milhares de famílias obrigadas a buscar formas alternativas para sobreviver.

4.3.3 Um pedaço de terra no João Turquino: história de Rita e Luís

A terceira entrevista se deu com o casal Rita e Luís, que moravam em área de fundo de vale do assentamento João Turquino e hoje vivem na unidade habitacional recebida pelo Projeto Integrado H.B.B. no assentamento Maracanã, na qual ocorreu esta entrevista. A família de Rita é formada pelo esposo e três filhos, são oriundos de Londrina, casaram e iniciaram a vida residindo num imóvel alugado no Jardim Hedy, na qual permaneceram por nove meses. Rita relata que não estavam suportando as despesas financeiras com o aluguel.

Antes de vir para o João Turquino, a gente morava no Jardim Hedy, ficamos pagando aluguel por nove meses e aí o aluguel começou a atrasar. Ah morar como a gente morava não tinha nem condição né, porque a gente pagando aluguel, que é um dinheiro sem volta, puxa vida teve dia, eu tava pra ganhar essa menina aqui, às vezes com vontade de comer alguma coisa, né Luis? Mas o dinheiro era contado ali certinho, ele falava tem que dá pra mulher, que chegava três dias antes de vencer o aluguel, o nome dela era Maria Cinco Mil, olha só o nome dela. Ela vinha cobrar o aluguel e levava todo o dinheiro, não sobrava nada (Rita).

A única opção de moradia, para o casal que estava iniciando a vida, foi o aluguel. Assistimos, como é o caso dessa família, inquilinos perdendo a capacidade de pagar os aluguéis e grande quantidade de despejos, como consequência da significativa periferização da população. E o resultado foi uma população morando em favelas e assentamentos, pois o quadro da moradia popular

revela, de forma inequívoca, os efeitos da situação econômica, em que possuir uma casa própria tornou-se praticamente impossível para os setores mais pobres da população.

Nesse processo, os aluguéis foram se tornando inviáveis, pois iam muitas vezes além da capacidade das famílias de arcar com esse compromisso financeiro e isso fez com que procurassem outros meios de morar.

A impossibilidade de pagar aluguel ou adquirir um imóvel obriga as pessoas a morarem em casas “cedidas”, ou de “favor”, na maioria das vezes em casa de parentes.

[...] Aí o pai dele falou assim para gente construir lá no fundo da casa dele, aí minha sogra falou pra gente não construir, ah igual eu falei pra você, meu sogro é aquilo..., mas a gente construimo, teimamo e fomo morar lá. Ficando, mais ou menos uns cinco anos, vou falar pra você lá não foi diferente na casa do meu sogro, porque que nem eu falei pra você nós fomos mora lá e era tipo quase como um aluguel né Luís? As vezes saía mais caro que o aluguel (Rita).

Rita revela que fora obrigada, por falta de outra opção e pelas condições financeiras precárias, a aceitar a proposta de seu sogro que lhe viabilizou a construção de uma casa no fundo de seu quintal.

Rita relatou que contrariada foi morar no fundo do quintal do sogro. *Além de construir, tinha que pagar a água e a luz.* Conforme relato de Rita foram anos de muitas dificuldades e humilhações, pois a família não se entendia e Rita diz: *quebramo o pau por causa daquele capeta do meu sogro.*

Seu sogro não permitia a visita dos parentes de Rita em seu quintal. Todas as vezes que alguém vinha visitá-la era recebido com indiferença e desprezo pelos pais de Luís.

Minha mãe toda vez que ia me visitar ele expulsava ela de lá, minhas irmãs, sabe, ninguém podia chegar lá que ele não deixava. Aí essa menina aqui ficou doente pegou um verme de cachorro, porque era um monte de cachorro sarnento, aí fizemo um portãozinho, eu me lembro até hoje, isso eu não vou nunca esquecer, eu pedi pro meu sogro fecha o portão pra menina não ter contato com os cachorros e ele dizia os cachorros tão na casa dele, o terreno, a casa é tudo deles, se eu tava incomodada que caçasse meu rumo (Rita).

Essa fase de sua vida foi permeada por conflitos, intrigas que resultaram na perda de vínculos familiares e fez Rita tomar uma decisão; abandonar o marido, deixando parte da família.

[...] aí eu falei pro Luís, a partir de hoje, se você quiser ir comigo e com suas filhas, eu quero uma casa, aqui não fico mais. Nesta época eu tinha as duas crianças pequenas, uma era de colo e a outra começando a anda (Rita).

Vemos aqui uma convivência familiar abalada, partilhada por frustrações, violência psicológica e conseqüentemente fragilizada pela ruptura de vínculos afetivos, sociais, acumulando problemas, entre eles, a perda de contato com os familiares.

Luís contou que foi muito difícil enfrentar essa decisão de Rita se sentiu fracassado, pois na oportunidade não possuía condições financeiras para arcar com compromissos principalmente de mudança, de pagamento de aluguel e muito menos para adquirir casa própria.

As desavenças familiares e a falta de moradia levaram a esposa a abandoná-lo e ele se viu totalmente inerte, sem nenhuma opção e a separação aconteceu.

Rita abandona seu marido e vai com as filhas morar junto com uma tia, no conjunto “Panissa”, próximo ao assentamento João Turquino, que nessa época já estava sendo ocupado.

[...] aí uma amiga minha Maria descobriu a invasão, minha prima estudava no Colégio perto do Turquino e viu um monte de lona estendida, um monte de gente, facão cortando tudo, aí comentou que tava saindo uma favela lá do lado da escola (Rita).

A invasão de que fala Rita é um fenômeno que cresceu a partir dos anos 1990 e levando o nome de ocupações irregulares. Como já assinalamos nos relatos anteriores, a necessidade de moradia impõe ou induz soluções improvisadas como é o caso dessa família.

Em Londrina não foi diferente, o acelerado processo de urbanização, caracterizado pelo desequilíbrio entre crescimento populacional e oferta de moradias

resultaram no surgimento dos aglomerados, principalmente em áreas irregulares, surgindo as chamadas invasões caracterizadas por ocupações em bloco, em áreas ilegais não apropriadas para moradia. Estas de maneira geral têm uma representação social negativa para o restante da sociedade, pois diante da impossibilidade do pagamento do aluguel, da condição de desemprego, desqualificação profissional aprofunda-se o processo de exclusão social desta população.

A partir do estímulo da amiga Maria, que morava próxima da área do Turquino, Rita sai em busca de um “pedaço de terra” para abrigar sua família.

[...] aí a Maria falou: Rita vamo lá pra gente conseguir um pedaço de terra também né, o que todo mundo quer é um pedaço de terra (Rita).

Neste momento Rita perguntou para a entrevistadora: *Todos querem um pedaço de terra né?* Mas sabemos que para ter um pedaço de terra é necessário pagar por ela. O município, apesar de possuir nesta época seu Plano Diretor²⁶ não previa áreas destinadas primordialmente à construção e manutenção de habitação de interesse social. O uso do solo é disputado pelos segmentos da sociedade de formas diferenciadas, gerando muitas vezes conflitos entre os indivíduos e seus respectivos usos, que na prática são orientados pela lógica do mercado.

Como vimos nos relatos anteriores a ocupação do assentamento João Turquino foi também objeto de transações ilegais e informais.

Eu vim pra cá num empurrão danado, as datas acabaram, você comprava uma data até por dez real, por vinte, por trinta, cinqüenta, importante que você dava cincão e você tinha um pedaço de chão, não foi o que aconteceu comigo.

[...] Aí foi o que o povo começou a invadir, muitas pessoas estavam pegando e também pagando pela data, mas na época tinha o Sérgio, quem mais Luís? Quem comandava o negócio no João Turquino? Carlos era um morador (Rita).

²⁶ Plano Diretor – Instrumento Constitucional de Regulação da propriedade urbana. Documento de 1995-2005.

A reprodução do espaço urbano de maneira irregular passa pela mão de “atravessadores” ou aproveitadores e, como assistimos neste e nos relatos anteriores, por pessoas que se organizam através de entidades e que deveriam orientar a população na realização e conquista do direito à “moradia”, mas que acabam por explorar as pessoas.

O relato desse casal e de outros, leva-nos a avaliar a situação de uma população totalmente desinformada e desarticulada, vítima da especulação informal ilegal, iniciada por uma organização que se pauta por interesses egoístas sem o mínimo de interesse social.

Percebemos que a “especulação imobiliária”, principalmente a ilegal, explora a camada mais pobre da população e é praticada de várias formas, salientando-se entre elas, a venda de terrenos localizados em áreas inadequadas para moradia, estando totalmente ausente nas transações a legitimidade jurídica da propriedade de terra.

Alguns meses passaram-se e Luís reata com a esposa. Sem opção de oferecer à família uma moradia, resolveu encarar a situação e ir em busca de um “pedaço de terra” no João Turquino, o que estava dentro de suas possibilidades. Encontra-se com os líderes do local, mas o preço dos lotes já não era o mesmo que os anteriores. Devido à procura intensa, a quantia paga por Luís ficou dez vezes mais do que o valor cobrado no início da ocupação.

Quando eu chequei pra pegar um pedacinho de terra, já não tinha mais e a gente compramo, eu tenho recibo da primeira data que eu tive lá na quadra 31, lá em baixo, aí o Luís pagou R\$ 1.000,00 naquela época (Rita).

Rita paga pelo seu “pedaço de terra” aos “atravessadores” e inicia uma nova vida, deixando para trás os fracassos vivenciados pela família

O fato aqui retratado, assim como os anteriores são de ilegalidade, realizada por oportunistas que cometeram um movimento duplamente ilegal, o terreno adquirido pela família encontrava-se em área ambientalmente restrita para seu uso e totalmente desprovida de infra-estrutura, trazendo muitas dificuldades para seus moradores.

No caso de Rita e Luís que não possuíam recursos para edificar sua casa, o recurso foi improvisar um barraco, prática comum entre os segmentos mais pobres.

Rita relata as dificuldades vivenciadas naquela época. Se não entrassem imediatamente no terreno, como foi também o caso de D. Rosa, poderiam perdê-lo.

Aí naquela época a gente ficamo, comemo o pão que o diabo amasso, sabe um barraco de madeira, caindo os pedaços, entrando enxurrada dentro, né Luís? (Rita)

Em dado momento da entrevista Rita ficou pensativa, distante, comoveu-se ao lembrar daquela época de sua vida e mostrou indignação, quase revolta, pela situação a qual foi submetida. Aqui percebemos o quanto esta população é privada das condições mínimas de sobrevivência, a começar pela moradia que todo cidadão deveria ter acesso. Esse processo de exclusão vivenciada pela família não é apenas de desigualdade e pobreza, mas principalmente envolve sentimentos de desejo, de afetividade. Pensar em exclusão é também pensar no cuidado que o Estado deveria ter com seus cidadãos.

A situação do início desta “aventura” assim denominada por Rita, continuou com muitas dificuldades, levando a família a viver períodos ou momentos de separação, pois Rita passava alguns dias na casa da tia e outros com o marido, permanecendo na moradia improvisada no João Turquino.

A gente veio com um pouco de coisa, um dia ele dormia lá, revezando sabe, outro eu dormia com a tia. Não mudamo de uma vez, não porque a gente tava arrumando as coisas aos poucos, um barraquinho de madeira com lona esticada pra cima assim, né, não é fácil (Rita).

Outra conseqüência da falta de moradia, como mostra o relato, são as precárias condições em que vive a família, sendo obrigadas a se abrigarem em barracos improvisados. Construídos com pedaços de latas, madeiras velhas, com folhas de zinco ou com lonas, sujeitos a inundações, deslizamentos, além de não haver nenhuma infra-estrutura que fornecesse proteção para os riscos com a saúde.

Quando a gente mudou de tudo pra lá, era só lona, Nossa Senhora sem água, sem luz apesar que na parte da água gente não reclamava não, porque não tinha que pagar, então era aquela mangueira, as vezes faltava, as vezes assim quatro horas da manhã todo mundo já amarrava a mangueira e já aproveitava pra enche tudo o que tinha que enche, então daí eu falo assim, apesar de todas as coisas que acontecia na época, eles incendiavam os barraco, mas era bom [...] (Rita).

Rita relata que a falta de energia elétrica fez com que usasse velas, o que a levou a ter medo de incêndio. A água, apesar do sacrifício para beber, não representava ônus financeiro. Então a economia, tanto de energia elétrica, como de água ajudava na melhoria física de seu barraco.

Diante dessa realidade, as famílias como a de Rita lançaram mão de soluções improvisadas como, por exemplo, o destino final dos dejetos que se acumulavam no quintal de suas moradias. Esta área, o nível do lençol freático é alto, comprometendo o quadro sanitário dos moradores.

Esse depoimento qualifica as precariedades vivenciadas pela população acerca de seu *habitat*, ou seja, dos ambientes vividos cotidianamente sobretudo pelas mulheres e crianças, pois são as que passam a maior parte do tempo em suas moradias.

Rita relata que após morar um tempo neste local, apareceu uma oportunidade de comprar uma casa edificada num terreno de melhor localização, e o padrão construtivo apresentava melhores condições para o abrigo da família.

A primeira casa da quadra 31, quando compramo ela só tinha os paus de madeira e lona esticada, ficamo lá uns três anos. Depois compramo a casa da quadra 19, aí a gente foi comprando material, passando fome, procuramo a assistente social pra arruma uma cesta básica, aí ela me ajudou, ajudou a colocar as crianças no projeto (Rita).



T.P.C. – 2005

Foto 16 – Residência antiga de Rita e Carlos

Aqui percebemos também que assim como Rosa, que Rita não reconhece seus direitos enquanto cidadã. Para ela a atitude do profissional que a encaminhou para ser beneficiária de programas sociais, foi benevolente, caridoso, pois naquele momento teve suas necessidades prontamente atendidas. Essa situação presenciamos cotidianamente, pois historicamente a relação entre comunidade e órgãos públicos tem se pautado na apresentação de reivindicações que não superam o caráter assistencialista.

Além dos programas sociais desenvolvidos na realidade aqui apresentada, a execução de um programa de urbanização deveria acontecer sempre primando pela promoção e pelo apoio às intervenções urbanas articuladas, especialmente programas habitacionais de infra-estrutura, saneamento ambiental, integrando programas das diferentes políticas públicas, sempre visando garantir o acesso à moradia adequada e à cidade para todos, independente da condição econômica.

O local continuava precário, sem as mínimas condições para atendimento das famílias que ali residiam, mas Rita, apesar de todas as dificuldades, estava sonhando com as melhorias habitacionais.

E então saiu em busca de um emprego para garantir uma renda familiar, para que pudesse adquirir materiais de construção, e reformar sua moradia.

Arrumei um serviço pra ajuda o Luís e acabamo a reforma. Depois de um tempo queria reformar de novo aí compramo tijolo, ferro, patente do banheiro e outros materiais, só que fiquei sabendo que ia ter que sair dali, vendi todo o material bem baratinho, não sei onda tava com a cabeça (Rita).

Depois de todas as tentativas de melhorar as condições habitacionais para a família, Rita sofreu novamente quando ficou sabendo que a sua casa encontrava-se em área ambientalmente protegida. A moradia de Rita e Luís localizava-se em área institucional e a COHAB-LD orientou a família a não continuar as reformas.

Não ninguém avisou, só que descobrimos depois a COHAB falava, mas prometeu que ia da uma solução , aí ficamos com medo, falavam que ia se um campo de futebol. Antes do povo invadi era um campo de futebol, não era pra construí casa. A moça da COHAB passava lá direto, medindo com papelzinho, as casa tava toda prontinha, tudo medido, dividido, certinho, a COHAB dividiu os terrenos, fez cadastro, deixou a gente morar muito tempo (Rita).

Rita relatou que ficou sabendo que seu terreno não poderia ser regularizado a partir das visitas que a COHAB-LD realizava, tentando conter o processo de ocupação, de vendas ou de transferências dos lotes, pois já havia sido feito um congelamento da área, para impedir tanto a saída como a entrada de novas famílias.

Rita soube que deveria escolher outro lote, isso a entristeceu, primeiro porque o Turquino era o local onde escolhera morar e segundo acabara de investir na reforma da casa. Percebemos o sofrimento de Rita, assim como de outras famílias, que conseguem a benfeitoria nas suas moradias, que são proprietárias, mas nunca possuíram a terra onde estão, caracterizando um investimento em material e mão de obra que perderão com a proposta do remanejamento. Rita não concordava com a atitude da COHAB-LD porque, para ela, a Companhia não poderia ter deixado as pessoas comercializarem esses lotes, já que se encontrava em área que não seria regularizada. Rita participou, assim como Sr. João e D.Rosa, das reuniões para escolha de seu lote, mas não conseguiu que sua vontade prevalecesse, pois permanecer no João Turquino era tudo o que desejava. Como

eram muito poucos os lotes no Turquino e outros moradores já os haviam escolhido, Rita ficou sem essa opção.

Nós batemos o pé e todo mundo falou que não ia saí, ia fica, mas teve um monte de gente frouxo, medroso. Todo mundo falo que só ía saí, mas todo mundo assino o papel concordando (Rita).

No assentamento João Turquino, apesar dos desafios, das frustrações e dos medos; o casal construiu sua história e sua rede de relacionamentos. Para Rita isso tinha valor e importância. Então quando a COHAB-LD apresenta a proposta de remanejamento e Rita se deu conta que não permaneceria no João Turquino, ficou triste e indignada.

Nós tava apegado lá. Desde o comecinho né, aí não é fácil não viu. Ah. Quando você se acostuma num canto, praticamente eu nasci com o João Turquino, eu posso falar (Rita).

As relações construídas, ao longo dos anos, através dos vínculos que se estabeleceram com vizinhos, foram importantes na construção do local e no futuro dessas famílias. A solidariedade, a ajuda mútua sempre presente nas relações desta comunidade é um fato marcante. O lugar concreto, as vivências, as frustrações fazem parte do cotidiano dessas pessoas, ajudando na construção da identidade do local.

Rita e Luís, contrariados, decidiram aceitar a unidade habitacional no assentamento Maracanã. Como sua moradia era maior do que a recebida do projeto, tiveram como compensação uma indenização.

Ah com esse dinheiro que recebi da COHAB-LD quero pagar minhas dívidas, não vai da nem pra aumenta a casa com esse valor, minha casa era toda cercada, agora vou gastar muito dinheiro, não sei aonde vou arruma dinheiro pra cercar essa casa, há não sei, mas [...] (Rita).

Rita relatou que com o dinheiro que recebeu da indenização, priorizou o pagamento de dívidas, pois a família encontrava-se em situação

financeira precária pelas dívidas contraídas, inclusive pela compra dos materiais de construção, para aumentar a antiga casa. E com tristeza externou que não conseguiria fazer as benfeitorias ambicionadas na nova unidade habitacional.

A regularização e posse do novo “pedaço de terra” como Rita sempre se refere ao lote, será uma perspectiva legal para família, mas isso, percebemos não ser importante no momento. Para Rita a nova moradia representa o seguinte:

Eu vou falar pra você uma coisa melhora sim porque hoje tenho a casa forradinha pras minhas crianças né, que não entra vento nada, só que eu prefiro o João Turquino, porque eu amo lá de paixão. O asfalto é a primeira coisa que melhorou um primeiro lugar, que Deus abençoe, foi o asfalto, porque a vida de barco que todo mundo passou aqui não foi fácil não (Rita).



T.P.C. – 2006

Foto 17 – Moradia atual de Rita e Luís – pós remanejamento 2005

Apesar de Rita externar a satisfação com as melhorias na malha urbana do assentamento, percebemos após o acompanhamento da mudança desta família, que não houve identificação com o novo local. A família apresentou resistências e a equipe do Projeto Habitar Brasil nos relatou que já houve várias tentativas de troca da sua unidade habitacional por outra localizada no João Turquino.

O significado da moradia para esta família está além da unidade habitacional, da sua regularização, do padrão construtivo, está muito mais presente nos vínculos estabelecidos e construídos no João Turquino, e sabemos que provavelmente fará outras tentativas de troca sem pensar nas conseqüências que isso poderá causar. Conforme relato de Rita, todos os dias vai para João Turquino rever os amigos que lá deixou.

Koga (2003) diz que faz parte da cidadania a incorporação do território como espaço, não somente de habitação, mas também de vivência e convivência. Além de todas as privações que esta família passou, foi lhes tirado o direito de escolha, de pertencimento, como podemos constatar no depoimento de Rita:

A gente não queria vir não, de jeito nenhum, se fosse possível, falando a verdade, eu teria ficado lá até agora. A violência era demais, mais pra quem deve né? Que graças a Deus do jeito entrei no João Turquino eu saí, saí só por culpa da COHAB que tirou o povo de lá mesmo, mas saí de cabeça erguida, hoje eu entro lá de novo, volto graças a Deus, sabe conheço todo mundo, também gente boa, todo mundo ta aqui porque precisa, não porque que (Rita).

O direito à moradia está considerado dentro dos Direitos Humanos. Como vimos na história de Rita e Luís, percebe-se, no direito à moradia, a real possibilidade de realização da família, de auto-estima, de construção de vínculos sociais e de cidadania. Ressaltamos a importância, relatada por esta família, do sentimento de pertencimento ao local onde foram construídos os seus vínculos e podemos dizer, neste caso, que isso é fator determinante para a fixação desta família. A liberdade de escolha da residência implica na segurança da fixação de seus moradores, aqui percebemos que a mudança de local propiciou um descontentamento da família e que o poder público não conseguirá atingir seu objetivo que é o da fixação, coibindo assim o processo de migração, que hoje é intenso. Desmistificamos, aqui, a fala do senso comum, ou seja que as famílias beneficiárias de um programa de moradia, em sua maioria acabam vendendo seu imóvel pelo processo de especulação imobiliária. Dessa forma as pessoas não são ouvidas no processo, não são considerados os vínculos formados, o sentimento de

pertencimento ao local e principalmente a história construída que é sempre de lutas e desafios.

4.3.4 O sonho da casa própria: história de Sônia e Carlos

A quarta entrevista foi realizada com a família de Sônia e Carlos, constituída pelo casal e dois filhos. Moravam em uma residência localizada em área de fundo de vale no assentamento João Turquino e hoje estão na unidade habitacional que receberam do Projeto Integrado H.H.B. no Maracanã. É um casal que se encontra na faixa etária de 40 a 45 anos. Sônia veio do Ceará tentar a vida em São Paulo, lá conheceu Carlos, um paranaense que tinha o mesmo objetivo que ela: melhorar as condições de vida e formar uma família. Depois de alguns meses casaram-se e iniciaram a trajetória desta história.

Moramos treze anos na cidade de São Paulo, depois de um tempo meu marido ficou desempregado, aí sem perspectivas convidei ele para morar no Ceará, minha família é toda de lá. Fomos, só que não tivemos sucesso, ficamos dois anos por lá, nasceu nosso segundo filho, mas a vida era muito difícil, não tinha emprego. Resolvemos voltar para São Paulo, onde começamos a vida (Sônia).

A família procurou formas para sobreviver e satisfazer suas necessidades básicas, os grandes centros urbanos atraem as pessoas em busca de melhores condições de vida. A família passou por dificuldades, a perspectiva da inclusão principalmente no trabalho, não aconteceu.

Quando voltamos para São Paulo moramos no fundo da casa da minha cunhada. Sempre moramos em casa alugada ou cedida, como é duro, você nem sabe como é morar de favor (Sônia).

Excluídos do mercado de trabalho, conforme o relato de Sônia, foram cerceados do direito de morar. A única forma encontrada naquele momento foi aceitar o convite feito pela cunhada para morar em uma dependência no fundo do

quintal dela. Após um tempo de procura pelo emprego, acaba surgindo a oportunidade e a família permanece por mais três anos em São Paulo. Carlos se viu novamente diante da terrível realidade que é o desemprego, que fez a família mudar para Londrina, pois a mãe dele o convidou para procurar emprego e encontrar uma casa aqui.

A família toda do Carlos é daqui. A mãe foi uma das primeiras moradoras do João Turquino, ela convidou o Carlos para vir para cá, disse que pelo menos aqui ele conseguia pegar um barraco, que era bem baratinho (Sônia)

No ato de movimentar-se o homem produz novas especialidades que são socialmente constituídas na experiência do deslocamento, fazendo com que lute para produzir meios para sua subsistência. Nessa luta pela sobrevivência, houve uma proliferação de formas de ilegalidade nas cidades, especialmente no contexto da economia informal que trouxe como conseqüência o processo de exclusão social e segregação espacial, caracterizando o crescimento urbano nas grandes cidades.

Destacamos aqui uma característica importante que é a informação transmitida pelos familiares da ocupação. Isso faz com que os mesmos encontrem formas de solidariedade, juntem-se para resolver os problemas, no caso aqui, o de onde morar. Portanto as ocupações ocorrem geralmente através das informações de familiares como foi o caso de D. Rosa, ou de amigos como o caso de Rita.

Outro importante fenômeno percebido é o processo de migração que não só ocorre do campo para cidade como foi o caso de D. Rosa, mas principalmente de cidade para cidade, percebemos aqui que em cinco anos a família percorreu três Estados brasileiros, sendo São Paulo, Ceará e por último o Paraná. A migração de cidade para cidade é um fenômeno do século XX. As pessoas sentem-se atraídas pela possibilidade de uma vida melhor, pois certas cidades aparecem como pólos econômicos.

Carlos aceitou o convite da mãe e veio para Londrina na tentativa de conquistar um emprego e uma casa própria. Sônia e os filhos permaneceram em São Paulo, enquanto o emprego não surgia para Carlos. Assim que o marido começou a trabalhar, Sônia veio com os filhos em busca de uma moradia:

Eu e as crianças viemos visitar o Carlos, pois ele já estava empregado, aí minha sogra mostrou uma casa que estava a venda no João Turquino (Sônia).

Sônia voltou para São Paulo, vendeu o terreno que havia comprado com o dinheiro do acerto da demissão de Carlos e retornou para aquisição da tão sonhada casa e de uma vida cheia de esperança, conforme nos relatou.

Era uma casinha de madeira com dois cômodos, estava disponível a venda, na verdade vim visitar meu marido, porque ele já estava trabalhando aqui, eu e as crianças viemos conhecer o lugar, então voltei para São Paulo, vendi o terreno que tinha lá e aí a gente chegou aqui e comprou (Sônia).

Sabemos que um teto é uma segurança para a família, principalmente para a população carente, pois estando desempregados estarão seguros pelo fato de terem onde morar. Para Lorenzetti (2001) o padrão adequado da moradia, tem que ser levado em conta não apenas pelo que ela é, fisicamente, mas também pelo que ela representa para aqueles que nela habitam, considerando desta forma os fatores subjetivos, como diferenças culturais, diversidade de necessidades e preferências.

Maricato (1997) destaca que a casa própria, mesmo quando se trata de um simples embrião de alvenaria, representa motivo de segurança, transmitindo a sensação de progresso pessoal para o trabalhador.

A família adquiriu a moradia, como as outras que relatamos através de uma transação ilegal. Sônia comprou uma casa localizada em área de fundo de vale e não se preocupou, como nos relatou, em saber se a venda era legal, ou mesmo se possuía débitos de água e luz.

A gente comprou a casa de outra pessoa, pagamos por ela R\$ 1.500,00. Na época quando compramos tinha muita conta de água e luz atrasada, a gente não sabia, quando compramos, a gente ficou meio “bobo” que nem foi atrás de nada disso, depois fomos ver que tinha R\$ 500,00 para pagar, aí fomos pagando, pagando até acertar tudo (Sônia).

Sônia relatou que a euforia era tanta que a cegou, pois deveria ter procurado a COHAB-LD para pedir informações. Apesar de todos esses percalços diz que a satisfação foi total quando adquiriu a “casa própria” e que parecia “palácio”, neste momento Sônia se emocionou e demonstrou o valor sentimental da casa para família. Percebemos o grau de importância da moradia para esta família, da real possibilidade de realização, do aumento da auto-estima.

O casal e os filhos mudaram-se para o novo lar, atraídos pela concretização definitiva de um teto que abrigaria a família, apesar de ser esta uma situação absolutamente frágil, pois até então não sabiam que o local era considerado impróprio para tal.

Daí, decorre que a luta pela sobrevivência se faz muito mais de forma individualizada, sem o amparo das políticas públicas, tão escassas e incapazes de garantir direitos de cidadania.

Quando cheguei no bairro não tinha infra-estrutura, esgoto, asfalto, linha de ônibus, coleta de lixo, quando chovia, a enxurrada descia dentro da minha casa (Sônia).

Quando chegamos aqui as crianças reclamavam o dia todo, diziam que morar nesse lugar sem estrutura era difícil. Morávamos em São Paulo na periferia, mas tinha estrutura, tinha comércio, tinha lanchonete, sorveteria na frente de nossa casa. Tudo o que uma família de classe baixa poderia usufruir, o aqui não tinha (Sônia).

A melhoria de vida da família estava condicionada a dois processos que eram complementares, primeiro o acesso ao trabalho e a aquisição da casa própria e o segundo as lutas para obter serviços urbanos adequados.

Aqui a exclusão aparece como não acesso aos benefícios da urbanização. Esta família, como muitas outras na realidade brasileira, mostra a situação de periferização, de segregação, frutos da urbanização intensa.

Não obstante as dificuldades pelas quais passava a família, Sônia relatou os problemas que vivenciou com uma de suas vizinhas. A vizinha alegava que a casa de Sônia fora construída dentro de seu terreno.

[...] inclusive tinha um problema com o vizinho que eu nem conhecia, ela perguntou de onde eu vim, disse que de São Paulo, ela disse só podia ser para comprar essa casa só vindo de fora, porque todas as vezes que alguém vinha ver a casa para comprar eu não deixava, falava que foi construída no meu terreno. Falei para ela que isso seria resolvido com a COHAB, quando esta passasse para medir os terrenos, se tivesse diferença eu não iria resistir, apesar de não ter nada com isso, mas a gente é honesto (Sônia).

O poder público, aqui representado pela COHAB na época não conseguiu conter os avanços das ocupações e cada morador demarcou seu lote e construiu sua moradia. A casa foi erguida na divisa do outro lote porque não houve uma demarcação oficial, conforme foi relatado, os próprios moradores demarcaram seus lotes. A Companhia não quis se pronunciar, pois essas famílias estavam ocupando uma área que não poderia ser regularizada. Sônia nos informou que a vizinha a incomodou por várias vezes e ela sempre esperou do poder público a resolução.

Sônia e seu esposo continuaram persistindo, pois não só vivenciaram a presença da violência relacionada à moradia, mas também, a violência relacionada ao tráfico de drogas.

[...] o único mercado que tinha na esquina de minha casa, as crianças iam comprar doce, dois meses depois que a gente chegou quebraram tudo mataram gente na frente [...] meus filhos falavam como vamos comprar doce mãe? E isso fez com que a gente não saísse de dentro de casa, para nada, isso era muito ruim (Sônia).

A violência urbana traz em si várias formas de privações e como vemos na entrevista Sônia relatou que a família não saía de casa, nos contou que era a lei do silêncio, ninguém podia falar sobre o que viam e todos permaneciam inertes diante das situações que vivenciavam cotidianamente (Anexo B8).

A vida nas grandes cidades tem seus desdobramentos, destacamos aqui as crianças que são privadas do convívio com outras e das brincadeiras de ruas, conforme Sônia disse seus filhos reclamavam, pois em São Paulo eles tinham liberdade, o que não acontecia aqui. A violência é uma experiência partilhada por todos, embora vivida sob condições de extrema diferença.

Sônia relembra a cena de violência que vivenciou: um assassinato que provavelmente nunca esquecerá, marcando profundamente sua chegada no assentamento João Turquino.

Um dia estava voltando da casa de minha sogra com os dois filhos, o Carlos estava trabalhando era noite, logo que entrei em casa e ajeitei as crianças para dormir, ouvi os tiros, bem em frente a minha casa, poucos minutos eu tinha passado com duas crianças alí, já pensou no que poderia acontecer? Lá estava mais um jovem morto assassinado (Sônia).

A vontade de Sônia naquele momento, era de abandonar, desistir daquele local, deixar tudo e ir embora.

[...] a gente ficou doida para ir embora, abandonar tudo, mas aí a gente pensa se eu estou aqui é porque Deus quis me por aqui e eu tenho a capacidade de superar. Foi então que comecei a assistir missa que era realizada dentro da Escola, aí comecei a dizer, vou ter que arregaçar a manga e fazer alguma coisa, né, comecei a conhecer as pessoas, me entrosar, fazer amizade, você vai conhecendo as pessoas e vendo que não é bem assim, acho que todo lugar que você chega e não conhece ninguém, você vê tudo o que a gente viu você fica apavorado (Sônia).

Percebemos na fala de nossa entrevistada a importância das instituições como a escola, a igreja, que promovem os encontros, o convívio e possibilitam a superação das dificuldades, encontrando formas de solidariedade e principalmente superando os constrangimentos pelos quais as famílias são submetidas.

[...] aqui a gente bateu de frente com tudo isso faltava tudo, faltava água, sempre faltava, muita criminalidade, violência, falta de estrutura, cada dia que chovia tinha que sair com o saco plástico no pé, nossa era uma tristeza (Sônia).



T.P.C. – 2004

Foto 18 – Rua sem asfalto – 2004

A população procura enfrentar esses desafios nos grandes centros urbanos nos quais estão concentradas enormes contradições e desigualdades. A discriminação e a vergonha de chegar e até mesmo andar de ônibus como os pés sujos de barro, fez com que colocassem nos pés sacos plásticos, como maneira de proteger e não sujar os recintos por onde passavam.

Durante o relato de Sônia e de outros moradores dos quais tivemos contato, pudemos perceber que o fenômeno da violência urbana tornou-se fato cotidiano naquela comunidade, em contrapartida o medo passou a ser difuso e a poderosa sensação de medo que a todos acompanhava. Esses acontecimentos trouxeram sérios prejuízos para vida daquela coletividade.

A imprensa local noticiava acontecimentos que faziam parte do cotidiano das famílias. Algumas reportagens traziam a triste realidade do local:

Moradores do Conjunto João Turquino (zona oeste) estão abandonando suas casas pressionados por marginais da região. A denúncia foi feita ontem a tarde por um trabalhador de serviços gerais - ele pediu para não ser identificado porque teme represálias, vive no Bairro há um ano e meio e está sendo vítima de ameaças. Ele vive aterrorizado desde o último dia 25, quando assaltantes

entraram em sua casa, levaram televisão, aparelho de som e dois celulares (FOLHA DE LONDRINA – 09/04/2002) (Anexo B9).

PM mantém operação em assentamento – Boatos sobre um possível confronto entre traficantes da zona Oeste apavoram moradores e deixam a Polícia Militar em alerta (FOLHA DE LONDRINA – 06/04/2002) (Anexo B10).

Sônia diz que os anos de 2000, 2001 e 2002 foram os piores momentos que a comunidade viveu, sofriam com a discriminação, pois os jornais e emissoras de televisão noticiavam os fatos ocorridos no assentamento, as pessoas eram discriminadas, principalmente quando iam em busca de um trabalho, quando se referiam ao local da moradia, as empresas dificultavam a contratação.

Apesar de todos os acontecimentos, a família manteve-se firme e confiante que essa realidade um dia iria mudar e superando tais dificuldades iniciou um processo de melhoria em sua unidade habitacional.

Demos uma arrumada na casa, colocamos piso, cercamos, plantamos mais coisas, porque as pessoas foram saindo e passavam pela minha casa, aí fomos obrigados a cercar, também atrás de minha casa tinha uma plantação de bananeira e a turma descia lá para fumar, então a gente resolveu plantar, cercar cuidando, pagando sempre alguém para capinar, meu marido falava que não queria saber de mato atrás da nossa casa, porque só juntava maloca, a gente começou a cuidar da casa detrás dos terrenos, tudo plantadinho, arrumadinho (Sônia).



T.P.C. – 2005

Foto 19 – Moradia no Fundo de Vale de Sonia e Carlos -2004

A melhoria na unidade habitacional já era sinal de que a família não pensava em sair daquele local, apesar de todos os impedimentos e percalços por que passou. Sempre otimistas e esperançosos de que um dia a situação poderia ser revertida, assim vivem essas famílias, sem o entendimento de que a moradia é um direito²⁷ e sempre na espera de um “milagre” e de alguém que olhe por elas.

Mas, ainda não haviam terminado os problemas, Sônia ficou sabendo que deveria sair daquele lugar, pois ali nunca teria a posse e a segurança jurídica daquele terreno.

A COHAB passou aqui em 2002 fazendo um cadastro e avisou que nós íamos ter que sair, que aqui era área de Fundo de Vale, aí deu aquele alvoroço, muita gente foi embora do João Turquino, aquela violência, mas nós não saímos dali, era a primeira vez que a gente adquiriu uma casa, ficamos firme lá, passei por muita coisa, muita coisa mesmo, mas falei daqui não vou sair (Sônia).

²⁷ São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia... (C.F., 1988, artigo 6º. p. 08).

Sônia tinha clareza da irregularidade de sua moradia, mas não concordou de início quando ficou sabendo que deveria sair daquele local. Alegou que o poder público representado pelo COHAB-LD dotou de infra-estrutura como abertura de ruas, de água e luz e principalmente quando os ônibus começaram a circular no local, a esperança tomou conta dessa família achando que não mais sairiam dali (Sônia diz não esquecer esse dia).

Os assentamentos precários são objeto de investimento pela gestão pública, que incorpora lentamente tais áreas à cidade, regularizando, urbanizando, dotando de infra estrutura, mas nunca eliminando a precariedade e as marcas da diferença em relação às áreas que nascem regularizadas.

A dinâmica de dotar minimamente os assentamentos, traz rentabilidade política, conforme relato de Sonia, “na época das eleições, eles fazem tudo, prometem tudo e depois esquece do povo”. Geralmente com algumas ações que são abertura de ruas, instalação de água e luz, telefones públicos, coleta de lixo o poder público estabelece uma base política popular, de natureza quase sempre clientelista, uma vez que os investimentos são levados às comunidades como “favores”. Assim, as comunidades tornam-se “reféns” ou “devedoras” de quem as protegeu, tornando-se moeda de troca nas contabilidades eleitorais.

Quando Sônia foi avisada pela COHAB-LD sobre a desocupação das moradias, incluindo a dela, houve um sentimento de desânimo, por estar acostumada a promessas que nunca se cumpriam, também houve muita desconfiança por parte de algumas famílias.

[...] aí surgiu a COHAB, falando do Projeto do HBB e teríamos que sair daquela área, nós não queríamos sair, tínhamos uma certa desconfiança naquilo que foi prometido (Sônia).

Sônia tomou uma posição diante do processo de remanejamento, de participar e acompanhar todas as informações acerca deste, bem como as decisões que a comunidade tomaria. Foi então que vivenciou o processo de remanejamento participando de todas as reuniões e pôde escolher seu lote para a nova moradia.

[...] a gente viu que era para melhor, damos graças a Deus, estamos na nossa casinha, mudamos da última rua do João Turquino para última rua do Maracanã, estamos muito bem (Sônia).

Sônia refere-se a nova moradia com o mesmo sentimento que apresentou pela anterior, muito entusiasmo, alegria e diz que aceitou o remanejamento pois terá sua casa regularizada e que o título de propriedade para ela significa o seguinte:

É uma garantia que vou ter, tudo documento, legalizado, para mim e para minha família, acho que todos devem pensar assim, é da gente aquilo que a gente pode provar que tem né, Sandra? É uma coisa que a gente tinha e ao mesmo tempo sabia que não tinha, não tinha documento nenhum da casinha, com ninguém aqui tem, mas a gente pretende assim que documentar pagar direitinho se Deus quiser, porque é para meus filhos, não é para gente, a gente tem que pensar no futuro dos nossos filhos (Sônia).

A família de Sônia, como as demais famílias da Poligonal Turquino/Maracanã será beneficiada com o processo de regularização fundiária, que não está acontecendo de forma isolada, mas atrelada a um conjunto de medidas de urbanização que quebra o ciclo da exclusão gerador da informalidade das ocupações.

Ao saber que a casa agora passou a ser da família, além da segurança, o pertencimento, leva “à valorização do que é meu”. Ela agora tem um lugar que a identifica e cria estabilidade, ao contrário de Rita, que provavelmente não permanecerá no local.

Isso foi possível através da intervenção do poder público que deveria proporcionar esse tipo de atendimento, que é o acesso à terra e a opção de moradia digna. O título e a posse, ou seja a regularização do lote de Sônia e das demais famílias, teve como objetivo não apenas o reconhecimento da segurança individual da posse para seus ocupantes, mas principalmente a integração sócioespacial desse assentamento que era informal.

Sônia refere-se ao Projeto Integrado do HBB da Poligonal como um marco na vida de sua família, até porque além da tão sonhada casa própria, participa ativamente da Pastoral da Criança e também da AMAR – Associação de Mulheres Artesãs em Reciclagem da Poligonal que é resultado do Projeto de Participação Comunitária do HBB e a atividade desenvolvida na AMAR completa a renda familiar.

Todo o Projeto Habitar Brasil aqui foi muito importante, acho que aprendeu todo mundo né, a conviver mais, perder um pouco o medo, eu penso assim né que antes aqui vocês não conseguiam fazer nada na rua, todo mundo tinha muito medo, recuava, isto o projeto veio abrir os olhos das pessoas, ser mais humilde, a procurar fazer cada um sua parte né, e não difundir, sair por aí só falando as coisas ruins do bairro, porque aqui tem muita gente boa como tem todo lugar o que não deve, aqui tem também, a gente sabe disso, mas explorar o lado bom né, cada um fazer a sua parte eu penso assim se você não pode ajudar não, então não procura prejudicar né, mostrar o outro lado da coisa para pessoa né, e é isso que eu tenho aprendido a fazer desde que cheguei aqui, no Turquino, Maracanã (Sônia).

Ao analisar a trajetória de vida dessas famílias, percebemos nas falas dos entrevistados as angústias e dificuldades vivenciadas durante anos, no entanto, após intervenção realizada pelo Projeto Integrado, os moradores apresentam-se satisfeitos, pois sem a realização deste, não teriam suas moradias regularizadas.

Mas a Cohab para mim tem sido uma benção, às vezes as pessoas comentam que graça teve mudar do Turquino para Maracanã, para mim tem, foi uma benção e continua sendo, eu sempre falo com as pessoas, pare de reclamar vocês não acham que está na hora de agradecer (Sônia).

Sônia demonstra sua satisfação e diz: “na minha vida nos meus quarenta e poucos anos eu nunca vi tanta obra junto num lugar só” e complementa: “apesar que tudo o que foi feito é o que precisávamos”.

Gomes (2002) afirma que as demandas da população, quando atendidas, revestem-se de um caráter paternalista, pois o objeto de negociação passa a ser oferecido por intermédio de favor e não se configura como contrapartida dos direitos de cidadania, é isso que encontramos nas falas dos nossos entrevistados: Sônia diz que a COHAB tem sido uma benção, D. Rosa coloca nas mãos de Deus e do representante da COHAB.



T.P.C. – 2006

Foto 20 – Moradia de Sonia pós-remanejamento - 2006

Ao nos depararmos com uma família com projetos futuros, pensando nas benfeitorias da nova unidade habitacional, podemos afirmar que aqui se concretiza um projeto de vida e que a migração deixará de ser a saída, até porque no João Turquino é que o sonho transformou-se em realidade. O significado da moradia para Sônia está retratado neste trecho da entrevista:

Significa muito, nossa eu acho (se emocionou e começou a chorar) em todos os sentidos, porque as pessoas tem liberdade. Eu ainda vou quando puder nós vamos ampliar a casa, pretendemos fazer uma cozinha e um quarto para filha por enquanto ela dorme com o irmão (Sônia).

O significado da moradia para Sônia está relacionado ao local que transmite segurança, identificação e se caracteriza socialmente um símbolo de *status social*, pois ter um endereço é uma questão de cidadania. Nesta história, as representações vividas pela família levaram Sônia e Carlos à incorporação de algo que sempre foi almejado, sonhado, afinal, *quem é que nunca sonhou em ter sua casa própria?* Essa foi a pergunta de Sônia para a entrevistadora, salientando que

ter se livrado da condição de morar de aluguel e da dependência de outros, foi uma das melhores coisas que aconteceu para a família.

Quando partimos do pressuposto de investigar o significado da moradia, nos detemos na busca pela interpretação da realidade social na qual o indivíduo está inserido. Pois como coloca Yazbek (2003, p.25), quando procuramos “perseguir a contribuição que depoimentos e histórias de vida podem oferecer para o conhecimento da vida social, implica reconhecer que no fundo da narrativa encontra-se a realidade social e coletiva incorporada pelo sujeito”.

Sônia expressou o seu sentimento a respeito da sua moradia. Foram vivências e sofrimentos que expressaram mais do que o “sonho”, principalmente quando é algo que faz parte do espectro das necessidades básicas, que compõe o necessário, o básico para sua sobrevivência, para sua reprodução, e seu por direito.

Sônia e Carlos colocaram a moradia como sonho que tornou-se realidade e relataram com entusiasmo o que sempre almejaram, “o sonho da casa própria”, ou seja o sonho de milhões de brasileiros, que aguardam a chance de um dia ter acesso à casa própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Edésio Fernandes(2003) diz que uma das principais características do processo de urbanização no Brasil tem sido a proliferação de processos informais de desenvolvimento urbano. Milhões de brasileiros só tem tido acesso ao solo urbano e à moradia através de processos e mecanismos informais e ilegais. Conforme o autor as conseqüências socioeconômicas, urbanísticas e ambientais desse fenômeno tem sido graves, produz um grande impacto negativo sobre as cidades e sobre a população urbana como um todo.

A proliferação das ocupações a partir de 1990 intensificou-se acentuadamente após a redução de ofertas de moradias para a população de baixa renda. Esse fato associado ao crescimento desordenado das áreas urbanas sem um planejamento urbano estratégico adequado, sem instrumentos jurídicos efetivos e não vinculados a uma política responsável voltada a questão da moradia, fez com que a subnormalidade habitacional crescesse de forma assustadora.

Paradoxalmente a essa situação o direito à moradia está assegurado constitucionalmente como direito social, a partir da Constituição de 1988 e principalmente por esse garantir o abrigo, compondo o núcleo da dignidade da pessoa humana. Portanto é dever do Estado assegurar o direito à moradia principalmente para população de baixa renda.

Através dessa pesquisa entende-se que o espaço urbano em função das imposições capitalistas, exclui cada vez mais pessoas com baixo poder aquisitivo, para áreas com condições precárias de sobrevivência. A moradia possível para essas famílias passou a ser aquela encontrada em ocupações irregulares. A ilegalidade chegou a índices tão altos nas cidades brasileiras que em muitos casos, superou os índices de ocupações regulares.

Estudos e levantamentos realizados pela COHAB-LD no ano de 2002 apontam que 10% da população de Londrina vivem em ocupações irregulares, dessas metades estão em área ambientalmente frágeis de difícil regularização. Enfrentar esses desafios urbanos neste contexto requer uma atuação do poder público que não podem ser de maneira isolada e sim articuladas com outras políticas públicas preventivas, minimizando assim o ciclo de exclusão que tem gerado a informalidade.

Em Londrina o déficit habitacional está diretamente ligado as famílias com renda de zero a três salários mínimos, que não possuem as mínimas condições de habitabilidade, exigindo do poder público o repensar das políticas e programas habitacionais. Ao longo das intervenções do poder público, estas tem servido apenas para expor a cidade, enquanto território de expressão máxima da desigualdade, segregação, discriminação e exclusão social.

Nossas entrevistas feitas com famílias em processo de remanejamento de uma ocupação irregular, buscou resgatar a trajetória dessas na busca por uma moradia. Esta trajetória foi marcada por um processo de busca constante de uma casa, um lugar que dê segurança e que possam construir suas vidas.

Para essas famílias os significados incorporados nas falas expressam necessidades que se apresentam ao longo de suas vidas, relacionado com o projeto de vida.

Está relacionado a construção, a formação do local, ao sentimento de pertencimento e da conquista que foi chegar até aqui, como os próprios entrevistados nos relataram, pois a despeito de todas as privações pelas quais passaram essas famílias o amor pelo local é algo demonstrado, percebido, sentido por nós. Rita não esconde o seu amor por esse local quando diz: eu amo de paixão o João Turquino, Sr. João diz que só sai dali carregado por quatro homens, ou seja morto, D. Rosa diz: que ninguém irá tira-la desse lugar.

Aqui verificamos que o local, ou seja, o espaço não é somente da habitação, mas sobretudo de vivência e convivência, onde seus moradores apesar de todos os percalços e empecilhos vivenciados em seu cotidiano, superaram trazendo as marcas da solidariedade e de práticas coletivas.

Ao chegarem no assentamento João Turquino, depararam-se com uma realidade bastante precária, pois o local não apresentava qualquer infraestrutura básica como abastecimento de água e energia elétrica. Essas primeiras lutas propiciaram a organização dessa população e o estabelecimento da construção de fortes vínculos sociais, presentes até hoje entre os moradores.

Ao analisar os tortuosos e desconexos percursos dessas famílias em busca por uma moradia, percebe-se um conjunto de elementos que marcaram essa caminhada, aprofundando ou distanciando o acesso a ela.

A proliferação de formas de ilegalidade urbana no que diz respeito aos processos de acesso ao solo e à moradia, também se dá através da impossibilidade da família de arcar com o aluguel. Foram verificadas através das entrevistas que o ônus excessivo do aluguel, isto é o pagamento mensal da moradia, sendo essa parte integrante do custo da reprodução da força de trabalho, que de uma forma ou de outra mantém sob pressão os salários, constitui um limite concreto permitindo um rebaixamento salarial, deixando muitas vezes a família passar por necessidades, como a de se alimentar, para honrar com o compromisso do aluguel. Isso fez com que a família procurasse outra alternativa para moradia. As quatro famílias entrevistadas, todas encontraram no assentamento a única alternativa para moradia, sendo que todas procuravam o local para diminuir custos com aluguel, ou porque moravam em casas cedidas e/ou com familiares.

A carência de moradia no município de Londrina na década de 1990, juntamente com o fluxo de migrantes como registramos nas entrevistas fez acentuar a crise habitacional.

Os fluxos migratórios ocorreram da zona rural no caso de D. Rosa, que foi expulsa e se viu abandonada, buscando na cidade o abrigo para sua família. Sônia e Carlos migrantes de outro Estado foram atraídos pela possibilidade de um emprego e uma casa própria na cidade em que abrigava a família de Carlos. A família de Rita e a do Sr. João movimentaram-se dentro do espaço da própria cidade, este fluxo migratório é chamado de migração intra-urbana. Essas migrações foram movidas pela esperança que as famílias carregam em si de encontrar um espaço para fixar moradia.

Outro fator importante de ressaltar nas falas dos entrevistados é a questão da violência, este aspecto está presente no assentamento João Turquino desde sua origem, uma vez que era visto como ponto de referência para assuntos relacionados à violência, drogas, assaltos e seus moradores eram rotulados como marginais, perigosos como Sr. João nos relatou em sua entrevista.

Além de enfrentar um processo de exclusão materializado na falta de emprego regular, habitação precária, alimentação deficiente, residência em local inseguro em função da violência atrelada ao tráfico de drogas, enfrenta ainda o preconceito dos demais habitantes da cidade, sobretudo quando procuram um emprego. Esta imagem está diretamente ligada a fatos noticiados em jornais que acabam por influir na opinião pública que sempre será negativa. Sr. João nos relatou

que o endereço é uma barreira para o emprego: Não bastassem as dificuldades do mercado de trabalho, quando as pessoas falam onde moram, na mesma hora mudam de cara e dizem que não precisam mais (João).

Neste sentido, talvez uma das contribuições mais significativa para a comunidade foi as últimas reportagens veiculadas nos jornais que tem chamado atenção para o bairro (Anexo B6): Bairro de cara nova: João Turquino repaginado. O projeto Habitar Brasil trouxe asfalto para ruas da vizinhança, de brinde os moradores ganharam dias de paz (Folha de Londrina, 29/01/2006). Nesses três anos de convivência com a comunidade pudemos constatar que a violência diminuiu, pois aparentemente distintas as melhorias que foram executadas no assentamento João Turquino inter-relacionam-se, pois o asfalto possibilitou uma maior segurança no local.

Assim a despeito das pequenas diferenças nas visões da exclusão social, ressalta-se como elemento comum, o caráter presente na maioria dos trabalhos que enfatizam as responsabilidades da sociedade e do governo pela inclusão dos considerados excluídos, por exemplo através de programas sociais específicos.

A comunidade conquistou um importante projeto de urbanização, através da parceria com o governo federal e municipal concretizando o programa Habitar Brasil BID que iniciou suas atividades em 2004 no local. No escopo do Projeto Integrado estava o remanejamento das famílias que ocupavam áreas de fundo de vale e institucionais, permitindo tirar essas famílias da clandestinidade, da ilegalidade e propiciar uma moradia digna e regularizada.

O assentamento João Turquino era uma região com uma configuração bastante diversificada do restante dos bairros da cidade e que pode ter essa situação revertida a partir da concretização de um projeto que segundo os entrevistados, nunca tinham visto em um só lugar tanta benfeitoria realizada ao mesmo tempo.

Pudemos acompanhar esse processo junto as famílias antes e depois da remanejamento e através da operacionalização de um programa de urbanização, este eliminou os principais problemas vivenciados por essa comunidade, inclusive o da moradia.

Após o remanejamento pudemos conferir junto as famílias entrevistadas, que essa nova moradia representa o concreto, uma aspiração de

longa data, a busca, a conquista e através dos depoimentos, as vivências, os sofrimentos expressam mais do que o “sonho”, principalmente quando o sonhado é algo que compõe o necessário, o básico para sua reprodução e seu por direito. O significado da moradia de maneira geral é entendido envolto a uma valorização socialmente construída, idealizada enquanto algo que indica segurança, estabilidade e até mesmo “status social”.

Os desafios enfrentados em Londrina nos setores habitacionais são imensos e conforme alguns casos são opressivos, com pobreza generalizada e muita desigualdade.

E quando nos referimos ao direito a moradia, entendemos como integrante da categoria dos Direitos Sociais, que para ter sua eficácia jurídica e social, pressupõe ação positiva do Estado por meio da execução da política habitacional, articulada as outras políticas.

Através dos resultados ainda parciais da implementação do projeto Integrado Habitar Brasil BID, torna-se possível conceber e consolidar novas estratégias de enfrentamento a grave crise habitacional, a medida que contribuem com a consolidação de novas perspectivas e programas de interesse social.

REFERENCIAS

ALEGRE, M. **Estrutura da população brasileira** – tópicos e realce para São Paulo, Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.

ALVES, C. **Dinâmica espacial de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina** – os conjuntos habitacionais. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

ANDRADE, J.B.T. Desenvolvimento sustentado e meio ambiente. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas Sociais. Brasília: UNB, Centro de educação Aberta Continuada a Distância, 2000.

ANDRIOLI, Tatiana C. Caricati. **Mobilidade e moradia no processo de produção do espaço urbano de Londrina** – PR: da ocupação à legalização da moradia urbana. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ASARI, Alice Y ; TUMA, Magda. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina**. (Documento consulta). Londrina: PML, SMEC, DE, AIS, 1978.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: imperialismo, a expansão do poder. Rio de Janeiro. Documentário, 1976.

AZEVEDO, S. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: QUEIROZ, Luiz César de, Ribeiro e AZEVEDO, Sérgio de. (Orgs.) **A crise da moradia nas grandes cidades**: da questão habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Guia operativa para vivienda**. Política de desarrollo urbano y vivienda. Departamento de Desarrollo Sostenible. Divisiona de Programas Sociales. Washington, setembro de 1999. Disponível em www.iadb.org/sds/doc/SOC111s.pdf> acessado em 20 de setembro de 2005.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos partida**. Disponível www.fecap.br/adm_on_line/art14/barueri.htm > acessado em 06/09/05.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contexto. In: CASTRO, Iná E de. et al (Orgs.) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

BENEVIDES, M. V. M. **A Cidadania Ativa**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **Democracia e Cidadania**. Cajamar: Instituto Cajamar, 1992.

BEZERRA, M.C.L. e FERNANDES, M. A. (coord.) **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da agenda 21 brasileira**. Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. Consórcio Parceria 21.IBAN – ISER – REDEH, Brasília, 2000.

_____; BURSZTYN, M. (Coord.) **Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis; Consórcio CDS/UnB/ADIPTI, Brasília: 2000B.

BRASIL. Ministério do Interior. **Programa Nacional de apoio às migrações internas**. Brasília: Ministério do Interior. Secretaria de Planejamento, 1980

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**, 9. Ed. Malheiros, 2000.

BUARQUE, Cristovam et al. Um pouco da história do Bolsa Escola. In: **Serviço social & sociedade** - fórum social, gestão de política. Nº 66, ano XXII, julho de 2001. São Paulo: Cortez, 2001.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BUSSINGER, Vanda Valadão. Fundamentos dos direitos humanos. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 53. São Paulo: Cortez, março de 1997.

BRAVO, M. I. de S. & PEREIRA, P. A. P. **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

CEM – Centro de Estudos Migratórios. **Migrações no Brasil**: o peregrinar de um povo sem terra. São Paulo: Paulinas. 1986.

Constituição Federal. Republica Federativa do Brasil – Brasília: 1998.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Documento interno elaborado pela área de Desenvolvimento Urbano**. Brasília: 2003.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Manual de operacionalização do Programa Habitar Brasil Bid**. Brasília: 2003.

_____. **Caderno de orientação técnica social para o Programa Habitar Brasil BID – COTS-HBB** – Brasília: 2003.

_____. **Manual do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais** – UAS. Brasília: 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania no Brasil. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da Cidade** - guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados / Instituto Polis, 2001.

CAMPANÁRIO, Milton A. O mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo. In: KRISCHKE, P. J. **Terra de habitação x terra de espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

CAMPOS, André et al., (Orgs.) **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica e manifestação territorial. Volume 2. São Paulo: Cortez, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre cidades. São Paulo: Contexto, 2003.

COHAB-LD. **Projeto Participação Comunitária dos Assentamentos João Turquino e Maracanã**. Londrina: COHAB-LD/Prefeitura Municipal de Londrina, 2002.

COUTINHO, C.N. **Contra a corrente: Ensaio sobre a democracia e socialismo**. São Paulo, Cortez, 2000 .

COUTO, B.R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo, Cortez, 2004.

COVRE, M. L. M. Capital monopolista: da cidadania que não temos à invenção democrática. In: COVRE, M. L. M. (Org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELGADO, Guilherme C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: AZMRECSÁNYI, Iamós; SUZIGAN, Wilson (Orgs.) **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

DESCHAMPS, Marley; KLEINKE, Maria de Lourdes U. **Para onde seguem os migrantes paranaenses?** Curitiba: 1999. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 10/09/2005

Diagnóstico sobre a capacidade institucional no município de Londrina no setor urbano/habitacional. COHAB/LD – 2001.

Diagnóstico socioeconômico Bacia do Jacutinga. Londrina: 2004.

DI SARNO, D. C. L. **Elementos de direito urbanístico**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

DORES, Júlia Luciana P. das. **Exclusão social, políticas públicas e representações sociais na cidade de Londrina – PR: um olhar sobre o assentamento urbano Jardim Maracaná.** 2005. Dissertação (mestrado) – UEP – Presidente Prudente.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DURHAM, E. R. Movimentos sociais – A construção da cidadania. **Novos Estudos,** São Paulo, n. 10, p. 24-30, out. 1984.

ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos Municípios e Cidadãos.** Produzido pela Câmara dos Deputados, Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Caixa Econômica Federal e Instituto Polis. Brasília, 2001.

FERNANDES, Edésio. **Direito urbanístico e política urbana no Brasil: uma introdução.** In: _____. (org.) **Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil.** Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

_____. **A Produção Socioeconômica, Política e Jurídica da Informalidade.** In Regularização da Terra e Moradia. O que é e como implementar. Brasília, 2003.

FERREIRA, Maria E. G. **A saúde e o ambiente no assentamento urbano Jardim União da Vitória – Londrina – PR.** 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil.** Belo Horizonte: 2001.

FRANCO, J.B.S. O papel da Empraba nas transformações do Cerrado. In: **Caminhos de Geografia – Revista On line** : IG/UFU, mar/2001.

FREITAS, M. T. S. **A Abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa.** Cadernos de Pesquisa, F.C.C. nº 116, 2003, São Paulo. _____; S. J. Kamer Sonia. Fonte. In: **Ciências Humanas e Pesquisa,** São Paulo: Cortez, 2003.

FRESCA, Tânia Maria. **Transformações da rede urbana do Norte do Paraná: estudo comparativo de três centros.** 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da FFLCH, Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina/PR. In: MARANDOLA JR. et al. (Orgs.). **Geografia, Ciência e Filosofia: interdisciplinaridade e interfaces de conhecimento – contribuições científicas da XVIII Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina.** Londrina: Humanidades, 2002.

GUERRA, F.W.S. A dimensão processual dos direitos fundamentais e a constituição. In: **Revista de Informação Legislativa.** Brasília, Senado Federal n. 137 jan/mar 1988.

GUIMARÃES, A . P. . **As favelas do Distrito Federal.** Rio de Janeiro: Revista de Estatística, ano 14, 2000.

GONÇALVES, M. C. V. **Favelas teimosas: lutas por moradia.** Brasília: Thesaurus, 1998.

GROSTEIN, M. D. MetrÓpole e expansão urbano: a perspectiva de processos insustentáveis. In: **São Paulo em perspectiva.** São Paulo: 2001.

HOLTHAUSEN, Carlos. **Agenda 21: o caminho da dignidade humana.** Florianópolis: Papa-livro, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 1998.

IBGE. **Censo Demográfico - Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico - Paraná.** Contagem da População. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Escola de Serviços Urbanos – ENSUR. **Curso Plano Diretor e Estatuto da Cidade.** Brasília , 2001.

IPARDES. **Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990.** Curitiba: IPARDES, 1983.

IPPUL. **Habitação de baixa renda no âmbito municipal:** habitação e políticas públicas em cidades médias – o caso de Londrina. Londrina: IPPUL, 1996.

INSTITUTO Polis. **Regularização da terra e moradia** – o que é e como implementar. Brasília: 2004.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. **Cadernos do Programa Habitar Brasil/BID.** V1. Política Municipal de Habitação. Orientações para formulação e implementação. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, agosto, 2001.

JANNUZZI, M. P. **Indicadores sociais no Brasil.** Campinas: Alínea, 2003.

JACOBI, Pedro; MACEDO, Laura Valente. **Consciência cidadã e poluição atmosférica na região metropolitana de São Paulo – R.M.S.P.:** reflexões e propostas. CEPAL e PROCAMP/USP, 2000.

_____. **Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia.** In: Espaços e debates. Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo: Cortez, 1982.

LEFÈBVRE, H. Industrialização e urbanização. Noções preliminares. In: **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LORENZETTI, M. S. B. **A questão habitacional no Brasil.** Câmara dos Deputados, Brasília, 2001. Disponível em www.camara.gov.br/internet/diretoria/contg/estudos107075. acessado em 10/12/2005.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In: **São Paulo em Perspectiva.** out./dez. 2000, vol.14, no.4, p.21-33. ISSN 0102-8839.

_____. **Habitação e cidade.** São Paulo: Atual, 1997.

_____. HABITAT e a exclusão social no Brasil. In: **Encontro Paranaense para o HABITAT II** – Assentamentos humanos para o Século XXI: a criação de um novo cenário. Curitiba: IPARDES, 1995.

MARCHI, Daniela. **Programa Habitar Brasil BID - Região Chico Mendes**. Uma análise sobre o processo de implementação no período de 200 a 2003. – Monografia (Serviço Social) Florianópolis:, UFSC , 2004.

MARHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar,1967.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Exclusão social e nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, M. L. R. Efetividade e permanência da regularização em assentamentos urbanos precários. In: **Boletim eletrônico INIB-AMORE**. São Paulo: 2003.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectiva pra o fim do século. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas,1994.

MARSIGLA, R.M.G. O projeto de pesquisa em serviço social. Capacitação em serviço social e política social – módulo V, **Intervenção e pesquisa em serviço social**. Brasília: UNB, 2001.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

MORO, D. A. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge G. (org.). **Geografia social e agricultura do Paraná**. Maringá: UEM/PPGG, 2001.

MENDES, Judas Tadeu G. (Coord.). **Londrina: diagnósticos e caminhos**. Curitiba/PR: UFPR, 1993.

MINISTÉRIO das Cidades. **Política Nacional de habitação**. vol.4, Brasília, 2004.

NASCIMENTO, E. P. do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

OLIVEIRA, F.de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Anpocs, ano 12, n. 33, p. 49 – 60, fev., 1997.

OLIVEIRA, R. S. Comentários ao Estatuto da Cidade. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002.

OSORIO, Letícia Marques. Concessão do Direito Real de Uso. O avanço da legislação de Porto Alegre. In: SAULE Jr., Nelson (org.). **Direito à cidade**: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

OSORIO, Letícia M. e MENEGASSI, Jacqueline. A Reapropriação das cidades no contexto da globalização. In: OSORIO, Letícia M. (org.) **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana**: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

PAZ, O. R de. **Dimensões e Indicadores de Participação na Avaliação de Programas Habitacionais**. 2002. Tese (doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

PEDROSO, E. A.; SILVA, T.N.da. **O Desenvolvimento Sustentável e a Abordagem Sistêmica e as Organizações**. Disponível em www.read.adm.ufrgs.br/read18/artigo/artigo3htm > acesso em 15/09/2005.

PEREIRA, A. P. **Política social, cidadania e neoliberalismo**: reflexões sobre a experiência brasileira. Curso de Especialização à Distância: Política Social e Desenvolvimento Urbano. Módulo I. 5 UNB – Brasília, 2005.

POVOA - GUIMARÃES, B. A reforma do estado e a política de habitação popular. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 78. São Paulo: Cortez, julho de 2004.

PRANDINI, N. Aspectos da geografia urbana de Londrina. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo. V6, 1951-1952.

KLEINKE, Maria de Lourdes U.; DESCHAMPS, Marley; MOURA, Rosa. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos cconvergentes. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 1999.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOTHARI, Miloon. **Relatório do Relator Especial sobre a moradia adequada como componente do direito a um adequado padrão de vida**. Brasília 2004.

RAMIRES, J. C. L.; SANTOS, M. A. F. Exclusão social em Uberlândia: algumas reflexões a partir do Bairro Dom Almir e seu entorno. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia: IG/UFU, 2001.

REPÚBLICA Federativa do Brasil. Relatório Nacional Brasileiro. **Segunda Conferência Mundial das Nações Unidas sobre assentamentos humanos**. HABITAT II. Istambul, Ministério das Cidades 1996. Disponível em <www2.mre.gov.br/dts/relatórios-habitatii.doc> acesso em 20/09/05.

REPÚBLICA Federativa do Brasil. **Relatório dos Relatos Especial sobre a moradia adequada como componente do direito à um adequado padrão de vida**. Brasília, fevereiro, 2004.

REZENDE, Maria José de. As desigualdades sociais. In: TOMAZI, Nelson Dacio (Coord.). **Iniciação a Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, LCQ.; LAGO, LC. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Arlete M. **Moradias nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROJAS, C. B. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. São Paulo, Cortez, 2004.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 72. São Paulo: Cortez, novembro de 2002.

_____. Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. **Revista Polis**, nº 29, São Paulo, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. IN: Costa, A. O; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. In: **Travessia**, janeiro-abril/2000 – p.33-43.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. Portugal: Gradiva, 1998.

SANTOS, Milton. Alguns aspectos da crise urbana na América Latina. In: **Ensaios sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993

SANTOS, W.G. dos. **Cidadania e Justiça: política social na ordem brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SAWAIA, Bader. **Exclusão ou inclusão perversa?** Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, M. O. da S. YASBEK, Maria Carmelita e DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo, Cortez, 2004.

SILVA, L. L. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre a década de 60 e 80. In: **Caminhos de Geografia – Revista ON-LINE**. Uberlândia: IG/UFV, 2000.

SILVA, J. A. S. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

SILVIA, W. R. da; MELCHIOR, L. Estruturação urbana sob o contexto da mobilidade populacional em Londrina. In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. VII, nº 341, 2002.

SINGER, P. Um mapa da exclusão social no Brasil. In: PASSETTI, Edson. et al. **Modernidade, globalização e exclusão**. São Paulo: Imaginário, 1996.

_____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SUGAI, J. J. **O direito constitucional à moradia e os instrumentos jurídicos para sua efetividade**. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – São Paulo, PUC, 2003.

SUZIGAN, Wilson (Orgs.) **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SPOSATI, A. (Coord.). **Mapa da Exclusão/Inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. A exclusão social e o programa de Renda Mínima. In: **Serviço social & sociedade** – fórum social, gestão de política. N.º. 66, ano XXII, julho de 2001. São Paulo: Cortez, 2001.

TAVARES, A. Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Saraiva, 2002.

TEIXEIRA, E. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

VALIN, Ana. **Migrações: da perda da terra à exclusão social**. São Paulo. Atual, 1996.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

WEFFORT, Francisco. Marx: a política e a revolução. In: **Os clássicos da política**. São Paulo, Ática, 1991, v. 2.

VÉRAS, Maura P. B. (Ed.). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP. Lincoln Institute, 1998.

WEFFORT, F. C. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, B.; WEFFORT, F. C.; BENEVIDES, M. V. M. **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: Taq, 1981.

YOSHIDA, Consuelo. **Poluição em face das cidades no direito ambiental brasileiro**: A relação entre degradação social e degradação ambiental. Tese (Doutorado em Direito das Relações Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANEXOS

ANEXOS A

ANEXO A1 – Formulário aplicado nos moradores da Poligonal em 2002

Nº Matrícula

Data:	Pesquisador:	Supervisor:
-------	--------------	-------------

DADOS RESIDENCIAIS

1. Quadra				2. Data			
3. Bairro:				4. Município:		5. U.F	6. CEP
L O N D R I N A				P R			
Procedência anterior:				Bairro		Nº	Município
Endereço:				Bairro		Nº	Município
Tempo de moradia:							
De 01 a 05 anos				acima de 06			

DADOS PRIMÁRIOS DA FAMÍLIA

1. Nome do chefe							
2. Nome do cônjuge							
3. Data de Nascimento		4. Município de Nascimento				5. U.F.	6. Sexo
							M F
7. Grau de instrução:		1º Grau		1.º Grau		Curso Técnico	
Analfabeto		IN COM		IN COM		IN COM	
IN COM		IN COM		IN COM		IN COM	
8. Estado civil:		Casado		Divorciado		Separado	
Solteiro							
9. Situação de trabalho		10. Renda do chefe					
Carteira Assinada		03 salários a 04 salários 05 a 06 salários					
S N							
11. Nº Residentes no Domicílio				12. Quantos trabalham no Domicílio			
13. Situação de Trabalho							
Assalariado		Aposen./Pensionista		Autônomo		Outros	
14. Ramo de Atividade							
Indústria		Comércio		Prestação de serviço		Serviço Público	

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

1. Algum membro da família participa de Atividade Comunitária participa?..... Quais? S N Quem
- Associação moradores
- Associação de Pais e Mestre
- Associação Religiosa
- Associação Esportiva
- Conselhos Comunitários
- ONG's
- Outros _____
2. Acha importante a participação? S N
3. Você teria interesse em participar de um programa de melhoria para seu bairro? S N

ANEXO A2 – Roteiro de entrevista com as famílias

ROTEIRO DE PERGUNTAS APLICADOS NAS ENTREVISTAS

1. Antes de vir para o João Turquino, qual era o local da sua moradia, e se era alugada, cedida ou casa própria.
2. Como era constituída a família antes de vir para o assentamento João Turquino? E atualmente?
3. Quando e como vieram para o assentamento? Como ficou sabendo da ocupação?
4. Quando chegaram pegaram o início da ocupação?
5. Quais eram as condições de infra-estrutura do local?
6. Havia algum grau de parentesco, ou amizade entre as famílias por ocasião da ocupação?
7. Havia algum pagamento de prestação para COHAB-LD?
8. Foi orientado que a área de ocupação era área de fundo de vale ou área institucional?
9. Quanto tempo passaram construindo a casa?
10. A família gosta de morar neste local?
11. Quando foram avisados de que deveriam sair do local?
12. Quando soube que ia ser remanejado quais os sentimentos tomou conta da família?
13. Como recebeu a proposta de mudança para a moradia oferecida pelo poder público?
14. O que você avalia como importante desse processo de mudança e da regularização fundiária?
15. O que acha do remanejamento? Quais os pontos positivos e negativos do projeto como um todo?
16. O que significa a nova moradia e quais seus sonhos e planos com a nova moradia?

ANEXO B

Anexo B1 –Barracos de fachada são derrubados pela COHAB-LD



Derrubada de barracos tem objetivo de inibir comércio de lotes

Barracos de 'fachada' são derrubados pela Cohab

Célia Baroni
Reportagem Local

A compra e venda de lotes de terrenos invadidos e assentamentos é ilegal, mas é tão velha quanto a miséria. Para inibir este comércio, a Companhia de Habitação (Cohab) de Londrina está derrubando os barracos construídos como "fachada".

Só nos jardins Maracanã e João Turquino (zona oeste) a Cohab tem cadastrados cerca de 100 lotes nesta situação. Ontem, funcionários da Cohab derrubaram seis barracos na região. A madeira e eventuais peças colo-

cadas dentro dos barracos são devolvidas aos "donos", sempre que eles se apresentam.

"Temos 121 famílias morando em fundos de vale naquela região e que estão realmente precisando de um lugar para morar", afirmou o presidente da companhia, Carlos Eduardo de Afonseca e Silva. O levantamento foi feito através de visitas domiciliares, casa por casa. "Quando o barraco está lá só para comércio, não tem nada dentro e quando tem dá para ver que não é utilizado", contou.

Estes loteamentos populares são feitos pela Cohab a custo mí-

nimo para as famílias carentes. Uma vez regularizados, a prestação varia de R\$ 15,00 a R\$ 20,00. Para ter uma idéia, há pouco mais de um ano, a Cohab registrou um caso em que o lote foi trocado por uma galinha, um botijão de gás e R\$ 80,00. Hoje um lote no assentamento chega a ser comercializado por R\$ 800,00.

Nem o cadastramento, feito para controle, tem sido o suficiente para impedir a ação das pessoas de má-fé. "Derrubar os barracos e destiná-los a outras famílias de forma ágil é a única forma de evitar que o comércio continue", enfatizou Afonseca.

Moradores negam compra de lotes

Enquanto a equipe da Cohab desmontava o barraco na quadra 09, data 14, no Maracanã, a cabeleireira Maria Lúcia Florentino Claudino, 34 anos, chorava. Ela confirmou que não havia ninguém morando no local, mas garantiu que a situação é provisória, até conseguir juntar o suficiente para melhorar seu barraco.

"Lá não tem nem banheiro e eu não tenho dinheiro para comprar uma cama. Tudo que tem aqui dentro é da minha mãe. Não podia viver lá com meus filhos", ale-

gou. Maria Lúcia tem cinco filhos (entre cinco e 13 anos).

No barraco, havia apenas uma carcaca de geladeira, um pequeno móvel quebrado e um tanque. A cabeleireira contou que comprou o lote por R\$ 800,00. "Vendi uma moto que eu tinha. Agora fiquei sem nada", acrescentou. Ela garantiu que não sabia que o comércio era ilegal.

A mesma história é contada pela bôia-fria desempregado Armando Seiboth: Ele comprou um lote no João Turquino por R\$ 500,00 e construiu um barraco para morar com os filhos de 10 e 11 anos. O barraco foi derrubado ontem e quando ele buscou explicações na Cohab foi informado de que a casa estava abandonada. "Eu

passo o dia todo na rua tentando arrumar um trabalho e ganhar um pouco de dinheiro para manter meus filhos", justificou.

Segundo a Cohab, Maria Lúcia tem uma casa no Jardim União da Vitória (zona sul), que está sob juízo. A casa estava vazia, acabou sendo colocada à venda, acabou sendo ocupada por outra família que agora disputa a posse do imóvel.

Suspeita também é a situação de Seiboth, segundo informações da Cohab. Ele e os filhos estão morando em um lote próximo ao barraco que o bôia-fria diz ser dele e a Cohab derrubou. Seiboth afirmou que o suposto dono da casa pediu o local até ele melhorar o seu. Mas a Cohab tem provas de que ele comprou os dois lotes.

ANEXO B2 – Bairro obedece à “Lei do Silêncio”

4 Cidade

FOLHA DE LONDRINA, quarta-feira, 10 de abril de 2002

Bairro obedece à lei do silêncio

Para não serem expulsos de suas casas, moradores do Conjunto João Turquino cumprem normas estabelecidas pelos bandidos

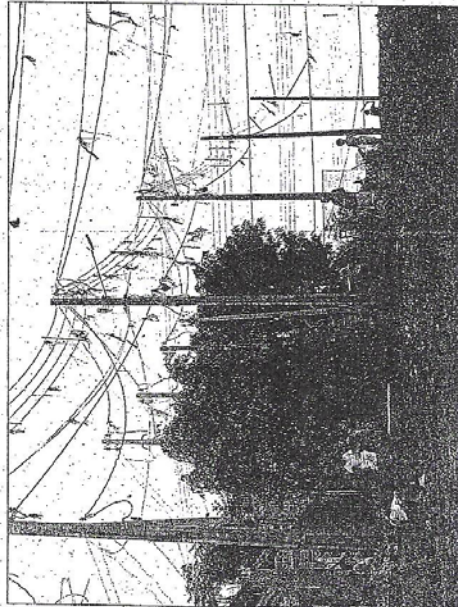
Érika Pellegrino
Reportagem local

A “lei do silêncio” ainda é o código de conduta seguido a risca pelos moradores do Conjunto João Turquino (zona oeste de Londrina). Na opinião de muitos deles, o policiamento no bairro melhorou nos últimos três meses. Mas são raros os que transgiram a norma instituída pelos marginais que moram no local identificá-los.

A Folha esteve ontem no João Turquino e conversou com vários moradores. Nenhum deles quis se identificar. A reportagem verificou que aqueles que moram nas ruas da entrada do bairro estão mais tranquilos quanto ao policiamento. “Nos últimos três meses, a situação melhorou bastante”, afirma uma moradora.

No centro do bairro os moradores afirmam que se comparado ao ano passado, hoje há mais policiamento, mas não diariamente. “As vezes ficamos seis dias sem ver uma viatura”, diz outra moradora. Com ou sem polícia, os moradores são unânimes quanto à postura a ser tomada para aqueles que não querem ser expulsos de suas casas: “eu não virada, não sei de nada”.

Os moradores do João Turquino desentrevistaram o que chamam de “relação de convívio” com os bandidos. “A gente passa por eles, cumprimenta, mas em hipótese nenhuma denunciar para a polícia”, afirma uma moradora. “Se a gente não vai prender a gente vai sofrer as consequências”.



Moradores dizem que o policiamento no bairro melhorou

Eles colocam fogo nas casas, expulsam do bairro”.
Aqueles que cumprem a lei estabelecida têm até proteção dos bandidos. Uma moradora afirma que mora no bairro há seis meses e teve sua casa assaltada apenas uma vez. “Eles (os assaltantes) mesmo deram uma lição no rapaz que fez isso”, conta. Ela afirma que conhece os bandidos. “São meninos que eu vi crescer. Tem pelo menos uns 30 deles, alguns até com orelhões”, afirma.

Outra moradora conta que convive com os marginais e obedece a “lei” de nunca denunciar. Ela afirma que já viu policiais no bairro, mas que eles não entram para investigar. “Se a gente denuncia, eles vão vir aqui e colocar fogo na casa”, afirma. “Eu não quero ser expulsado”, diz outra moradora. “Se a gente denuncia, eles vão vir aqui e colocar fogo na casa”, afirma. “Eu não quero ser expulsado”, diz outra moradora.

Em entrevista à Folha, na segunda-feira, o comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar (5º BPM), coronel Rubens Guimarães, afirmou que as pessoas precisam ajudar a polícia e denunciar através do Disk Denúncia (151). Ele afirmou ainda que estão sendo feitos arrastões no João Turquino, e que uma viatura da PM está diariamente no bairro.

ANEXO B3 – Bairros reivindicam terminal de ônibus

Folha de Londrina/Folha do Paraná

FOLHA
C I D A D E S

Quarta-feira, 23 de fevereiro de 2000

5

afirmar, no caso de estarmos errados, a inclusão dos estudos de câncer também ainda não pôde ser feita. E.P.

Bairros reivindicam terminal de ônibus

Lino Ramos
De Londrina

A União Londrinense em Defesa da Moradia Popular está realizando um abaixo-assinado junto aos moradores do Jardim João Turquino e bairros vizinhos cobrando a construção de um terminal do transporte coletivo na zona oeste da cidade. O presidente da entidade, Aroldo Costa, protocolou requerimento, na Companhia Municipal de Urbanização (Comurb) pedindo a instalação do terminal e seguiu que a obra fique localizada próximo ao Conjunto Habitacional Novo Bandeirantes, na PR-445.

Aroldo Costa afirma que os moradores da região costumam esperar até 50 minutos pelo ônibus que vai ao centro da cidade. Além disso o coletivo circula pela Avenida Maratona, mas não entra no bairro. Com a instalação do terminal, Costa entende que um ônibus alimentador poderá transportar os moradores dos bairros até o terminal. Seriam oito quilômetros a menos para o

ônibus até aqui e outro ônibus iria direto desse terminal até o "centro", sugere.

Para o líder comunitário, além do alimentador, a linha 314 que hoje sai do Jardim Bandeirantes poderia seguir pela Maratona passar pelo interior do João Turquino e seguir até o Parque Unversidade. As linhas 305 e 307 também poderiam atender aos usuários da região de João Turquino. Para completar o sistema de transporte coletivo, Aroldo Costa sugere a construção de outro terminal na zona sul, permitindo a ligação da zona oeste com a zona sul por uma linha expressa, mais conhecida por "Rápido".

O diretor de transportes da Comurb, Carlos Klamas, garantiu que a Comurb irá fazer um levantamento sobre a demanda de passageiros na região oeste para verificar a necessidade da construção de um terminal. Mas segundo ele a obra também vai depender de estudos da Secretaria Municipal de Obras e Instrução de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (ppru).

ANEXO B4 – Estigma da Pobreza

Sexta-feira, 7 de julho de 2000

FOLHA CIDADES

Folha de Londrina/Folha do P

JOÃO TURQUINO

Estigma da POBREZA

Moradores de bairro da zona oeste de Londrina lutam para se livrar da discriminação social devido à carência e à violência

Osmani Costa De Londrina

Os moradores do Jardim João Turquino, no extremo oeste de Londrina, enfrentam um drama que no passado incomodou as populações dos bairros Novo Amparo (década de 80), da zona leste, e jardins União da Vitória (início dos anos 90), na zona sul. Localizada na divisa com o município de Cambé (13 km a oeste de Londrina), o João Turquino reúne uma comunidade marcada pela discriminação social devido à carência de suas famílias e o registro de constantes atos de violência e ocorrências policiais.

O problema é que a violência existe, conforme os boletins de ocorrência da polícia registram. E as notícias se espalham - criam uma imagem negativa do bairro. "Estamos muito preocupados com esta imagem errada que está sendo formada sobre o João Turquino. A maioria das famílias daqui é gente de bem. Pobres, sim, mas violentos, não. A violência acontece em todo lugar, mas é causada por uma minoria de vagabundos e bandidos que precisam ser presos", afirma o presidente da Associação dos Moradores, o motorista Rubismar Iani. O delegado do 3º Distrito Policial (19P) Valdir Abraão da Silva, tem opinião parecida. "Este estigma de violência é herança do passado, de quando o bairro ainda era uma invasão de sem-teto. Naquela época, realmente ocor-

reram alguns latrocínios e assassinatos com requintes de crueldade. Mas a normalidade vai aos poucos sendo estabelecida por lá", comenta Silva, ressaltando que alguns homicídios foram causados em consequência da cultura rude dos moradores, vindos da zona rural.

"A discriminação, como vimos em casos anteriores, não resolve o problema. Pelo contrário, ela só aumenta, porque gera mais desemprego, mais dificuldades e mais violência", afirma o delegado do 3º DP, responsável pela região oeste da cidade. De acordo com ele, a maioria dos moradores do João Turquino é formada por pessoas ordeiras e trabalhadoras.

No mês passado aconteceu mais um homicídio no bairro.

Foi o terceiro do ano. Mas as polícias Civil e Militar não têm dados precisos sobre a incidência dos crimes no local.

Nestes quatro anos de existência da comunidade. "Mais segurança é prioridade para nós. A população anda meio assustada e está chocada com as mortes brutais", diz o vigilante Valdeir Tomazelli, lembrando que o João Turquino não conta com módulo da PM.

A diarista Neide dos Santos também está preocupada com a falta de policiamento mais constante no bairro. "A gente se sente insegura. À noite é perigoso, não dá para arriscar a sair pelas ruas sem um motivo muito forte", comenta. A presidente da Associação Feminina do bairro, a

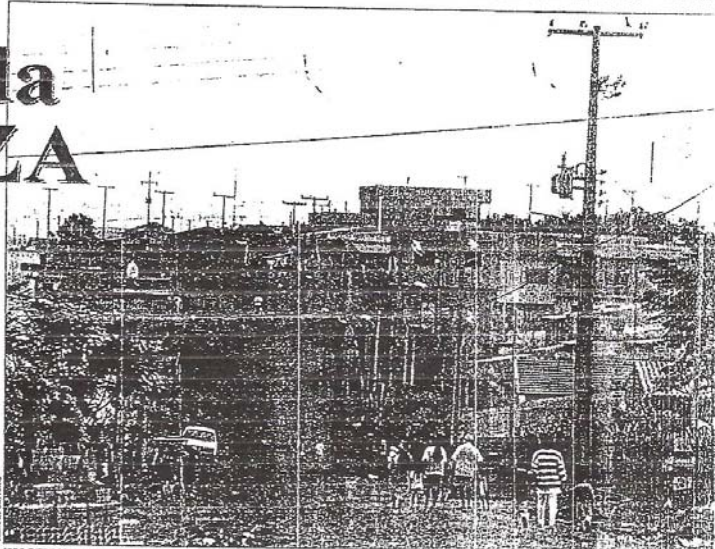


IMAGEM NEGATIVA

Quatro mil pessoas moram no João Turquino, que surgiu de uma invasão de sem-teto: o estigma da violência é herança do pass;



Neuci de Souza: dificuldades no emprego

merendeira Neuci Aparecida de Souza, afirma que a imagem de violência realmente dificulta os moradores na hora de procurar um emprego. "Segundo ela, as empresas dificultam a contratação quando descobrem que o candidato reside no João Tur-



Valdeir Tomazelli diz que falta módulo da PM

quino. "Isto é uma injustiça. É só colocar na ficha que é daqui e as pessoas já acham que somos vagabundos ou bandidos. Esta imagem é distorcida. Aqui, a maioria é honesta e sofre muito com o desemprego e a pobreza", res-salta.

Bairro sofre com a falta de esgoto e pavimentação

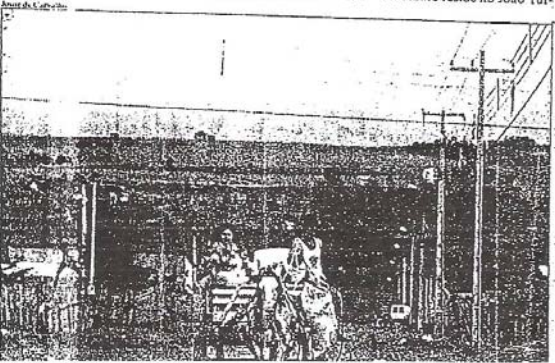
Não só a desfofada imagem de violência atropalha a vida dos moradores das 850 famílias do João Turquino, bairro que nasceu no início de 96 com a transferência para o local de famílias de sem-teto invasoras de áreas em outras regiões da cidade. Os maiores problemas atuais são a falta de rede coletora de esgoto, do asfalto e de um posto de saúde.

"Quando estamos sem chuva, como aconteceu recentemente, a poeira causa doenças nas crianças. Quando chove, a lama invade as casas e o barro dificulta a gente andar pelas ruas", reclama a diarista Neide dos Santos, mãe de Rafael, 5 anos. "Quando precisamos de assistência médica,



Neide dos Santos se preocupa com a falta de policiamento. À noite é perigoso, não dá pa arriscar a sair pelas ruas sem um motivo muito forte

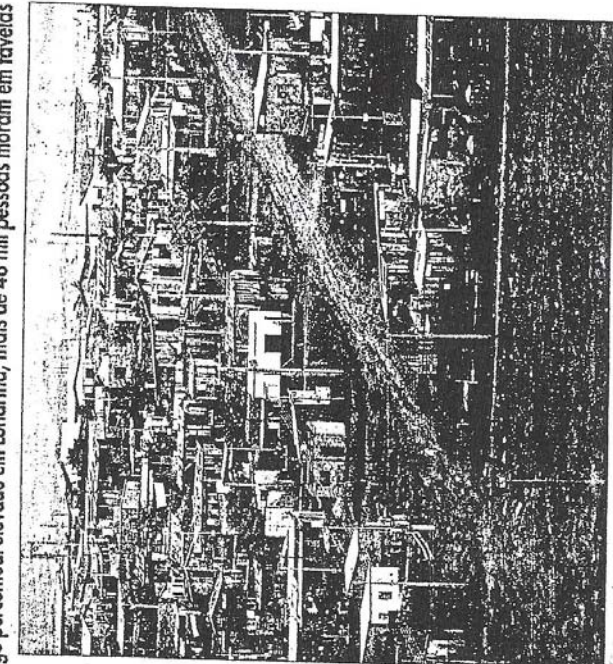
do o assentamento, abrindo as ruas com apoio da Secretaria de Obras e regularizando a posse dos terrenos para as famílias. Chegaram as redes de água encanada, energia elétrica e telefone. Apesar disto, não temos



Área do bairro

Miséria atinge 160 mil londrinenses

Apesar do crescente índice de desenvolvimento humano, linha da pobreza atinge percentual elevado em Londrina; mais de 48 mil pessoas moram em favelas



POBREZA ABSOLUTA
Jardim Maracá (acima), na zona oeste de Londrina: casas simples de madeira ocupam os lotes urbanos; ao lado, o doutor e PhD em sociologia João Batista Filho, autor de uma pesquisa de campo. "A primeira conclusão é que está havendo uma segregação sócio-espaacial cada vez mais acentuada na cidade. A segunda é que a população de baixíssima renda está encerrando-se..."



Londrina vive hoje um momento paradoxal. Terceira maior cidade do sul do País e segunda do Paraná, apresenta um índice de desenvolvimento humano (IDH) crescente. O IDH é um índice criado em 1990 para medir o desenvolvimento de um município, regido ou País e leva em conta não só o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, como também a expectativa de vida de uma população e o grau de maturidade educacional (taxa de alfabetização de adultos e taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino). Apesar disso, a cidade está cercada pelo desemprego, miséria e, pior, pela fome.

Segundo dados da Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-LD), atualmente quase 48 mil pessoas - mais de 10% da população - vivem em favelas, assentamentos e ocupações pelo município total de 57 áreas espalhadas pelo município. A maioria em condições absolutas de pobreza, sobrevivendo com menos de um salário mínimo por mês.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1991 mais de 20 mil famílias viviam abaixo da linha da pobreza, com renda de US\$ 1 por dia. O censo de 2000 ainda não foi processado, mas levantou-se em conta a conjuntura populacional e dados da Secretaria Municipal de Planejamento que estimou, em 1999, cerca de 72 mil pessoas fora do mercado formal de trabalho, além das taxas nacionais de desemprego, pode-se dizer que o município enfrenta um quadro sério na questão da distribuição de renda.

A Secretaria Municipal de Ação Social estima que existem cerca de 160 mil pessoas em situação de risco pessoal e social, vivendo na linha da pobreza, com renda de até dois salários mínimos. Deitas, a secretaria aponta que quase 61 mil são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos; e cerca de 14 mil idosos potenciais usuários de assistência social.

Uma pesquisa de campo que está sendo concluída pelo Coordenador de Extensão à Comunidade (CEC) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) intitulada "Resgate da Cidadania, uma Questão de Direito" e realizada em 12 bairros carentes da cidade aponta que estes números podem ser ainda mais assustadores.

"A região Sul, a Suíça brasileira, também tem seu quinhão, e não é pequeno, de miseráveis e marginalizados. E pelo tamanho da cidade, o índice de excluídos é altíssimo, maior até que os de São Paulo, onde vivem milhões de excluídos", aponta.

Para João Batista, o quadro vem se agravando nos últimos anos pela "propaganda enganosa" praticada pelos governos estadual e municipais. "As pessoas pensam que as condições para natenses oferecem qualidade de vida e são atraídas por isso. Mas é só olhar o número crescente de subempregos - os camelôs no centro de Londrina são um exemplo, no comércio da cidade -, de subnutrição, de evasão escolar, que se percebe que são quadros estereotipados e que qualidade de vida não é termo a ser aplicado", afirma.

João Batista afirma que toda esta população marginalizada está chegando a um ponto de saturação. "A pessoa busca alternativas aquilo que é justo e natural a sobrevivência. Se o filho não passar mais que um mês sem passar fome, ele não consegue manter a família alimentada, morando tipicamente, vendendo e saudável com aquilo que ganha por seu trabalho, tudo isso reduzido em quê? Em violência - furtos, roubos, homicídios -, prostituição infantil, tráfico de drogas", explica.

Para ele, antes da cidade se mobilizar em torno de mais segurança, mais policiamento e construção de presídios, seria preciso uma mobilização em torno de uma reforma social profunda. "Não admito construções de cadeias caríssimas como solução para segurança. Construa escolas e feche escolas. Isso sim vai resolver. Escolas para formar, educar, alimentar a criança. Para dar uma perspectiva de vida que ela não tem hoje", critica.

ANEXO B8 – Medo expulsa moradores do Maracanã

Quarta-feira, 9 de abril de 2003

FOLHA cidade

Medo expulsa moradores do Maracanã

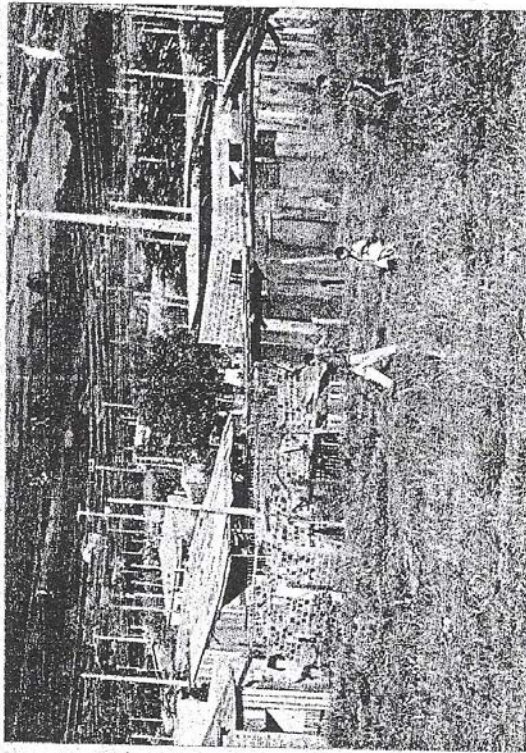
Pedidos de transferência de alunos são tantos que escola já fechou quatro turmas; preocupação é com a violência

Luciano Augusto
Reportagem Local

Do ponto mais alto do Jardim Maracanã, o lugar onde os moradores fazem a reunião de toda a comunidade, a poucos metros de distância, o barulho das crianças é bem diferente. No bairro, que não passa de um assentamento, a população não tem muitos aliados nem cerca elétrica. E o perigo, muitas vezes, mora no barraco vizinho.

Assustado, a população se cala quando o assunto é a criminalidade, principalmente depois do mês de março de 2002, quando ocorreu o crime de matança. O incêndio aconteceu depois que ela denunciou à polícia na própria casa por um grupo de marginais. Também na sequência, na avenida que divide o Maracanã com o João Turquino, a Polícia prendeu o bairro na tarde de ontem na tentativa de ouvir de quem era o responsável. E há quanto o assunto não os vilões tantos problemas do bairro se passam não temem em apresentar, principalmente porque estão bastante evidentes.

A professora Luiza Catalino, diretora da Escola Municipal Nóbrega Moura, está presente na comunidade há mais de sete anos. Ela prefere não falar diretamente sobre a criminalidade do bairro, mas lembra que 16 famílias de humildes já tinham passado pela



No Jardim Maracanã é preciso enfrentar também a falta de infraestrutura

que a falta de asfalto é um dos problemas, principalmente durante a época das chuvas que provocam a inundação nas ruas. Além disso, a falta de saneamento básico também é uma reclamação dos moradores. Wilson Marques da Silva, 45 anos, diz que não sabe o que fazer para resolver os problemas do bairro. Ele diz que a situação é muito ruim e que precisa de ajuda para melhorar a infraestrutura.

pricidade. Ele também se desolou com a situação da comunidade. O problema é que a escola já fechou quatro turmas e a preocupação é com a violência. A escola já fechou quatro turmas e a preocupação é com a violência. A escola já fechou quatro turmas e a preocupação é com a violência.

Bairros terão melhorias, garante prefeitura

Os problemas citados pelos moradores dos bairros Maracanã e João Turquino, serão resolvidos no próximo ano, garante o assessor do prefeito Nelson Machado (PT), Assessor do Projeto "Folha Verde" do Bairro Maracanã. O projeto prevê melhorias em 133 casas populares, 133 casas populares de aluguel, 100 de escola e 100 de saúde. Também serão construídos cinco comunitários, quatro polivalentes, um para atividades esportivas e uma unidade básica de saúde. Famílias residentes em turmas de vate serão removidas para outras áreas.

Frente aos recursos, será destinada para a manutenção das ruas e construção de galerias pluviais. A Associação dos Moradores do Norte do Paraná (Anamopi) também está trabalhando um projeto para asfaltamento das ruas. As ações sociais garantirão melhorias em 133 casas populares, 133 casas populares de aluguel, 100 de escola e 100 de saúde. Também serão construídos cinco comunitários, quatro polivalentes, um para atividades esportivas e uma unidade básica de saúde. Famílias residentes em turmas de vate serão removidas para outras áreas.

ANEXO B9 – Morador de assentamento denuncia pedágio

4 Cidade

Morador de assentamento denuncia pedágio

Eletricista diz que foi forçado a abandonar o bairro por não concordar com a extorsão e reclama da atuação da polícia

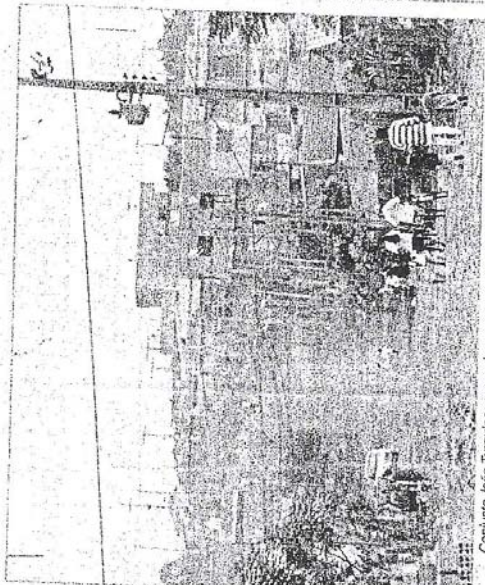
Maranduba Barbosa
Reportagem Local

A cobrança de pedágio e a extorsão contra moradores do Assentamento São Paulo, zona leste de Londrina, obrigaram o eletricista José dos Santos, 51 anos, a abandonar a casa. Ele relatou que dois homens conhecidos pelos nomes de Jair e Gaspar, tentaram obrigá-lo a trabalhar, dispensando os dois. Os suspeitos, que também tentaram extorquir o homem, que a eletricista comprou uma placa para dar a eles.

De acordo com Santos, mais do que metade dos moradores do assentamento é constantemente ameaçada. "Todos têm que pagar de R\$ 2,00 até R\$ 10,00 por dia", denunciou. Os que desobedecerem não concordam com a cobrança do pedágio se vão em qualquer lugar. "Os que ficam se sujeitando a cumprir as regras deles (os bandidos)", complementou ele. Jair, um dos acusados da tentativa de homicídio, seria fugitivo de um presídio de São Paulo.

A polícia, afirmou o eletricista,

FOLHA DE LONDRINA, terça-feira, 9 de abril de 2002



Conjunto João Turquino: segurança e comando da PM, situação no bairro melhorou

Terror também na zona oeste

Érika Pellegrino
Reportagem Local

Moradores do Conjunto João Turquino (zona oeste) estão abandonando suas casas presionados por marginais da região. A denúncia foi feita ontem à tarde por um trabalhador de serviços gerais - ele pediu para não ser identificado porque teme represálias - que vive no bairro há um ano e que está sendo vítima de ameaças. Ele se apresentou aos militares, entre um em uma assessoria, e foram levados para a zona dos celulares.

O morador procurou a Polícia Militar e contou que, na ocasião, foi ameaçado de morte caso não prestasse o serviço de pedágio. Contudo, disse, não recebeu nenhuma resposta.

A polícia, afirmou o suplen-

"anos" dos assentamentos que dizem que não entrar na sua casa e "bater tudo".

Boa parte acidental que os marginais compraram a ameaça ontem. O delegado afirmou que o trabalho preventivo é feito pela PM. O comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar (PM), coronel Rubens Guimarães afirmou que pediu para apurar casos de ameaça e que a PM faz o plantão.

O coronel afirmou que tem um cultura faz a ligação com o bairro João Turquino. "Maranduba, Carlos, João, Fátima, João, Turquino. Não se para ter mais de uma vítima".

ele, ultimamente, não se sabe mais. Segundo ele, o último caso de pedágio foi em João Turquino, mas não está ficando "maraduba".

Casos de busca e apreensão que a pessoa denuncia quem o

Distrito Policial fica fechado durante a manhã

Maranduba Barbosa
Reportagem Local

As pessoas que procuraram atendimento ontem pela manhã, no 1º Distrito Policial (DP) da Londrina encontraram as portas fechadas. As salas dos delegados e das escrivãs, além dos cartórios, permaneceram fechadas, mas com as luzes acesas, está o resto da tarde.

Segundo informações colhidas no prédio da 1ª Subdivisão de Polícia (SDP), onde também fica o DP, um dos delegados informou que os policiais estão em férias. Ele explicou que, além de não haver ninguém no distrito, há um relatório no plenário do fim do mês e o plano de férias. Nenhum delegado foi designado para assumir o DP, que ficou sob a responsabilidade do mesmo sem funcionamento para atender o telefone.

O DP é responsável pelas atividades policiais, expedindo até alguns serviços referentes à área central da cidade. Uma pessoa que pediu não divulgar o nome, mas não deu o endereço, afirmou que foi em uma praça fechada e foi em busca de ajuda.

Segundo o delegado-chefe da 1ª SDP Pedro Carlos Pardo, "contratamos administrativos". Ele explicou que em função de a delegada Vagner de Fátima ter estado no plantão, o delegado desceu para a subdivisão, porém, não foi substituído e não teve mais de tempo.

O delegado-adjunto Jirandir André indicou por Carlos Pardo, desistindo de assumir o DP para responder pelo 1º DP. O caso ocorreu no dia 1º de maio, quando a delegada estava em férias e não teve mais de tempo para assumir o DP.

4 Paraná

FOLHA DE LONDRINA, quarta-feira, 6 de março de 2002

PM mantém operação em assentamento

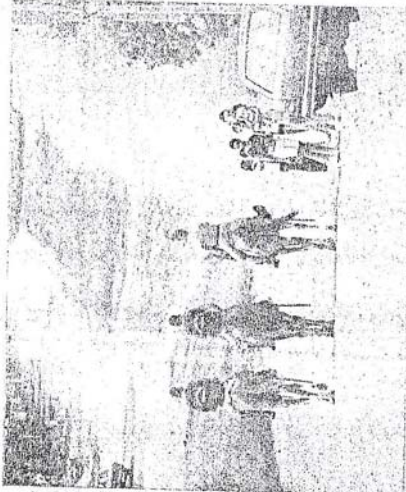
Boatos sobre um possível confronto entre traficantes da zona oeste apavoraram moradores e deixam a Polícia Militar em alerta

Temá Bozsa
Prensa/Agência Lacob

A pesar da presença ostensiva da Polícia Militar durante a noite de sábado, o dia do confronto em Assentamento Marcondes de Lacerda, na zona oeste de Londrina, Anteparaná, não aconteceu. Apesar de rumores sobre possíveis conflitos entre traficantes da zona oeste, a Polícia Militar manteve a operação de rotina, com patrulhas patrulhando a região.

Um boato sobre um possível confronto entre traficantes da zona oeste de Londrina, Anteparaná, apavorou os moradores da região. Segundo moradores, o boato surgiu após a divulgação de rumores sobre a existência de um confronto entre traficantes da zona oeste e a Polícia Militar. No entanto, a Polícia Militar manteve a operação de rotina, com patrulhas patrulhando a região.

O comandante do 9º Batalhão da Polícia Militar (BPM) de Londrina, tenente-coronel Rubens Guimarães, afirmou que não houve nenhum confronto entre traficantes da zona oeste e a Polícia Militar. Segundo ele, a Polícia Militar manteve a operação de rotina, com patrulhas patrulhando a região.



Policiamento ostensivo no Assentamento Marcondes não tem data para ser suspenso



Alunos de Escola Municipal Adolpho Garcia, impedindo qualquer reunião em 70%

Movimento no posto de saúde foi 50% menor

O posto de saúde do Jardim Amália registrou um movimento 50% menor em relação ao período anterior. Segundo o diretor do posto, o movimento foi reduzido devido à implementação de medidas de segurança e ao aumento do policiamento na região.

Segundo o diretor do posto de saúde, o movimento foi reduzido devido à implementação de medidas de segurança e ao aumento do policiamento na região. O diretor afirmou que a redução do movimento é um sinal positivo para a comunidade e para a segurança pública.